

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOGO, LOGO EXISTO:

Futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901 – 1931)

Felipe Treviso Bresolin

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre

2023

FELIPE TREVISIO BRESOLIN

JOGO, LOGO EXISTO:

Futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901 – 1931)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Relações Sociais de Dominação e Resistência.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Bresolin, Felipe Treviso
Jogo, logo existo: futebol, conflito social e
sociabilidade na formação da classe trabalhadora em
Rio Grande/RS (1901-1931) / Felipe Treviso Bresolin.
-- 2023.
130 f.
Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Futebol. 2. Classe trabalhadora. 3. Conflito
social. 4. Rio Grande/RS. 5. História do trabalho. I.
Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos, orient. II.
Titulo.

FELIPE TREVISO BRESOLIN

JOGO, LOGO EXISTO:

Futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901 – 1931)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 31/03/2023

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Clarice Gontarski Speranza (UFRGS)

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS)

Prof. Dr. Miguel Enrique Almeida Stédile (IEJC)

*Em memória a todos aqueles e aquelas que tombaram na luta
por um outro mundo ainda possível e cada vez mais necessário.*

AGRADECIMENTOS

A César Augusto Barcellos Guazzelli, meu orientador, pela generosidade e compreensão com meu jeito de trabalhar. Uma boa orientação, muitas vezes, é consequência da liberdade que gera autonomia para que possamos desenvolver a pesquisa.

Aos professores Gerson Wasen Fraga, Clarice Gontarski Speranza e Miguel Enrique Almeida Stédile, banca de defesa da dissertação, pelos apontamentos e conselhos sempre pautados na rigorosidade histórica, mas sem jamais perder a ternura.

Aos professores/as e colegas que tive a oportunidade de conviver nas disciplinas do PPGH/UFRGS ou em eventos. Mesmo realizando o mestrado majoritariamente no formato virtual, os questionamentos e discussões feitas nestes espaços foram primordiais para o bom andamento do trabalho.

À todas e todos que me atenderam nos arquivos e acervos que estive pesquisando, em especial aos trabalhadores da Biblioteca Rio-Grandense e às estudantes voluntárias do Centro de Documentação Histórica da FURG.

À minha mãe, Jovana, ao meu pai, André, dedico meu profundo agradecimento por tudo que fizeram e seguem fazendo por mim. Em um contexto adverso para pesquisadores e professores brasileiros, o suporte material e emocional de vocês foi, sem dúvidas, o grande responsável por eu ter chegado até aqui.

À minha companheira de vida, Laís, pelo seu afeto e parceria. Mesmo que muitas vezes de forma sutil, seu jeito único de lidar com as atribulações cotidianas foi essencial para eu conseguir enfrentar as angústias e as ansiedades que a conjuntura nos impunha. Te levo no coração.

Aos animais não-humanos: Inácio, Nara e Olívio. Vocês fazem parte desta trajetória.

Aos parceiros e parceiras que a arquibancada do Beira-Rio me dá, muitos deles desconhecidos, mas com quem partilho semanalmente os momentos de êxtase e deslumbramento que só o futebol pode proporcionar.

Aos companheiros e companheiras de militância, amigos e amigas, por dividirem comigo não só a vida militante e a esperança de um futuro melhor para a nossa classe, mas por compreender que é possível construir pesquisas acadêmicas comprometidas com os de baixo e amparadas na transformação radical da sociedade.

Finalmente, aos movimentos sociais e populares e à militância de esquerda que ocuparam as ruas e foram centrais para a eleição de Lula e para derrotar nas urnas o

neofascismo. A luta segue, de baixo para cima, para construir um Brasil mais justo e igualitário.

Venceremos!

A luta de classes teria mais a ver com o jogo infinito: nada de começo, limites ou fim da partida. Nada de árbitro para apitar o início da peleja, vigiar o cumprimento das regras e coroar o vencedor. A última palavra nunca é pronunciada. O jogo, como espetáculo, deve continuar. As memórias se abastecem com a experiência de todos os lances exitosos ou não exitosos das partidas precedentes. Até o esgotamento, nas brumas do horizonte, onde uma improvável irrupção messiânica estabeleceria novamente o sentido provisório do caminho percorrido.

(Daniel Bensaid – Marx, o Intempestivo)

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a inserção dos trabalhadores, no início do século XX, na atmosfera futebolística da cidade do Rio Grande/RS, buscando compreender se tal prática contribuiu para o processo de constituição de uma identidade em comum da classe trabalhadora em formação no município. Parte-se da hipótese que as agremiações futebolísticas, com ênfase às inseridas no meio proletário, extrapolam as finalidades meramente esportivas, podendo ser analisadas como um espaço estratégico de conflito entre as classes sociais. Além disso, se configuram como um espaço fundamental de sociabilidade, de lazer e de compartilhamento de experiência destes trabalhadores. A escolha do recorte temporal, por sua vez, tem como objetivo localizar o surgimento de experiências organizativas dos trabalhadores na cidade. Para compreender a oposição de interesses, as diversas maneiras de ação coletiva e a forma que as classes sociais se organizam e rivalizam nos espaços de sociabilidade, partir-se-á da análise da constituição das diferentes ligas de futebol no Rio Grande, evidenciando a discriminação social e racial presente desde sua gênese, mas também demonstrando a capacidade dos trabalhadores tomarem conhecimento de suas condições sociais, construir representações próprias e travarem embates de forma consciente e organizada.

Palavras-chaves: Futebol, Classe trabalhadora, Conflito social.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the insertion of workers, in the beginning of the century, in the soccer atmosphere of the city of Rio Grande/RS, seeking to understand if such practice contributed to the process of constitution of a common identity of the working class in formation in the city. It is assumed that the soccer associations, with emphasis on those inserted in the proletarian environment, extrapolate the merely sportive purposes, and can be analyzed as a strategic space of conflict between social classes. Besides this, they are configured as a fundamental of sociability, leisure, and sharing the experience of these workers. The choice of the time frame, in turn, aims to locate the emergence of organizational experiences of workers in the city. To understand the opposition of interests, the various forms of collective action and the way that social classes are organized and rival in the spaces of sociability, we will start by analyzing the analysis of the constitution of the different soccer leagues in Rio Grande, highlighting the social and racial discrimination present since its genesis, but also demonstrating the ability of workers to become aware of their social conditions, construct their own representations and wage battles in a conscious and organized way.

Keywords: Soccer, Working class, Social conflict.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa de localização de Rio Grande	31
Figura 2 - Foto de trabalhadores da construção civil na metade final do século XIX em Rio Grande	35
Figura 3 - Atividade na Sociedade União Operária em 1908	43
Figura 4 – Localização dos dois primeiros campos de futebol de Rio Grande	54
Figura 5 – Jovens jogando bola no recinto ferroviário de Rio Grande na década de 1910	55
Figura 6 – Ata de fundação da Liga de Foot-Ball Rio-Grandense	67
Figura 7 – Equipe do S.C. Juvenil, que disputava a Liga José do Patrocínio	79
Figura 8 – Equipe do S. C. Palmera, que disputava a Liga 13 de Maio	80
Figura 9 – João José Loretto, presidente da Liga Sportiva Rio Branco	87
Figura 10 – Carlos Santos, dirigente do S. C. Rio Negro e importante liderança operária e negra da cidade	90
Figura 11 – Possível símbolo do Brasil	93
Figura 12 - Vila Verde, clube pertencente à Vila Operária de Santa Tereza	93
Figura 13 – Campos utilizados pelos clubes que jogavam a Liga Rio Branco	95
Figura 14 – Sede da Sociedade União Operária	99
Figura 15 – Divulgação de festivais na Sociedade União Operária	102
Figura 16 – Divulgação de festivais na Sociedade União Operária	102
Figura 17 – Divulgação de festivais na Sociedade União Operária	103
Figura 18 – Divulgação de festivais na Sociedade União Operária	103
Figura 19 – Divulgação de festivais na Sociedade União Operária	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de trabalhadores escravizados em Rio Grande	33
Tabela 2 – Indústrias instaladas em Rio Grande com mais de 100 operário	45
Tabela 3 – Organograma Ligas de Futebol em Rio Grande (1912 – 1930)	73
Tabela 4 – Tabela final da temporada 1927 da Liga Rio Branco	88
Tabela 5 - Solicitação do salão social da SUO pelos clubes filiados à Liga Rio Branco	100

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Uma cidade negra e operária: a formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS	30
1.1. A transição da sociedade escravocrata para o trabalho “livre”	31
1.2. Do Movimento Abolicionista às primeiras Associações de classe: experiências organizativas dos trabalhadores	37
1.3. Greves e lutas sociais	44
2. O pioneirismo futebolístico de Rio Grande/RS e sua proliferação entre a classe trabalhadora	49
2.1. O pioneirismo do SC Rio Grande e seu papel na difusão do esporte pelo RS	50
2.2. “O esporte proletário de massas”: uma análise dos estudos acerca do futebol operário e o caso da cidade do Rio Grande	55
2.3. As ligas de futebol em Rio Grande	64
3. O caso da Liga Sportivo Rio Branco: Uma liga Proletária de futebol?	75
3.1. Ligas de futebol vinculadas aos trabalhadores no Rio Grande do Sul	76
3.2. A Liga Sportiva Rio Branco: origens, clubes filiados e vinculações sociais	83
3.3. O “Ópio do Povo”? a Relação da Liga Rio Branco com as demais associações de classe	96
3.4. Declínio e o término precoce da Liga: criminalização, rivalidade intraclasse e cultura da virilidade	107
4. Considerações finais	113

Introdução

*Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata*

*São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará*

*Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução*

*São cruzes sem nomes
Sem corpos
Sem datas*

(Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória - Gonzaguinha)

O futebol é considerado contemporaneamente para muito além do próprio jogo. Poucos fenômenos são capazes de mobilizar as energias populares e reconfigurar o imaginário de um país como ele, a ponto de ser entendido, entre as coisas menos importante da vida, a mais relevante. Por outro lado, ao longo da história, naturalizou-se a ideia de entendê-lo como um espaço unicamente de despolitização e alienação, negando a possibilidade de enxergá-lo como um recinto de mobilização e de agência política. Nos últimos anos, porém, reacendeu o debate entre a população – inclusive acadêmica – de entender o futebol como algo atrelado às relações sociais que o circunda, a partir de casos que extrapolaram as quatro linhas. O protagonismo de torcedores organizados de diversas equipes nas manifestações de cunho antifascista em 2020 escancarou que movimentos populares vindos da arquibancada, se politizados, mudariam as coisas não só no futebol. Em compensação, a realização da Copa América em 2021 no Brasil, no ápice do período pandêmico e de perda de apoio do presidente Jair Bolsonaro, revelou a prática histórica dos setores dominantes em tentar instrumentalizar o esporte para angariar popularidade.

Neste contexto, onde a discussão acerca do binômio futebol e política volta a ganhar força, torna-se ainda mais indispensável analisá-lo enquanto um produto social e um fenômeno de massas, transformando-o em um tema relevante para a pesquisa histórica. A bibliografia sobre estudos no âmbito da história que contemple o futebol não é tão escassa como se supõe, havendo um diálogo com diversas temáticas que ajudam compreender o seu entorno: a relação entre futebol e identidade nacional (FRAGA, 2009); aspectos étnicos e raciais (RODRIGUES FILHO, 2003); rivalidade e

tensões nacionais e regionais (GUAZZELLI, 2000); etc. Há, inclusive, um esforço considerável por parte de pesquisadores em compilar pesquisas e reunir artigos em publicações de livros sobre a temática (GUAZZELLI et al, 2021; HOLLANDA & FONTES, 2022).¹

Desde a tradição da história social inglesa o futebol já aparece nas pesquisas dos historiadores. Fruto do acelerado processo de urbanização ocorrido na Inglaterra no final do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial, sua prática era, inicialmente, restrita à elite industrial capitalista e suas agremiações, exclusiva àqueles que não precisavam se sujeitar à venda da sua força de trabalho, possuindo, portanto, mais condições e tempo livre para praticar várias formas de lazer. No entanto, Eric Hobsbawm (2000) mostra que, gradativamente, tal prática se incorpora no universo dos setores populares, por isso, mesmo com certa relutância dos setores dominantes, o futebol ocupou um importante espaço na construção cultural do operariado urbano em formação, tornando-se uma presença perene no cotidiano proletário,

parece claro que à medida que o futebol ganhou o apoio das massas, tornou-se cada vez mais uma atividade proletária, tanto para jogadores como para torcedores. Sem dúvida, primordialmente uma atividade dos trabalhadores mais especializados ou mais respeitáveis, mas na medida em que torcer por um time unia todos que viviam em Blackburn, ou Bolton, ou Sunderland, e na medida em que o futebol tornou-se o tópico principal da conversa social no bar, uma espécie de língua franca das relações sociais entre os homens, ele tornou-se parte do universo de todos operários. (HOBSBAWM, 2000, p. 294)

A difusão do futebol na América Latina está relacionando à rede de influência do imperialismo inglês, através dos portos, ferrovias, escolas e fábricas. No Brasil, solidificou-se uma perspectiva que o futebol nasceu e se desenvolveu exclusivamente entre a classe dominante, a partir do contato de descendentes de imigrantes, filhos de famílias abastadas, que tiveram contato com o esporte bretão em idas à Europa. Mascarenhas (2002), por outro lado, defende que o futebol penetrou no território nacional simultaneamente por diversos pontos, defendendo o pioneirismo de outros sujeitos sociais na prática do esporte.

Em relação à cidade do Rio Grande/RS, percebe-se uma memória oficial sobre o futebol pautada em elementos aristocráticos, na qual os imigrantes ingleses e alemães são analisados como os responsáveis por introduzir a prática do jogo na cidade. O Sport

¹ O primeiro, organizado pelo historiador César Augusto Barcellos Guazzelli e por outros pesquisadores, reuniu diversas produções acadêmicas acerca do futebol no Rio Grande do Sul. Já o segundo, foi sistematizado pelos historiadores Bernardo Buarque de Hollanda e Paulo Fontes, articulando o futebol com o mundo do trabalho.

Clube Rio Grande, reconhecido pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol) como o clube em atividade mais antigo do país, é fruto da intervenção de jovens imigrantes ligados às elites locais. Entretanto, a “religião leiga da classe operária” (HOBSBAWM, 2000, p. 268) não demoraria a marcar presença nos campos e gramados do subúrbio rio-grandino. Logo nas primeiras décadas do século XX, o futebol ganhou novos adeptos na cidade além dos clubes esportivos formados pela burguesia, questionando barreiras de classe e de raça, contemplando praticamente todos os setores e camadas sociais, fábricas, bairros e zonas da cidade. Correia (2014), ao analisar a disseminação do esporte em Rio Grande no início do século XX, indica que só entre os anos 1900 a 1916 foram encontradas mais de 40 agremiações futebolísticas, imbricadas a diferentes esferas da sociedade.

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é analisar a inserção dos trabalhadores na atmosfera futebolística de Rio Grande, relacionando o esporte bretão com o contexto social e buscando entender se tal prática contribuiu para o processo de formação de uma identidade em comum da classe trabalhadora na cidade. Parte-se da hipótese que as agremiações futebolísticas, com ênfase às inseridas no meio proletário, extrapolam as finalidades meramente esportivas, podendo ser analisados como um espaço estratégico de conflito entre as classes sociais. Ou seja, onde há a busca de controle e dominação patronal, mas também onde há brechas para os sujeitos tomarem conhecimento de suas condições sociais e construírem representações próprias. Além disso, se configuram como um espaço fundamental de sociabilidade e de compartilhamento de experiências destes trabalhadores.

A escolha por trabalhar com a localidade de Rio Grande se deu por alguns motivos de ordem pessoal e acadêmica. Enquanto historiador e sujeito histórico que viveu e sobreviveu nesta cidade por muitos anos, sempre me senti responsável em produzir academicamente algo que seja relevante e que auxilie na visualização de vozes desconhecidas que construíram diariamente a realidade que nos cerca, já que homens e mulheres advindos da classe trabalhadora foram frequentemente apagados de forma sumária no processo de fazer história. Como sugeria Walter Benjamin (2005), a luta emancipatória se faz não somente em nome do futuro, mas também em nome das gerações vencidas. Resgatar a história do movimento operário local e da vida cotidiana de tantos anônimos esquecidos faz, portanto, parte do que Benjamin chama de “a tradição dos oprimidos” (2005, p. 83). Sendo assim, por entender que a História sempre tem um efeito em nós, podendo reforçar certa passividade ou nos mobilizar, pois o

historiador escreve em um trem em constante movimento, opta-se por uma perspectiva histórica comprometida com os de baixo, ainda mais vindo de uma conjuntura marcada pela retirada brutal de direitos e de uma convergência de crises que afetam majoritariamente a classe trabalhadora.

Rio Grande, cidade litorânea e portuária, localizada no interior do Rio Grande do Sul, distante 320 quilômetros da capital Porto Alegre, foi alvo de muitas disputas econômicas e políticas desde a sua fundação em 1737. Terra marcada pela presença abundante de trabalhadores escravizados e de ciclos econômicos fadados a exploração da mão de obra proletária, é marcada por ser um canal estratégico de importação e exportação, tendo recebido a alcunha de Área de Segurança Nacional no período da ditadura empresarial-militar. Conviveu com sobejas lutas operárias ao longo da sua história - reconhecidas pelos jornais da época como “cidade vermelha (TORRES, 2015, p. 46)” -, questão que configurou um perigo constante para a classe dominante na manutenção da ordem e implicou uma maior repressão e severo controle das organizações sindicais por parte do Estado.

Por tudo isso, é um local com muito potencial para estudos que abordem a história da classe trabalhadora, possuindo acervos históricos, presentes tanto na Biblioteca Rio-Grandense como no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que fornecem materiais importantes para ampliar o escopo temático referente aos estudos do movimento operário e dos mundos do trabalho, contribuindo para os novos estudos na História Social do Trabalho que compreendem a classe em sua diversidade.

A escolha do recorte temporal, por sua vez, tem como objetivo localizar o surgimento e consolidação dos movimentos organizados pelos trabalhadores, com a fundação de diversas entidades e associações que buscavam cumprir múltiplas finalidades - desde a representação sindical, passando por aspectos culturais, recreativos e esportivos-, mas todas elas eram marcadas pela busca da integração daquela grande parcela de homens e mulheres naquela sociedade, cumprindo, inevitavelmente, um papel fundamental no seu processo de *fazer-se* da classe.

Para Thompson (1998), paralelamente ao avanço industrial e social tipicamente capitalista, houve mudanças nos hábitos dos setores populares, influenciado pelo próprio choque entre os costumes ditos populares e as formações culturais da classe dominante. O autor observa, em alguns de seus estudos, como a dinâmica da luta de classes se manifesta nas relações tecidas entre costumes populares e cultura dominante.

Será a partir deste prisma que buscarei analisar a rápida popularização do futebol entre a classe trabalhadora.

A cidade do Rio Grande, na virada do século XIX para o XX, é um exemplo nítido das intensas transformações sofridas pelo país que buscava se inserir nos marcos do desenvolvimento capitalista, tanto em um viés das relações econômicas como pela incorporação de costumes, valores e doutrinas. Vale salientar que um dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil no período estava compreendido no eixo Rio Grande - Pelotas, sendo indispensável para as características econômicas da época a proximidade com o porto do Rio Grande e o desenvolvimento econômico gerado pela produção do charque que ocorria na região. Conseqüentemente, em uma cidade onde os traços capitalistas encontravam-se a todo vapor, as contradições inerentes à relação capital e trabalho e as conseqüências da predominância do modo de produção capitalista na organização social também emergem com força, às vezes de forma mais suavizada e, em outros, de maneira mais violenta.

E o futebol, que não estava apartado de outras esferas da sociedade, não ficou imune às tensões vigentes. Isso fica evidente ao analisar o processo de formação das ligas de futebol em Rio Grande, que se tornam o epicentro dos conflitos sociais no âmbito esportivo. Desde 1912, marco da primeira tentativa de fundar uma liga de futebol na cidade, nota-se a consolidação de uma hierarquia no futebol rio-grandino, responsável por potencializar dois marcadores de exclusão bem definidos em seus clubes e entidades: classe social e cor. Como o futebol encontrou respaldo entre os trabalhadores, restou a eles estabelecerem táticas e estratégias de resistência organizada, como a criação de ligas e agremiações onde a delimitação de classe e raça foi um fator essencial para sua constituição. O exemplo mais evidente, que será detalhado ao longo da pesquisa, é a Liga Rio Branco, de 1926, formados por clubes vinculados ao meio proletário e à comunidade negra.

Portanto, para melhor compreender a oposição de interesses e a forma que as classes sociais se organizam e se enfrentam nos espaços fora da fábrica, partir-se-á da análise da constituição das diferentes ligas de futebol em Rio Grande. A ênfase a elas, se justifica por serem o melhor instrumento encontrado para mapear a atuação de equipes operárias, pois a ausência desses clubes em torneios oficiais dificulta na hora de mapeá-los nas fontes. Além disso, as ligas aparecem como uma arena de disputa entre forças sociais antagônicas, com a existência de entidades com demarcadores bem definidos. A identificação a partir de interesses em comum de um segmento social e de

oposição de interesses em relação aos seus inimigos de classe é uma dimensão fundamental no processo de formação da identidade de classe.

Enfoque teórico: uma história vista de baixo

A presente pesquisa se insere no marco historiográfico da História Social, podendo ser definida dentro da vertente de uma “história vista de baixo”², conceito amplamente trabalhado pelos historiadores marxistas britânicos E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, uma vez que os mesmos tomam como protagonistas da investigação historiográfica os sujeitos que correspondem as camadas populares - a dita história da gente comum - e partem do princípio dialético da totalidade dos fenômenos sociais, centrais para análise marxista, por meio da articulação entre o particular e o universal.

Será, então, um trabalho de, nas palavras de Walter Benjamin em suas teses “Sobre o conceito de história”³, *pentear a história à contrapelo*⁴, em busca de uma crítica e minuciosa vasculha dos vestígios históricos para oferecer um acesso plural ao conhecimento do passado, evidenciando um caráter fundamental na memória histórica: existe um acirrado processo de luta de classes pela história.

Foi isto que E. P. Thompson recordou nesta memorável reflexão contida em *Formação da Classe Operária Inglesa* em seu “Prefácio”:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais

² Em vários de seus textos, E.P. Thompson defenderá a “history from below”. Um exemplo está em **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** (Campinas, Editora da Unicamp, 2001) e no caso de Eric Hobsbawm, encontramos algo diretamente sobre em “A história de baixo para cima” em **Sobre história: ensaios** (São Paulo, Companhia das Letras, 1998)

³ BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: LOWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005

⁴ “A natureza dessa tristeza torna-se mais nítida quando se levanta a questão de saber com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é, inegavelmente: com o vencedor. Ora, os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. Isso diz o suficiente para o materialismo histórico. Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima. Dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, e conduzida no cortejo triunfante. Chamam-se de bens culturais. Eles terão de contar; no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar; abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialismo histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo.” (BENJAMIN, 2005, p. 70)

podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de suas próprias experiências; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 1987, p.13)

Estas seriam as marcas do grupo de historiadores ingleses que foram agrupados em torno do que ficou conhecido como “a nova história social”, que buscavam colocar em seus trabalhos o centro de gravidade sobre o coletivo humano em todas as suas dimensões de vida, seja nos seus conflitos sociais ou nos ambientes econômicos e culturais. Para eles, era impossível partir de perspectivas mecanicistas, mesmo que viessem com o rótulo de marxismo, sendo necessário romper com uma visão dualista, cujos problemas estariam somente no indivíduo, cabendo a ele transformar sua própria microrrealidade, ou localizada totalmente na estrutura, de modo a negar a agência dos sujeitos no processo histórico.

Para tal, o primeiro conceito que se opera é o de *experiência*, desenvolvido com mais esmero por E. P. Thompson, especialmente em obras dedicadas a contrapor o pensamento estruturalista de Louis Althusser. Para os marxistas estruturalistas, classes são agrupamentos humanos que se definem em relação à propriedade e às relações sociais de produção, como se fossem nichos dados estruturalmente, onde os sujeitos se encaixariam de forma natural pelas posições que ocupam na esfera de produção. Thompson faz contundentes críticas aos estudos baseados nessa perspectiva. Para o historiador inglês, essa concepção tomava a ideia de classe como um efeito quase mecânico, deixando de considerar que a existência de trabalhadores e trabalhadoras não assegura por si só a formação de uma concepção de classe e de sua consciência. Dessa forma, a classe não nasceria “pronta”, como resultado unicamente das determinações econômicas objetivas, mas como derivação da luta de classes e de uma diversidade de fatores sociais e culturais

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001, p. 273-274)

Segundo Thompson, o processo de formação da classe deve ser entendido como um processo de descobertas derivadas de eventos e experiências que intensificam ou atenuam as relações de classe. A noção entre classe social e consciência elaborado pelo historiador, portanto, constitui-se no seu *fazer-se*, em um movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos estruturais:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p.10).

Por isso, uma das maiores contribuições do historiador inglês foi trazer a centralidade ao conceito de *experiência* para os debates marxistas. Convém sublinhar, que Marx, no prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política* (2008), abre espaços para uma interpretação sobre classe e a formação de sua consciência a partir das atividades reais de homens e mulheres ao longo da história, enfatizando que

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.** (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso)

Não existe uma explicação, pelo menos não na forma cartesiana, que detalha o que Marx define como classe social. Isso acontece pela própria forma metodológica que ele trabalhava, avesso ao modelo positivista de tratar com conceitos estanques e à luz de uma lógica dialética, onde as categorias estão em constante movimento. Porém, é inegável que a temática acabou permeando diversas obras do autor. No *18 Brumário de Luiz Bonaparte*⁵, por exemplo, o fio condutor de sua análise é a luta de classes, onde a atuação política dos sujeitos é a condição de sua conscientização. Dessa forma, a teoria de classes não é vista como algo estático e engessado, mas analisado a partir de homens e mulheres reais que desenvolviam sua consciência na e através da luta. É o que afirma o filósofo marxista Daniel Bensaid (1999), defendendo que a simples posição dos sujeitos diante à propriedade não explicava, para Marx, a totalidade da formação social, sendo necessário entender a classe nos processos pelas quais elas se tornam classe:

Indo do abstrato ao concreto, a teoria das classes não teria como, nessa ótica, se reduzir a um jogo estático de definições e de classificações. Ela remete a

⁵ Ver em: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

um sistema de relações estruturado pela luta [...]. A noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que as unidades individuais que a compõem seriam portadoras, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma. [...] Sua abordagem recusa que se veja a classe como uma pessoa ou como um sujeito unificado e consciente, à imagem do sujeito racional da psicologia clássica. Não há classe senão na relação conflitual com outras classes. (BENSAID, p.147-148, 1999)

As críticas onde Marx partiria de um implacável determinismo econômico, dessa forma, não deixam de ser injustas. E Thompson soube resgatar os princípios das suas obras para construir um método de análise onde as categorias são definidas de acordo a dinâmica concreta de cada momento. O conceito de *experiência*, o termo ausente na análise de Marx, deve ser entendido como esse elemento dinâmico e histórico que faz a mediação entre a determinação do ser social sobre a sua consciência, capaz de relacionar com profunda dialética as determinações econômicas com as subjetividades da classe. Como bem elucida Ellen Wood:

Thompson já foi acusado de idealismo por causa da ênfase que dá a “experiência”, como se essa noção tivesse fugido de suas amarras materiais. Mas o uso que faz desse conceito não indica a intenção de romper a ligação entre ser social e consciência social, nem de negar a primazia atribuída pelo materialismo histórico ao ser social em sua relação com a consciência. Ao contrário, apesar de Thompson às vezes distinguir entre níveis de experiência (“experiência vivida” e “experiência percebida”), o uso principal que faz dessa palavra é como “um termo intermediário necessário entre o ser social e a consciência social, o meio em que o ser social determina a consciência. (WOOD, 2011, p. 90)

Por isso, é importante ressaltar que a análise de Thompson não ignora as condições objetivas concretas e muito menos que defenda que classe possa ser analisada como simples fenômeno cultural. Considerando a totalidade de todo fenômeno social, a experiência se constitui no processo histórico em que homens e mulheres encontram-se inseridos. Não se trata de seres abstratos, desprovidos da materialidade social que os condiciona, mas de homens e mulheres concretos, situados em condições sociais específicas e reais:

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares (THOMPSON, 1981, p. 111).

É importante fazer esta ressalva, pois nos últimos anos vêm se propagando um processo de “domesticação” no pensamento do historiador britânico, nos quais foram

praticamente despidos de todo seu conteúdo marxista⁶. Por isso, é importante ratificar que Thompson parte da premissa da formação das classes sociais como um “processo inacabado de relação – de luta com outras classes – no tempo” (THOMPSON, 1981, p. 121). A luta de classes, dessa forma, aparece como terreno privilegiado, pois é no processo de luta que as pessoas descobrem a si mesmas como classe, tendo a possibilidade de formação de uma determinada identidade que, por sua vez, posiciona-se contra a identidade de outra classe em função de interesses materiais e culturais opostos.

A influência das obras da história social inglesa, em especial de Thompson, inspirou uma nova abordagem na historiografia operária brasileira, na qual os fenômenos sociais e culturais ganham relevância e se proliferam nas pesquisas referentes à classe trabalhadora. Dentre as muitas consequências do referencial *thompsoniano* na historiografia do trabalho, duas, em especial, serão extraídas para a nossa análise: **a)** a necessidade de encarar a classe não apenas a partir do *locus* de produção, mas também nos locais de sociabilidade; **b)** o recuo do recorte temporal para analisar o processo de formação da classe trabalhadora, valorizando experiências organizativas construídas em períodos anteriores.

Através do princípio de não se dispor de categorias de análise que fossem estranhas a essa realidade cotidiana vivida pelos trabalhadores, ganha-se força o enfoque de pensar as experiências vivenciadas para além dos locais do trabalho e da própria fábrica, reconhecendo os espaços de sociabilidade e o associativismo em geral (mutualista, recreativo, esportivo, etc.) como recintos estratégicos de resistência e conflito entre as classes, mesmo que não se colocavam diretamente em confronto contra o Estado e os patrões. A historiografia operária mais dogmática⁷ via com certo desdém o interesse dos trabalhadores por essas outras atividades, frequentemente sendo relacionadas como forma de alienação da realidade. Porém, essa discussão é um pouco estéril, já que não há comprovações que a não existência dessas práticas de sociabilidade fossem desencadear uma maior demanda de energia em entidades partidárias e sindicais. Ao contrário, pesquisas realizadas nos últimos anos indicam que

⁶ Sobre as tentativas de “domesticação” da teoria de Thompson, ver Mattos (2019).

⁷ De acordo com Hobsbawm (2000), a primeira leva da historiografia do movimento operário estava ligado diretamente à militância sindical e política, que tendiam a concentrar seus estudos unicamente sobre as entidades classistas e suas lutas sociais, ignorando outros espaços que contavam com o apreço dos trabalhadores e trabalhadoras.

a participação dos trabalhadores/as nas associações diversas não inviabilizava o seu engajamento nas esferas da luta operária⁸

Dentro de um amplo conjunto de obras que trabalham com a questão do ambiente fora do processo produtivo, pode-se citar os trabalhos de Sidney Chalhoub (2001), Leonardo Affonso Pereira (2020) e da Érica Bastos Arantes (2010). Todos eles, com algumas diferenças teóricas entre si, consideram que os locais de sociabilidade são alvos de mecanismos de dominação, mas também de dimensões da luta de classes, da resistência organizada e da criação de redes de solidariedade. Ou seja, as práticas associativas, além de potencializarem a criação e fortalecimento de laços entre os trabalhadores, serviam também para articulação mais amplas com os símbolos e entidades operárias.

Outro debate historiográfico presente na pesquisa é a concepção que, para entender a formação da classe trabalhadora brasileira, necessita-se recuar temporalmente para buscar as experiências acumuladas tanto pelos trabalhadores livres, mas também a dos escravizados e libertos, proposta sugerida tanto por historiadores da escravidão como por estudiosos do movimento operário. Sílvia Lara (1998), a partir do enfoque da historiografia da escravidão, já alertava sobre a importância de tratar a experiência dos trabalhadores negros escravizados na história do trabalho, denunciando que por muito tempo elas foram excluídas da análise no período da pós-abolição. Marcelo Badaró Mattos (2008), por sua vez, aferiu que as redes de sociabilidade, solidariedade e de atuação conjunta construídas ainda no tempo da escravidão tiveram peso decisivo na conformação de um sindicalismo em que os ex-escravizados e seus descendentes tinham grande participação. Já o trabalho da Beatriz Loner (2016) propôs um importante roteiro de pesquisa que impacta até hoje pesquisadores da história social do trabalho. A historiadora detectou que, em uma região onde a presença de trabalhadores escravizados foi abundante durante todo século XIX, um contingente significativo de trabalhadores negros no pós-abolição transformou-se em operários de fábricas e oficinas, e seguiram tramando amplas redes de relações sociais e organizativas para auxiliar na integração naquela sociedade e no combate à dupla exploração que sofriam - a de raça e de classe.

⁸ As pesquisas de Stédile (2015), Pereira (2020) e Loner (2016), por exemplo, identificaram o envolvimento simultâneo de operários em espaços de associativismos e em outras esferas de luta, como sindicatos e greves.

Há de se levar em conta que, nos últimos anos, diferentemente dos que propagavam a ideia do “fim do trabalho”, a historiografia do trabalho aparece cada vez mais viva, buscando incorporar concepções conceituais e metodológicas que deem conta de abordar a classe trabalhadora de forma mais ampla. Sem negar o acúmulo teórico anterior, a chamada História Global do Trabalho é um exemplo desse impulso. Para Marcel Van der Linden (2009), um dos principais idealizadores dessa “área de interesse”, no que diz respeito à proposta de investigação, a História Global do Trabalho busca abordar estudos transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores, defendendo que não há como reconstruir a história da classe trabalhadora de um país a partir de um prisma separado da totalidade da experiência nacional e internacional. Além disso, direciona-se na tentativa de estudar de forma integrada as relações de trabalho remunerado e não-livres, os movimentos formais e não-formais, sem nunca negar a influência do “outro lado” da luta de classes: a classe dominante. Essa abordagem historiográfica, desta forma, traz diversas possibilidades de utilização no tocante ao Brasil. No caso da presente pesquisa, ajuda-nos a pensar no alargamento do perfil da classe trabalhadora, muitas vezes restrita a homens brancos advindos unicamente do ambiente fabril, pois, segundo Van der Linder, no sul global as fronteiras entre as diversas formas de exploração – escravizados, livres, assalariado, urbano, rural - se apresentaram de forma mais fluida e combinada, gerando a necessidade de redefinir as especificidades da classe trabalhadora.

Todas essas contribuições historiográficas ajudam-nos a romper com a clivagem existente entre os estudos da escravidão e as pesquisas do movimento operário, que reforçou, por muito tempo, o mito do protagonismo do trabalhador imigrante na formação da classe trabalhadora brasileira, onde os trabalhadores negros teriam sido “substituídos” na sua totalidade por estrangeiros. Ressaltar a importância dos trabalhadores locais ou “nacionais”, muitos deles negros advindos da experiência da luta pela liberdade, na constituição de numerosas associações e entidades de cunho proletário – entre elas os clubes de futebol – ao longo das primeiras décadas do século XX, também é um objetivo desse trabalho.

Sendo assim, esta seção buscou apresentar as principais bases teóricas e historiográficas sobre as quais serão desenvolvidos os capítulos seguintes. Nestes, embora o debate bibliográfico não deixe de ser utilizado, predomina a análise de fontes, que serão detalhadas abaixo.

Corpus documental

Quanto ao arcabouço metodológico utilizado, pretende-se operar principalmente com um repertório de base principal na análise documental, baseada na investigação e recolha de documentos e testemunhos em arquivos. As fontes mais utilizadas, que se caracterizam enquanto primárias, serão exemplares de três periódicos de maior circulação em Rio Grande no período pesquisado: *Echo do Sul*, *A Lucta* e *O Rio Grande*. Todos encontram-se devidamente encadernados de forma semestral no Acervo da Biblioteca Rio Grandense.

Periódicos e materiais vinculados aos trabalhadores também serão utilizados, com ênfase aos livros de atas e toda documentação que restou da Sociedade União Operária (SUA), maior entidade classista do período, que estão resguardados no Centro de Documentação Histórico da FURG. Outros jornais vinculados à classe trabalhadora rio-grandina, que tiveram menor periodicidade, serão utilizados de forma esporádica, como os periódicos *O Nosso Verbo*, *O Tagarela* e *O Artista*⁹.

O significado político da imprensa, numa avaliação marxista, deve ser orientado por critérios de classe, ou seja, entendendo que os jornais se transformam em locais de disputas por uma determinada ideologia e onde a luta política também se desenvolve, como bem coloca o historiador Gerson Fraga:

Estando assim sob o controle de um grupo numericamente pequeno, porém coeso em sua preponderância, a grande imprensa acaba por se constituir em um inestimável instrumento de manutenção da ordem sócio-econômica. [...] Desta forma, os grandes jornais têm na conservação das estruturas na qual se inserem, um limite bem demarcado, o qual não ultrapassam sob pena de entrar em contradição com sua condição de agentes da representação de interesse e intervenção na vida social. Assim, eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social instituída. (FRAGA, 2004, p.25)

De acordo com a historiadora Tania Regina de Luca (2005) cabe ao historiador/a problematizar a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento pelo periódico e o próprio fato em si. Para ela, o pesquisador que trabalha com jornais necessariamente vai lidar com o que se tornou notícia no período, que será relatado com a linguagem e com o conteúdo que vise o público que cada periódico queira atingir.

⁹ O jornal *O Tagarela* era vinculado a comunidade negra e ao proletariado rio-grandino e foi um instrumento importante para difundir espaços de inserção e atuação desses grupos sociais na sociedade. Como foi fundado no dia 1º de maio de 1929, abarcará somente os últimos anos do período analisado. O jornal *O Nosso Verbo*, por sua vez, era ligado à entidade anarquista, mas, devido à grande repressão que os militantes libertários sofriam, existem poucos números resguardados. *O Artista*, por fim, era organizado por operários de outros jornais locais e constituiu-se como uma das primeiras tentativas associativas dos trabalhadores assalariados da cidade do Rio Grande.

Desse modo, tanto Tania de Luca como Gérson Fraga concordam que a utilização da imprensa periódica como fonte para a produção historiográfica não deve se restringir à análise de textos isolados, sendo importante associá-lo a seu lugar social de inserção. Portanto, parte-se da concepção que não há neutralidade nesse tipo de fonte, uma vez que expressam interesses políticos e econômicas nas posturas adotadas por cada jornal, sendo necessário um profundo levantamento sobre sua historicidade.

Segundo Alves (1998), a imprensa de Rio Grande foi uma das mais destacadas no quadro nacional e estadual desde o século XIX, refletindo nas páginas dos jornais duros conflitos político-partidários. No período analisado, nota-se um embate constante entre periódicos situacionistas e oposicionistas, representando interesses de diferentes segmentos da burguesia local. O jornal *O Rio Grande* era estritamente vinculado ao Partido Republicano – que governava o Estado e a cidade do Rio Grande na época. Por ser alinhado com a situação, omitia qualquer forma de contestamento e movimentações contrária ao governo. Por outro lado, o associativismo local sempre teve presença garantida em suas páginas, podendo ser encontrada diversas informações acerca de eventos sociais e recreativos, inclusive das agremiações operárias.

O periódico *A Lucta* contemplava os anseios e reivindicações dos setores médios e trabalhistas do município. Colocando-se como oposição ao Partido Republicano, em diversos momentos realçou ciclos de greves e reivindicações do movimento operário, como no caso da coluna semanal denominada “Coluna Operária”, voltada às pautas do cotidiano dos trabalhadores. Porém, o veículo refuta por completo a estratégia revolucionária e violenta adotada pelos militantes anarquista e comunista, buscando atenuar o conflito entre capital e trabalho. A ênfase investigativa também vai aparecer na cobertura esportiva, onde será priorizado os bastidores envolvendo a constituição das ligas futebolísticas na cidade. Dessa forma, é um material muito fértil para analisar os mecanismos de exclusão e as tensões sociais que vão permear o futebol rio-grandino.

Por fim, o *Echo do Sul* buscava uma postura mais “neutra”, se caracterizando como um jornal mais industrial e comercial, em busca de uma postura independente diante dos conflitos partidários que se faziam presente no cenário local. Devido a sua longa durabilidade, é um material importante para analisar todo o processo do futebol na cidade, da sua fundação até a profissionalização, contando com uma vasta produção sobre a temática.

A combinação desses três periódicos com a documentação vinculado à classe trabalhadora, permite a construção de um panorama, até agora inédito, do futebol operário de Rio Grande. Para tal, foi necessário definir critérios vinculados com parâmetros internos e externos críticos, trazendo à tona sua orientação política e a sua vinculação social.

Plano de exposição dos capítulos

A presente dissertação foi separada em três capítulos. O primeiro visa ressaltar as permanências entre o período escravista e a República Velha no contexto da cidade do Rio Grande, abrindo sínteses entre os campos da escravidão, da pós-abolição e dos mundos do trabalho. Assim, além de contextualizar a formação social-econômica da cidade do Rio Grande no final do século XIX e início do XX, será destacado o papel dos trabalhadores locais ou “nacionais”, na sua grande maioria pessoas negras, como protagonistas das primeiras lutas operárias na cidade e na formação de clubes e associações com recorte de classe e raça, que cumprem, inevitavelmente, um papel fundamental no seu processo de *fazer-se* da classe.

O segundo capítulo será dividido em três momentos. Inicialmente, será analisado o pioneirismo do futebol na cidade e sua importância na difusão do esporte bretão no estado a partir da fundação do SC Rio Grande, em 1900, relacionando com as intensas transformações econômicas e sociais vivenciadas na cidade. No segundo momento, irá se abordar como o futebol se tornou rapidamente um “esporte proletário de massas”, buscando entrelaçar uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre futebol operário no Brasil com um primeiro levantamento em fontes de equipes vinculadas ao proletariado e às fábricas de Rio Grande. Por fim, na terceira parte, será aprofundada, também via fontes documentais, a fundação e as diretrizes das primeiras ligas de futebol na cidade, pois as mesmas acabam se tornando o epicentro das tensões entre os clubes de diferentes origens sociais, reforçando mecanismos de dominação e exclusão social/racial no âmbito futebolístico.

Já na terceira seção, com intuito de compreender a oposição de interesses entre as classes, as diversas maneiras de ação coletiva e se o futebol operário contribuiu na formação de uma identidade em comum da classe trabalhadora rio-grandina, será esmiuçado o caso da Liga Rio Branco, de 1926, que angariava clubes formados por trabalhadores de diferentes fábricas e profissões, que não se adequavam ao conjunto de regras e exigências - cada vez mais elitistas - presentes desde a raiz da formação das

ligas de futebol da cidade. Dessa forma, para rastrear se, de fato, tal entidade pode ser compreendida enquanto uma Liga Proletária de futebol, onde a delimitação de classe e raça era um fator essencial para sua constituição, serão importantes alguns parâmetros de análise: identificar os clubes filiados e suas respectivas vinculações sociais, a relação dos clubes como um espaço de sociabilidade e compartilhamento de experiência destes trabalhadores, a forma como se relacionavam com o movimento operário local e com as entidades da classe dominante.

1. Uma cidade negra e operária: A formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS

*Se o operário soubesse
 Reconhecer o valor que tem seu dia
 Por certo que valeria
 Duas vezes mais o seu salário
 Mas como não quer reconhecer
 É ele escravo sem ser
 De qualquer usurário
 Abafa-se a voz do oprimido
 Com a dor e o gemido
 Não se pode desabafar
 Trabalho feito por minha mão
 Só encontrei exploração
 Em todo lugar*

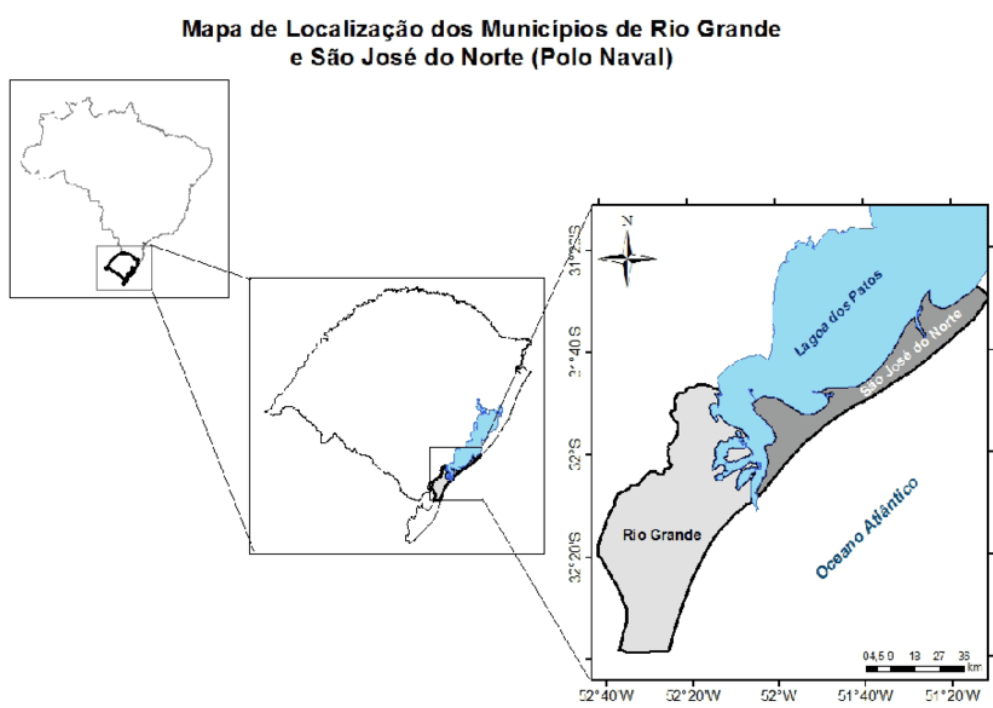
(Samba do operário - Nelson Sargento/ Cartola/ Alfredo Português)

Este capítulo tem o objetivo de ressaltar as permanências entre o período escravista e a Primeira República no contexto da cidade do Rio Grande, abrindo sínteses entre os campos da Escravidão, Pós-Abolição e dos Mundos do Trabalho. Dentro desse prisma de análise, convém enfatizar que tanto em Rio Grande como em Pelotas, localizadas na região sul do estado do Rio Grande do Sul, a presença de trabalhadores/as escravizados/as foi mais abundante que outras regiões pela presença das atividades portuárias e das charqueadas ao longo do século XIX. Dessa forma, são polos de pesquisas importantes que se encaixam dentro da historiografia que questiona o velho mito que enaltecia o protagonismo do trabalhador imigrante no processo de formação da classe trabalhadora. Assim, além de contextualizar a formação social-econômica da cidade do Rio Grande no final do século XIX e início do XX, será destacado o papel dos trabalhadores locais ou “nacionais”, na sua grande maioria pessoas negras, como protagonistas das primeiras lutas operárias na cidade e na formação de organizações e associações com recorte de classe e raça, que cumprem, inevitavelmente, um papel fundamental no seu processo de *fazer-se* classe.

1.1. A transição da sociedade escravocrata para o trabalho “livre”

Cidade com inserção geográfica na zona costeira no extremo sul do Brasil, o município do Rio Grande foi cenário, por quase um século - entre meados dos séculos XVII e XVIII - de intensas disputas geopolíticas entre Portugal e Espanha, que disputavam o domínio de uma grande fortificação militar às margens do Rio da Prata, região estratégica para escoar a produção e no controle marítimo.

Figura 1 – Mapa de localização de Rio Grande



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Localizacao-do-municipio-de-Rio-Grande-e-Sao-Jose-do-Norte-mapa-elaborado-por_fig4_299241061

A tensa relação entre os países ibéricos na região platina constitui um capítulo fundamental para o primeiro marco lusitano deixado em terras rio-grandenses, quando um povoado português é fundado a partir da chegada de uma frota comanda por José da Silva Paes, em 19 de fevereiro de 1737. Dessa forma, no ano de 1744, sete anos após a chegada da primeira embarcação, a população da localidade já era de aproximadamente 1.400 pessoas, sendo metade soldados portugueses (TORRES, 2015, p. 22). Outros grupos, mesmo em proporções menores, também tiveram papel fundamental no

povoamento da região, como o caso dos açorianos, de grupos advindos do Rio de Janeiro, São Paulo e de indígenas de diversas partes do país.¹⁰

É em 1777, após novo embate entre Portugal e Espanha, que se inicia um período de expansão das atividades comerciais ligadas à pecuária e à charqueada rio-grandense, que serviu como alternativa ao pequeno comércio em voga na região, destruído pelos constantes conflitos. Inaugura-se, assim, uma diferenciação clara na formação econômica do Rio Grande Sul, que vai antagonizar a metade sul da metade norte do Rio Grande do Sul ao longo dos próximos anos:

Abre-se deste modo a história econômica do Rio Grande, dominada desde o início pela dicotomia: pastoreio e lavoura. Duas sociedades distintas passam a coexistir: a dos estancieiros e a dos pequenos lavradores. Distintas geograficamente: uma na Serra do Sudeste e na Campanha, outra na Depressão Central (e depois na região serrana). Distintas socialmente: uma rigidamente hierárquica, formada por latifúndios, peões e escravos; outra mais igualitária, constituída por pequenos proprietários (embora também estes utilizassem, sempre que economicamente viável, escravos). Distintas economicamente: uma produtora de couros e depois charques e outros produtos de origem animal; outra produtora de trigo e produtos de lavoura. (SINGER, 1977, p. 145-146)

O marco da alteração econômica na metade sul do estado vai se solidificar com o crescimento considerável das charqueadas na região, momento no qual Pelotas torna-se a principal referência produtiva e Rio Grande, pela presença do Porto, transforma-se na principal via de exportação do produto. Devido à forte presença do latifúndio, da monocultura e da mão de obra escravizada nesse tipo de produção, o trabalho escravo da população negra começa a ser utilizado em larga escala nas atividades econômicas de ambas as cidades¹¹. Em Rio Grande, registros históricos confirmam que a presença de trabalhadores/as escravizados/as nas mais diversas atividades urbanas era intensa:

“Em 1820, Auguste SaintHilaire (1990) observou o trabalho dos escravos nas ruas da Vila do Rio Grande: “Vi negros ocupados em desentulhar os arredores das casas de seus donos, que me informaram serem obrigados a repetir, sem descanso, esse trabalho”, registrando o avanço das areias que soterravam as residências. Ele observou “negros acocorados” vendendo couves, cebolas e alfaces na rua. Nas tarefas urbanas de prestação de serviços aos senhores, ou alugados para atividades gerais para o público, a presença negra é constante em diferentes modalidades de trabalho na Vila do Rio Grande. As atividades ligadas ao porto, carregamento e descarregamento das mercadorias das embarcações, também contavam com a presença do escravo negro.” (TORRES, 2018, p. 17)

¹⁰ É importante frisar que, mesmo que a população negra não teve um papel preponderante na formação populacional da região, havia presença de trabalhadores negros escravizados desde os primórdios ocupacionais do município, principalmente no âmbito militar no período de ocupação espanhola (TORRES, 2000).

¹¹ Sobre a presença dos trabalhadores escravizados nas charqueadas, assim como seu perfil social e etário, ver Vargas (2018).

Nesse sentido, Rio Grande terá um dos maiores percentuais de trabalhadores escravizados negros no Rio Grande do Sul no século XIX. A partir de diversas fontes documentais e censos, Torres (2018) e Costa (2013) buscaram uma aproximação, mesmo que não definitiva, do número de escravizados na população da cidade em diferentes períodos, podendo variar entre 18% e 35% da população total, indicando a população escrava na Vila/Cidade do Rio Grande nos seguintes patamares:

Tabela 1 – Número de trabalhadores escravizados em Rio Grande

Ano	Nº de escravizados
1780	596
1814	1.119
1859	4.369
1872	4.315
1884	2.345
1885	1.616
1887	844

Fonte: Sistematização a partir de Torres (2018) e Costa (2013)

O acúmulo de capital propiciado pelo charque e pelo comércio de exportação e importação decorrente dele, através da exploração majoritariamente da mão de obra negra, foi fundamental para o polo Rio Grande-Pelotas obter um crescimento econômico considerável no século XIX, dando sustentação ao investimento industrial na região. Cabe ressaltar o papel que comerciantes, na sua grande maioria estrangeiros, tiveram nesse processo. A comercialização de produtos oriundos da atividade pecuária potencializou o acúmulo de capital nos centros urbanos da cidade, formando uma burguesia incipiente que será fundamental na industrialização do município:

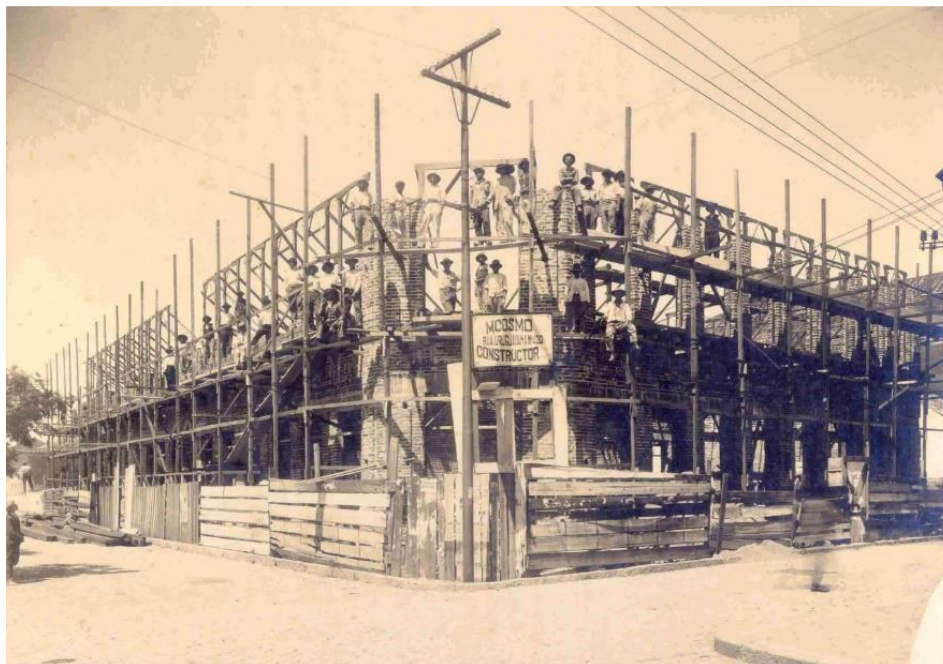
No que concerne à metade sul da província, se o charque era responsável pelo acúmulo de capital por parte da charqueadores e pecuaristas assim como no poder de influência em âmbito estatal a ponto de atrair investimentos como a rede de ferroviária, coube aos comerciantes de cidades como Pelotas e Rio Grande, ligados à importação e exportação, em parte imigrantes europeus de primeira e segunda geração, serem os responsáveis pela inserção da economia sul-rio-grandense no ramo fabril. Embora as charqueadas fossem consideradas como indústrias na época, sua prática produtiva não condizia com a organização de uma empresa industrial capitalista, devido à existência

da mão-de-obra escrava e processos rudimentares de produção para a salga da carne. Portanto, foram essas as condições que favoreceram o acúmulo de capital comercial e formação de uma cidade cosmopolita que mais tarde daria origem a empresas industriais, durante a industrialização dispersa no sul. (MARTINS, 2006, p. 73)

A gênese do processo de desenvolvimento industrial da cidade do Rio Grande ocorreu em 1873, com a instalação da primeira indústria têxtil do Rio Grande do Sul, a fábrica Rheingantz. Tal empreendimento é o primeiro parque fabril e uma das maiores fábricas instaladas na cidade em sua história, fundada por descendentes alemães e que chegou a contar com mais de 1.200 operários, sendo 900 logo após sua fundação (MARTINS, 2006). Em 1876, foram instaladas fábricas de calçados e alimentos no município, que abrigavam centenas de trabalhadores.

Nessa perspectiva, ao analisar o mercado de trabalho às vésperas da Abolição, é possível perceber quais eram as ocupações dos trabalhadores escravizados e nacionais livres em Rio Grande. Costa (2013), ao analisar o censo de 1872, destaca a grande presença desses sujeitos no trabalho doméstico, criados, jornaleiros, construção civil e marinheiros. Em relação às fábricas, no caso da Rheingantz, em 1887, 60% dos trabalhadores eram brasileiros livres, tendo uma porcentagem de libertos. (COPSTEIN, 1975). Contudo, o autor completa que os estrangeiros, com ênfase aos alemães, apesar de ser minoria, ocupavam os melhores cargos dentro da fábrica. Sobre os marinheiros, também na sua maioria negros, Torres (2018) afirma que, devido à posição portuária da cidade, eram recorrentes espaços de convívio em comum eles e outros negros livres e escravizados – locais ou oriundos de outras regiões -, brancos pobres, quitandeiras, etc. Tal convívio não se restringia somente à área portuária, mas se articulava em outros espaços do centro urbano, seja de lazer ou de trabalho.

Figura 2- Foto de trabalhadores da construção civil na metade final do século XIX em Rio Grande



Fonte: Acervo Liber Studium

Estas informações, principalmente levando em conta que a principal base econômica e social ainda era o sistema escravista e a exploração da mão de obra de escravizada, é fundamental para entender que, ao longo do século XIX, havia um convívio intenso, seja no local de trabalho ou em outros espaços da vida, entre trabalhadores escravizados, libertos e assalariados. Ou seja, diferentemente do que se propagou por muito tempo na historiografia tradicional, não houve um processo de transição da escravidão para o dito trabalho livre a partir de uma ruptura brusca, algo evolutivo e natural das transformações econômicas, mas sim como um processo complexo envolvendo experiências de diferentes sujeitos e diversos embates sociais e disputas políticas. Assim, corroborando com os historiadores Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes (2006), é necessário romper as dicotomias estabelecidas entre escravo/trabalho livre, pré-industrial/industrial, arcaico/moderno, buscando conexões entre as transformações ocorridas, trazendo à luz suas remanescências e discontinuidades.

Dessa forma, torna-se impossível considerar o processo de formação da classe trabalhadora rio-grandina (e também do Brasil) somente a partir da Abolição em 1888, já que não houve uma substituição completa da mão de obra de trabalhadores nacionais, na sua grande maioria negros escravizados e libertos, por um contingente de imigrantes

européus. Pelo contrário, a presença de trabalhadores/as negros/as – por mais que, muitas vezes, em posições mais precárias¹² – é marcante não só no período que vai anteceder a abolição, como vimos nos dados anteriores, mas em todas as primeiras décadas da República Velha, como veremos nas próximas seções. A análise feita pelo historiador Marcelo Badaró sobre a formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, por isso, é válida para pensar o caso de Rio de Grande:

Tendo em vista que escravizados conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano; que protestos coletivos de uns e de outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados. (MATTOS, 2008, p. 21)

O presente trabalho, desde modo, insere-se no debate historiográfico recente que busca diálogos e convergências entre estudos sobre a escravidão urbana na segunda metade do século XIX e as pesquisas sobre história social do trabalho, através da superação da barreira cronológica de 1888 para melhor compreender a formação da classe trabalhadora e suas respectivas experiências organizativas, abarcando sujeitos antes negligenciados.

Nesse sentido, vale-se de diversos trabalhos que visaram entender as relações entre História do Trabalho, História da Escravidão e do Pós-Abolição. Um dos estudos pioneiros sobre ausência dos trabalhadores negros dentro da historiografia do trabalho, é a pesquisa da Silvia Lara (1998), que criticou fortemente a noção de transição mecânica empregada tradicionalmente pelos historiadores entre escravidão e industrialização, valorizando as experiências dos trabalhadores negros no período imperial e no pós-abolição, apontando remanescências entre os dois regimes de trabalho. Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009), por sua vez, ao abordar, a partir de um amplo levantamento historiográfico, as pesquisas que trazem os trabalhadores

¹² Em relação às posições subalternas ocupadas pelos trabalhadores negros e negras no mercado de trabalho no pós-abolição, Clóvis Moura (2021) aponta o papel preponderante do racismo estrutural na emergência do trabalho livre e na expansão capitalista no país, responsável por sedimentar um projeto nacional anti-negro e baseado na lógica do embranquecimento. Já sobre as transformações ocorridas especificamente no trabalho doméstico com o avanço do trabalho livre e assalariado e com o declínio da escravidão, sugere-se os trabalhos de Ana Paula Costa (2013) e Flávia Fernandes de Souza (2017).

escravizados e livres como sujeitos históricos ativos, oferecem uma contestação ao que eles chamam de “muro de Berlin historiográfico”, que tendeu a separar historiadores sociais da escravidão e do trabalho, bem como as lutas dos escravizados pela liberdade e o movimento operário posterior. O trabalho do historiador Marcelo Badaró (2008) também é essencial para a presente pesquisa. Ao recuar o escopo temporal pra entender o processo de formação da classe trabalhadora carioca, Badaró busca entender as experiências de trabalho, de vida, organizativa e de ação coletiva não só daqueles trabalhadores comumente chamados de “livres”, mas também das lutas dos trabalhadores escravizados pela sua liberdade. Por fim, Beatriz Loner (2016)¹³, ao analisar o surgimento da classe trabalhadora em Rio Grande e Pelotas, constatou não só presença negra na força urbana daquelas cidades, mas a relação íntima entre as questões raciais e classistas nas organizações e entidades formadas pelos operários

1.2. Do Movimento Abolicionista às primeiras Associações de classe: experiências organizativas dos trabalhadores

Como visto na seção anterior, pela forte presença de trabalhadores escravizados ao longo de todo século XIX na cidade do Rio Grande, o compartilhamento de experiências entre trabalhadores livres e escravizados foram intensas tanto nos locais de trabalho como em outras localidades da cidade. Nesse sentido, o caso de Rio Grande é um ótimo exemplo para endossar a posição dos historiadores e historiadoras citados anteriormente que questionaram o velho mito presente na historiografia do trabalho que enaltecia o protagonismo do trabalhador imigrante no processo de formação da classe trabalhadora, que fazia parecer transparecer uma ideia de uma classe operária “importada”.

O próprio movimento de trabalhadores assalariados inicia-se antes mesmo da abolição, com o caso dos artistas, termo que servia para designar um segmento dentro dos trabalhadores que desempenhavam um dado ofício, normalmente os artesãos especializados. Marcelo Badaró Mattos (2008) identificou atuações dos artistas no Rio de Janeiro a partir do *Jornal dos Tipógrafos*, formados por trabalhadores de jornais da capital carioca, que protagonizaram umas das primeiras greves que se tem conhecimento no Brasil, a greve dos tipógrafos de 1858. A partir desse periódico, o

¹³ É necessário reforçar o pioneirismo da historiadora Beatriz Loner, já que o livro mencionado, publicado em 2016, é fruto da sua ampla tese de doutorado em 1999, resultando um alto grau de originalidade à perspectiva teórica-metodológica da autora, que influencia, até hoje, os historiadores sociais do trabalho.

historiador identificou manifestações preliminares de uma identidade de classe em construção, sobretudo ao se manifestarem e se entenderem como um segmento da classe que é explorada pelos seus inimigos – os patrões.

Na cidade do Rio Grande, um dos principais polos comerciais do Rio Grande do Sul no período e pioneira em algumas atividades artesanais e fabris, a presença desses artistas também era comum. E, assim como no Rio de Janeiro, houve organização por parte dos mesmos, a exemplo da fundação do periódico *O Artista*, fundado em 15 de setembro de 1862, por Thomaz de Mello Guimarães, João Pinheiro de Lemos, Eulálio de Mello Guimarães, Antônio da Cunha Silveira e Francisco Pereira de Mello, todos operários de um jornal de maior circulação na cidade, o *Echo do Sul*. (NEVES, 2001, p. 12).

Nos primeiros números do jornal já é possível perceber a tentativa de se desvincular de qualquer interesse dos setores dominantes locais, enfatizando que “nenhuma influência local domina a nossa folha” e que o periódico era “inteiramente independente, pois ninguém pactua com o nosso obscuro artista”. Nota-se que o objetivo principal da categoria era “a defesa dos sagrados direitos dos que trabalham, o amor à pátria, a propagação da luz benéfica nas classes operárias” (O ARTISTA. Rio Grande, 02/02/1863). Para tal, defendem a criação de associações que unissem não só os artistas, mas também outros segmentos da classe trabalhadora, como no caso da proposta de fundação da “Liga Artística e Operária”, com objetivo de combater o “domínio dos poderosos e aristocratas” e garantir “sua prosperidade, independência e ação própria” (O ARTISTA, Rio Grande, 22/09/1862). Ainda no embate entre “trabalhadores” e “aristocratas”, O Artista reforça que “a verdadeira força reside no povo, nas classes trabalhadoras”, em contraponto aos setores dominantes, que minguariam caso “o povo não trabalhasse, não lhes preparasse as iguarias de sua mesa, não lhes fabricasse as roupas que veste, não lhe edificasse seu palácio”, “o que seria ele sem os braços do povo?”. E finalizam com as seguintes palavras de ordem: “União, artistas! União, operários! União, jornaleiros. União, todas vós que trabalhais!” (O ARTISTA. Rio Grande, 26/12/1862).

Ao analisar esses trechos, percebe-se semelhanças com o caso carioca, principalmente no que toca a definição de uma classe oposta que rivalizava com seus interesses. No caso dos artistas rio-grandinos, amplia-se os seus adversários de classe para além dos patrões dos jornais que os exploravam, englobando a “aristocracia” e os “poderosos” locais. A forma como esse segmento social se identifica como “operários”,

“classe trabalhadora”, “classe operária”, e a insistência na fundação de agremiações próprias, por sua vez, evidencia a afirmação de uma identidade de classe e a tentativa embrionária de criação de organizações de e para trabalhadores.

Porém, endossando a posição de Badaró (2008), se é inegável que tal movimentação faz parte da formação do operariado urbano, deter-se apenas a face do trabalho livre para pensar esse processo, ainda mais numa cidade com a presença massiva de trabalhadores escravizados como Rio Grande, torna-se um grande equívoco. Não há registros da tentativa dos artistas em abarcar os trabalhadores escravizados nas suas agremiações, dando a entender que havia uma ênfase ao trabalho assalariado. Em contrapartida, o jornal *O Artista* foi um importante veículo de combate à escravidão e de apoio ao movimento abolicionista. Em diversos artigos, manifestam-se contra seus adversários, os aristocratas, questionando os interesses econômicos em jogo e se colocando ao lado dos escravizados. Os artistas propõem a promoção de uma “cruzada” em nome da “civilização”, da “humanidade” e dos “irmãos de pátria”, contra os “potentados” que temem “prejudicar suas fortunas”. (O ARTISTA, Rio Grande, 24/11/1862). Os artistas, desta forma, atuaram de forma enfática na luta pelo fim da escravidão, demonstrando uma forma de solidariedade e atuação conjunta na luta pela liberdade, que, inegavelmente, será fundamental na criação de laços entre os trabalhadores livres e escravizados.

Referente ao debate sobre o Movimento Abolicionista, historicamente foi analisado como um processo de “cima pra baixo”, ou seja, restrita à sociedade livre e dirigida pela classe dominante. A partir desse viés de análise, a população negra não haveria participado de forma ativa, pouco contribuindo na luta pela sua liberdade.¹⁴ De antemão, o presente trabalho refuta tal argumentação, aproximando-se da leitura feita por Marcelo Badaró (2008), que entende o movimento abolicionista como um movimento social mais significativo da segunda metade do século XIX, e de Clóvis Moura (2021), que traz a rebelião negra para o centro do debate, entendendo-a como a dinamizadora do processo de abolição e como o principal embate de classes daquela época – entre escravizados e escravistas. Assim, como parte-se da ideia que a classe também se forma no movimento, é fundamental compreender a centralidade da luta pela

¹⁴ Sobre as diferenças de análises sobre o Movimento Abolicionista no interior do marxismo, recomenda-se o artigo recentemente publicado de Marcos Queiroz (2021), que vai detalhar as aproximações e discordâncias entre as obras de Florestan Fernandes e Clóvis Moura sobre a temática. No âmbito da história social, tal perspectiva já é questionada há bastante tempo, a exemplo do trabalho Hebe Mattos (2013).

liberdade e a experiência do movimento abolicionista como um legado para a formação do movimento operário.

Para Clóvis Moura (2022), a escravidão não só forjou o lucro e os arranjos estatais e institucionais, mas também uma gama de lutas políticas por parte dos trabalhadores escravizados, que buscavam alterar a natureza do regime de exploração. Assim, os atos da rebelião negra (fugas, suicídios, assassinatos de proprietários, formação de quilombos, etc.) devem estar inseridos na análise do processo de transição da escravidão para o trabalho livre, sendo entendidos como os elementos que potencializam o processo de abolição. O autor completa que, dentro desse escopo de lutas, os quilombos eram os grandes catalisadores desse fenômeno, influenciando nas atitudes e táticas adotadas pela classe senhorial e pelo próprio movimento abolicionista que se formariam posteriormente.

Embates entre escravizados e escravistas foram registrados em Rio Grande. O caso mais conhecido é o Quilombo do Negro Lucas, localizado no interior da cidade do Rio Grande, que teve uma duração de mais de 10 dez anos e abrigou diversos escravizados fugitivos, conforme indicam jornais do período:¹⁵

“Há mais de dez anos que se achava foragido, e embrenhado no mato da Ilha dos Marinheiros, um preto por nome Lucas, junto com muitos outros escravos fugidos, que ali se acostumam acontar desde largo tempo: este selvagem andava de continho armado de espingarda, espada e faca, e saía de vez em quando a passear pela Ilha, ameaçando os moradores brancos, a quem se tornava ainda mais temível pela grande proteção, que tinha dos pretos, e pardos forros, que ali residiam: sete assassinatos sabe-se que haviam sido por ele perpetrados: sendo as duas últimas vítimas da sua ferocidade Antonio Vicente, pobre pai de família, e um moço filho de um dos delegados da mesma Ilha Francisco Gonçalves d’Assumpção, há pouco por ele morto de um tiro, em ocasião que diligenciava prendê-lo. Em consequência desde último atentado, mandou o nosso muito benemérito Juiz de Paz que o sobredito delegado, com quatro Guardas Nacionais, se postasse de emboscada no mato para o fim de o prenderem: assim se executou e no fim de doze dias de diligencias, veio um pardo que andava no mato à título de fugido avisar aos Guarda Nacionais, que o assassino havia de vir de passeio na manhã do 1º do corrente, a casa de um preto escravo do Sr. Justino José de Oliveira: aproveitaram-se desta ocasião e recolheram-se a dita casa, onde com efeito, pelas nove horas da manhã do dia assinalado, chegou o bárbaro armado segundo o seu costume. Junto com dois outros pretos armados e uma preta: aproximando-se a porta, foi-lhe aberta pelos Guardas Nacionais, que ali se achavam com o dito delegado, e os quais lhe deram a voz de preso: no mesmo instante o negro recuou, pôs o joelho em terra, e com a maior rapidez disparou a espingarda para dentro da casa, de cujo tiro pouco faltou que matasse um dos guardas Nacionais, avançando depois sobre eles de espada, e ao mesmo tempo os outros dois de lança: os guardas nacionais vendo-se em iminente perigo, um deles disparou sobre eles e um tiro, do qual caiu morto o Lucas, pondo-se os outros dois em apressada fuga. No dia seguinte, passou o

¹⁵ Fica o agradecimento ao arqueólogo Cristiano Landgraff, pesquisador do Quilombo do Negro Lucas, que gentilmente cedeu as fontes jornalísticas.

mesmo delegado com alguns cidadãos a fazer o exame ao Quilombo. [...] (O OBSERVADOR, Rio Grande, 8/01/1833)

Portanto, percebe-se que houve lutas radicais de escravizados que, por mais que aniquiladas, desgastavam a escravidão e pressionavam o processo histórico da abolição - mesmo que em um período anterior a ele. Convém ressaltar que, além da participação dos trabalhadores assalariados na luta abolicionista, também se tem registros de sociedades e clubes abolicionistas negros que buscavam comprar cartas de alforrias de escravizados. Um bom exemplo dessa participação ativa, é o caso do carpinteiro Manoel Conceição dos Santos, recém-liberto, que teve um papel fundamental na articulação de grupos abolicionistas radicais em Pelotas e Rio Grande, como na formação de um jornal de cunho abolicionista e republicano: *A Voz do Escravo*. (LONER, 2013, p. 4).

Porém, após a abolição, em 1888, as lutas de Manoel Conceição dos Santos e de outros trabalhadores negros não foram finalizadas. A partir das fontes, percebe-se que as primeiras organizações operárias vão expressar uma consciência de classe que evidencia explicitamente esse paralelo de experiência entre trabalhadores livres, libertos e escravizados. A Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, por exemplo, foi fundada em 1891, possuindo um caráter mutual e abrigando exclusivamente pretos e pardos. (COSTA, 2013, p. 133). Ao analisar sua primeira diretoria, percebe-se que a maioria dos nomes eram operários da construção civil e do Porto.¹⁶ O presidente era José da Silva Santos, pedreiro e filho mais velho de Manoel Conceição dos Santos. A exemplo do seu pai, José também foi um militante ativo da luta abolicionista. (LONER, 2013, p. 136)

Tal entidade, que teve uma duração superior a um ano, acabou sendo o embrião da primeira organização operária em Rio Grande, a Liga Operária, fundada em 1892. A pesquisa da historiadora Ana Amaral Costa (2013) constatou a vinculação profunda entre as duas, onde a Liga Operária, inclusive, utilizava a sede que era da Sociedade Filhos do Trabalho. A Liga Operária, por sua vez, agregou outros operários e interessados, não sendo mais restrito a trabalhadores e trabalhadoras negras. Mesmo com uma duração efêmera, protagonizou lutas importantes no período do pós-abolição,

¹⁶ A diretoria da Sociedade Amigos do Trabalho era composta por: **José da Silva Santos** (pedreiro), presidente; Antônio Luiz de Campos, vice-presidente; **João Domingos Martins** (pedreiro), primeiro secretário; Mescêncio Cobelino Teixeira, segundo secretário; José Fernandes Canello, tesoureiro; **Marçal da Silveira Dutra** (carpinteiro), **Simão Constantino Nunes** (calafate) e **Amaro Athanazio de Assumpção** (marceneiro), como fiscais presidentes; Ezequiel Coelho de Santa Barbara, Alberto do Nascimento Lemos e Francisco José da Silva como diretores (COSTA, 2013, p. 134, destaque do autor). Os nomes grifados são daqueles trabalhadores que estiverem presentes na direção de ambas organizações.

como contra a carestia de gêneros alimentícios, propondo a criação de armazéns cooperativos. O que cabe ressaltar nesse primeiro momento, é a presença de 5 trabalhadores que faziam parte da direção da Cooperativa Filhos do Trabalho no corpo diretivo da Liga Operária, entre eles José da Silva Santos, o que demonstra, novamente, a relação umbilical entre as sociedades da comunidade negra com as primeiras organizações de classe e o próprio protagonismo que trabalhadores negros tiveram nesse processo.¹⁷

Não se há registros de uma longa duração da Liga Operária, talvez pela proposta de armazém colaborativo ter naufragado, mas sem dúvidas foi um legado para a fundação da maior e mais duradoura entidade operária de Rio Grande, a Sociedade União Operária, fundando em dezembro de 1893 e inaugurada no dia 1º de maio de 1894 (LONER, 2016, p. 125). Ela se constituía numa sociedade com objetivo educacional, beneficente e de representação de classe, contribuindo vigorosamente na unificação do movimento operário local e encampando diversas lutas enquanto esteve na ativa – ela só foi fechada com o golpe militar em 1964. Percebe-se, mais uma vez, a presença de trabalhadores negros na fundação dessa nova entidade. Além de José da Silva Santos, outra vez presente entre a direção, nota-se participação do seu irmão mais novo, Manoel Ramão Conceição da Silva Santos, também operário do ramo da construção civil. (LONER, 2013, p.11)

Essa ligação entre militância negra e operária também estará presente em associações de cunhos variados, característica que contribuirá para manter um conteúdo mais proletário nos clubes recreativos que irão surgir ao longo de todo período analisado. O Grêmio Dramático Recreio Operário e a Sociedade Dramática União Recreativa Operária, ambas formadas por operários negros em 1890, se sobressaíram como entidades teatrais com um evidente recorte de classe e raça, possuindo uma forte relação de solidariedade entre si frente à constante discriminação social e racial que enfrentavam (COSTA, 2013, p. 132). A própria Sociedade Filhos do Trabalho adquiriu

¹⁷ A Liga Operária estava composta pelo presidente Marcus Caetano da Cunha (carpinteiro), vice-presidente Pedro Gaylenex (ferreiro), secretário **José da Silva Santos** (pedreiro), segundo secretário Felipe Benício da Silva (sapateiro), tesoureiro **Marçal da Silva Dutra** (carpinteiro), tesoureiro adjunto Marcellino Messias (alfaiate), procurador Ulysses Candido da Silva (pedreiro), procurador adjunto **Amaro Athanásio de Assumpção** (marceneiro), primeiro fiscal Raul Martins de Freitas (funileiro), segundo fiscal Alfredo Luiz dos Santos (marceneiro), terceiro fiscal Alfredo Farias dos Santos (tipógrafo); diretores: José Benício de Senna (trabalhador da alfândega), Alexandre L. Marini (pintor), Arthur Silva (entregador de jornal), Joaquim da Cruz Dias (segeiro), Estanislau A. Garcia da Fonseca (correio), Ubaldino Ferreira Leal (funileiro), Marciano Rodrigues de Oliveira (carpinteiro), José Guedes Machado (sapateiro), **Simão Constantino Nunes** (calafate), Luiz Araújo (colchoeiro), José de Oliveira Monteiro (ourives), **João Domingues Martins** (pedreiro).

características cênicas com o passar dos anos, sendo possível constatar sua relação com clubes de futebol operário e com o próprio movimento operário local (RIO GRANDE, Rio Grande, 23/08/1926). O intuito não é citar associações de todos âmbitos que possuíam essa simbiose classista e racial, mas compreender que parte significativa das experiências em comum dos trabalhadores e elos importantes da formação de uma identidade de classe formavam-se nos espaços fora dos locais de trabalho - como veremos nos próximos capítulos o caso do futebol.

Figura 3 – Atividade na Sociedade União Operária em 1908



Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Antônio Guedes Coutinho¹⁸, fundador do Partido Socialista em Rio Grande e um dos fundadores da Sociedade União Operária, reconhece, apesar de apontar limites e fragilidades, a importância dessas entidades na tentativa de unir os diferentes setores da classe trabalhadora da cidade, na defesa dos interesses de classe e na confraternização operária. (ECHO OPERÁRIA, Rio Grande, 24/10/1897). Dessa forma, o objetivo do trabalho não é fazer um balanço sobre as táticas de lutas adotadas por cada organização e suas possíveis falhas, mas ressaltar a importância que experiências organizativas anteriores, principalmente àquelas ligadas aos trabalhadores negros, tiveram na organização inicial do movimento operário rio-grandino.

¹⁸ Para saber mais sobre a biografia deste militante, recomenda-se a pesquisa do historiador Benito Schimidt (2000).

1.3. Greves e lutas sociais

As greves e os movimentos reivindicatórios sempre foram espaços estratégicos de unificação e coesão de uma identidade de classe. Rio Grande, cidade com uma grande concentração de trabalhadores e trabalhadoras, desenvolveu fortes organizações que pautaram reivindicações e lutas sociais tanto no período que antecedeu a abolição como nos primeiros anos de República, geralmente possuindo um conteúdo radical e contando com muita repressão por parte do Estado.

Ainda no período oitocentista, mais precisamente em 1882, há indícios de uma paralisação envolvendo “cangueiros¹⁹” (carregadores) na sua maioria negros escravizados, por conta do alto imposto municipal.²⁰ Não foi possível aferir mais fontes sobre o episódio, mas casos envolvendo paralisações de trabalhadores escravizados foram comuns no território brasileiro. Talvez o exemplo mais conhecido é a greve negra de 1857, em Salvador, abordado na pesquisa de João José Reis (1993), onde um grupo de trabalhadores urbanos que reuniam ganhadores, na sua maioria escravizados, organizados a partir das distintas identidades étnicas, se revoltaram contra taxas municipais e se articularam fortemente através dessa mobilização para barrar o imposto.

Já no período do pós-abolição, a primeira greve de Rio Grande é a protagonizada por tecelões e tecelãs da Rheingantz, em 1890, marcada pelo alto grau de auto-organização dos operários. Segundo Loner (2016), a greve abrangeu todas as seções, inclusive os setores nos quais trabalhavam mulheres e crianças²¹, paralisando a fábrica por uma semana. Esta greve coloca questões muito interessantes para a reflexão. A primeira, diz respeito ao nível de estruturação da greve, que contou com reuniões preparatórias e criação de comissões responsáveis pelo diálogo com a imprensa e na segurança para evitar fura-greves. É mister lembrar, como abordado na seção anterior, que em 1890 não se tinha nenhuma associação de classe formada na cidade para dar apoio à mobilização. Por isso, Beatriz Loner parte da hipótese que o contato intenso com operários de outras regiões, pela presença do Porto na cidade, pode ter auxiliado no diálogo sobre mecanismos básicos de uma organização de greve. Porém, uma conjectura que a autora não levanta é a influência que experiências passadas podem ter

¹⁹ O termo “cangueiro” advém de “canga”, peça de madeira encaixada sobre a cabeça dos bois para que possam ser atrelados a uma carroça ou a um arado, por isso a analogia.

²⁰ Informação retirada do artigo de Beatriz Loner (2001), a partir do jornal *Onze de Junho*, Pelotas, 8 dez. 1882.

²¹ Conforme Copstein, a Rheingantz empregava um grande número de mulheres e menores de idade. No final da segunda década do século XX, de um total de 1.020 operários, trabalhavam 440 mulheres adultas e 210 crianças.

tido na mobilização, já que havia a presença abundante de operários nacionais libertos no quadro de funcionários da Rheingantz.

O início do século XX foi marcado pela instalação de dezenas de fábricas em Rio Grande, chegando a ser reconhecida pelos jornais como a “cidade das chaminés” (TORRES, 2015, p. 42). Embora nenhuma outra empresa da região se igualasse ao investimento e ao número de funcionários que a Rheingantz empregava, outras fábricas também tiveram papel importante destacado na cidade. A fábrica Pook, de fabricação de charutos, chegou a empregar mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras, e a Swift, empresa norte-americana que tinha como principal atividade produtiva a frigorificação de carnes, chegou a ter em sua folha salarial mais de 1000 funcionários (MARTINS, 2006, p.124). Com isso, a concentração operária aumentou consideravelmente, chegando a somar 8.604 operários em 1920. (LONER, 2016, p. 50). Todavia, este número excluía da sua análise artesões, autônomos e trabalhadores de oficinas. Contabilizando tais segmentos, o jornal *Echo Operário* chegou a estimar de 8.000 a 10.000 pessoas que viviam do seu próprio trabalho em Rio Grande (ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 24/10/1897)

Tabela 2 – Indústrias instaladas em Rio Grande com mais de 100 operários

Ano de fundação	Empresa	Ramo	Número de operários
1874	Rheingantz	Têxtil	1.200
1889	Indústria Leal Santos S. A	Alimentos	500
1891	Charutos Poock	Charutos	300
1894	Companhia Fiação e Tecelagem	Têxtil	600
1894	S.A Moinhos Rio-Grandense	Alimentos	112
1902	Fábricas de Calçados João Llopert	Calçados	180
1917	Cia. Swift	Frigorífico	1.500
-	Plano Inclinado Rio-Grandense Luis Loréa	Construção Naval	120
-	Fábrica de Juta Sociedade Industrial Ltda.	Aniagem	140
1929	Cordoaria São Luiz	Aniagem	120

Fonte: “Fortunato Pimentel (1944); CIRG, 1980” apud MARTINS, 2006, p. 123-124.

Ainda que algumas indústrias possuíssem políticas próprias de importação de mão de obra de imigrantes - como a fábrica têxtil Ítalo-Brasileira e a de produção de charutos Pook - é plausível que os trabalhadores negros e nacionais permanecessem em grande quantidade na cidade, pois a população municipal de Rio Grande em 1911 era de 44.835 habitantes, sendo 39.492 brasileiros (MARTINS, 2006, p. 149). Portanto, apesar da dificuldade em encontrar dados sobre a cor dos trabalhadores nas primeiras décadas da República Velha, não é exagero endossar a afirmativa onde os negros e negras eram os “operários em excelência em Rio Grande” (LONER, 2016, p.167).

Sobre a questão da cor nos estudos dos mundos do trabalho e do movimento operário, o historiador Álvaro Nascimento (2016) tece duras críticas às pesquisas que tendem a não incluir os trabalhadores e trabalhadoras negras enquanto formadores e pertencente da classe trabalhadora. Mesmo reconhecendo as dificuldades enfrentadas para encontrar fontes que indicam a cor dos operários, o autor sugere um maior diálogo com o campo da escravidão e do pós-abolição na busca de instrumentos metodológicos que evidenciem a experiência de negros e negras nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, Loner (2016) propõe um método de identificação de nomes de indivíduos em entidades reconhecidamente negras e depois a ampliação desta procura em outras organizações classistas – caminho amplamente utilizado por esta pesquisa no capítulo 3. Além disso, utilizando-se de momentos de maior acirramento da luta de classes, onde as fontes policiais são mais abundantes, também ajuda-nos a entender o papel dos trabalhadores negros nas associações de classe.

A greve geral de 1919, que durou 12 dias, foi o movimento reivindicatório mais forte e abrangente daquele período. O levante se iniciou entre os trabalhadores das obras do Novo Porto e foi coordenado pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), de linha política libertária. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 5/05/1919). A greve, que alcançou praticamente todos os setores da classe trabalhadora rio-grandina, abarcando estivadores, operários de oficinas mecânicas, das fabricas de tecelagem da Ítalo-Brasileira e Rheingantz, dos frigoríficos e da construção civil em geral (ECHO DO SUL, Rio Grande, 7/05/1919), assustou a classe dominante e as autoridades locais, que foram obrigadas a fecharem seus estabelecimentos e clamar por ajuda do âmbito estadual (ECHO DO SUL, Rio Grande, 9/05/1919). No ápice do conflito, após uma passeata que reuniu 3.000 trabalhadores, os manifestantes foram atacados brutalmente

pela polícia, deixando vários feridos. Após, já em frente à sede da UGT, novamente os trabalhadores foram atacados pelo braço armado do Estado, havendo troca de tiros, prisões, morte de operários e fechamento da sede. A partir da ocorrência policial divulgada pelo jornal *Echo do Sul*, é possível tirar algumas informações dos militantes envolvidos no episódio:

Delfim José de Castro, de 47 anos, brasileiro, branco, casado com d. Maria José de Castro, morador da rua Vice-Almirante Abreu, n13 antigo, recebeu um ferimento de bala na caixa do corpo que lhe produziu morte instantânea. Era ele pedreiro e deixa duas filhas menores.

Heleodoro Cruz, de 27 anos, branco, brasileiro, morador à rua Marechal Deodoro, empregado da Companhia Francesa, ferimento de bala no ombro esquerdo.

Polycarpo Campo, de 19 anos, empregado na fábrica Leal Santos, brasileiro,, branco, morador à rua Aquibadan, ferimento de bala com a fratura do osso da coxa esquerda.

Leopoldino Gomes, de 18 anos, brasileiro, pardo, morador à rua Barão de Contangipe, ferimento de bala na coxa esquerda.

Adão Rodrigues, 30 anos, brasileiro, pardo, morador à Rua General Canabarro, ferimento de bala no pescoço e na virilha.

João Baptista de Oliveira, de 23 anos, branco, brasileiro, morador à rua das Trincheiras, ferimento de bala na perna esquerda. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 9/05/1919)

A fonte permite supor que havia uma presença abundante de trabalhadores nacionais, sendo alguns declarados como pardos, na linha de frente da greve de 1919. Uma hipótese que pode explicar essa participação, é o protagonismo histórico das entidades portuárias nas eclosões de greves na cidade – além da 1919, ainda há os exemplos da participação da categoria na Greve Geral de 1918 (*ECHO DO SUL*, Rio Grande, 1/10/1918) e na greve contra a carestia em 1924 (*A Lucta*, Rio Grande, 24/03/1924). É verdade que tal suposição carece de pesquisas mais detalhadas sobre a situação local, mas pesquisas envolvendo os portuários em outras localidades evidenciam a participação ativa de trabalhadores negros nas lutas da categoria. (ARANTES, 2005; BERDU, 2018).

Em relação a questão racial dentro das correntes ideológicas existentes no movimento operário naquele momento, Beatriz Loner (2016) identificou a presença de militantes negros que eram ativos nas organizações anarquistas e encontrou relatos que mostravam a preocupação de lideranças libertárias com as questões envolvendo classe e raça na região. Cecílio Vilar, líder nacional anarquista que esteve em Rio Grande, relatou ao jornal operário *Voz do Trabalhador* que a militância local precisava

reagir denodadamente contra os preconceitos profundos, vestígios da escravidão que dividem os trabalhadores. Como tem acontecido em outras partes, os trabalhadores daí chegam à compreensão de que as nacionalidades, as cores, as raças não devem ser empecilhos à sua função, com

congraçamento de todas as suas energias no combate ao regime que a todos traz escravizado (LONER, 2016, p. 191)

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a formação da classe trabalhadora em Rio Grande apresentou características marcantes no que diz respeito a solidariedade e compartilhamento de experiências em comum entre os trabalhadores assalariados e escravizados, no período da escravidão, e trabalhadores negros e brancos nas primeiras décadas do pós-abolição. Isso não quer dizer que o preconceito racial e as rivalidades étnicas não operassem também no interior da classe trabalhadora na cidade, mas, respaldado pelas fontes e pela documentação analisada, entende-se que houve bastante espaço para uma articulação em comum na defesa de seus direitos, traço que será fundamental no processo de fazer-se classe.

Por fim, a elaboração desse capítulo é essencial para compreender os demais. Antes de adentrar sobre os clubes de futebol operário, é necessário compreender quem são estes trabalhadores. Como se vê no caso de Rio Grande, cidade marcada pela escravidão, classe nunca esteve dissociada de raça. Portanto, é fundamental entender como o cenário de lutas complexas durante o período anterior à abolição, que articulavam trabalhadores livres, libertos e escravizados, deram sustentação as agremiações operárias que alcançariam o final do século XIX e início do XX. Não é por acaso, desta forma, que a formação de uma liga proletária de futebol – que veremos no capítulo 3 - tenha sido protagonizada por trabalhadores nacionais, sobretudo negros, já que os mesmos anteciparam os imigrantes não só nas lutas sociais, mas também na construção de associações de cunhos variados.

2. O pioneirismo futebolístico de Rio Grande/RS e sua proliferação entre a classe trabalhadora

*Linda viagem, a que havia feito o futebol:
tinha sido organizado nos colégios e universidades inglesas,
e na América do Sul alegrava a vida de gente
que nunca tinha pisado numa escola*

(Eduardo Galeano – Futebol ao Sol e à sombra)

Esta seção pretende analisar as contradições sociais presentes na prática inicial do futebol em Rio Grande/RS, predominantemente aristocrática, e as potencialidades e limites da apropriação dessa prática por parte da classe trabalhadora. Para tal, o capítulo será dividido em três momentos. a) Inicialmente, será analisado o pioneirismo do futebol na cidade e sua importância na difusão do esporte bretão no estado a partir da fundação do SC Rio Grande, em 1900, relacionando com as intensas transformações econômicas e sociais vivenciadas na cidade. b) No segundo momento, irá se abordar como o futebol se tornou rapidamente um “esporte proletário de massas”, buscando entrelaçar uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre futebol operário no Brasil com um primeiro levantamento em fontes de equipes vinculadas ao proletariado e às fábricas de Rio Grande. c) Por fim, na terceira parte, será aprofundo, também via fontes documentais, a fundação e as diretrizes das primeiras ligas de futebol na cidade, pois as mesmas acabam se tornando o epicentro das tensões entre os clubes de diferentes origens sociais, reforçando mecanismos de dominação e exclusão social no âmbito futebolístico.

2.1. O pioneirismo do SC Rio Grande e seu papel na difusão do esporte pelo RS

A história do futebol remonta aos períodos de consolidação do capitalismo industrial no século XIX, sendo gradativamente incorporada por escolas designadas à elite britânica como forma de educação corporal e cívica, mas também como espaço de projeção destes setores em relação a outros grupos sociais. Para Mascarenhas (2002), não é de maneira involuntária que a dinâmica do futebol se aproxime muito da forma de operação do ambiente fabril, principalmente no que tange às especializações de funções, a existência de um comandante (o treinador), o trabalho coletivo e a busca incessante de produtividade, pois o esporte, naquele momento, pode ser entendido como uma espécie de pedagogia industrial por parte da burguesia.

O autor acresce que a difusão do esporte na Inglaterra e sua conseqüente popularização ao povo trabalhador pode ser explicado através da disseminação no sistema de ensino britânico combinado com a expansão de ferrovias pelo território inglês. Dessa forma, em uma etapa subsequente ao seu surgimento, o futebol deixa de ser praticado exclusivamente por agremiações burguesas e aristocráticas e passa a ser praticado por diversas outras associações e demais setores sociais. Algumas razões devem ser analisadas para entender a rápida popularização do futebol entre a classe trabalhadora. Para Giuilianotti (2002), o vácuo surgido nos lazeres populares, no século XIX, com o êxodo de homens e mulheres para as cidades e o gradativo desaparecimento de práticas de lazer ligadas ao ambiente rural, é uma chave importante de explicação. Existindo tal lacuna, futebol aparece como esporte simples de ser jogador e que não precisa de uma estrutura sofisticada para ser colocado em prática, facilitando sua absorção pelos setores populares

Somente umas poucas regras fundamentais devem ser obedecidas se o futebol for significativamente jogado e tiver plateia. Não é permitido aos jogadores tocar a bola com a mão e tampouco chutar a canela do adversário, ao mesmo que cada time deve ganhar do outro por meio do maior número de gols em um gol reconhecido. [...] Ao mesmo tempo que o futebol pode ser jogado em muitos lugares públicos, informais, não requer nenhum traje especial ou tecnologia sofisticada, exceto a esfera de tamanho requerido para passar e driblar. (GIULIANOTTI, 2002, p.7-8)

Hobsbawm (2000) atesta que o futebol como “esporte proletário de massas” – quase uma religião leiga dos trabalhadores – é visto de forma mais clara na década de 1880, embora já no final da década de 1870 se percebesse um interesse cada vez maior pelo esporte por parte das classes populares. Acompanhando a expansão urbana e industrial, os operários foram responsáveis por difundir e popularizar o futebol,

ocupando um importante espaço na construção cultural do operariado em formação e tornando-se uma presença perene na cultura do proletariado inglês

O operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo – na verdade, em cidades suficientemente grandes, ele se identificava como uma das metades -, City ou United, Forest ou County, que entre si definiam o cidadão de Manchester, Nottingham ou de qualquer parte. O modelo da cultura do futebol, entretanto, era o mesmo em todos os lugares – com um pouco mais ou um pouco menos de emoção -, e era um modelo *nacional*, ou, para ser mais preciso, um modelo da nação proletária, visto que o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra Industrial. (HOBSBAWM, 2000, p. 291)

A difusão do futebol ao restante do mundo também está atrelada à rede de influência e dispersão do gigantesco império britânico, através dos portos, ferrovias, escolas e fábricas. Para José Sérgio Leite Lopes (1998), no momento que se populariza o futebol na Inglaterra, inicia-se um transplante do esporte a outros países a partir das elites locais, devido à:

a) con la frecuentación y convivencia en las escuelas inglesas de elite (o en escuelas europeas donde el fútbol ya estaba difundido, como en Suiza); b) a través del acceso a la práctica deportiva organizada por las empresas inglesas en el exterior, o incluso en empresas de capitales locales donde la presencia de técnicos ingleses promueve el pasatiempo entre los funcionarios de la empresa; c) a través de la convivencia inglesa en los clubes, originariamente de elite, ya sea aquellos dedicados a otros deportes como el remo, el cricket o el atletismo y que después adhieren a la práctica del fútbol, sea aquellos fundados expresamente como clubes de fútbol. De este origen de elite –donde se destaca la pertenencia a una comunidad de alumnos o ex-alumnos de escuelas o facultades de prestigio– a la posterior popularización, se da un proceso de difusión que tiene especificidades históricas locales, de país en país. (LOPES, 1998, p.3)

Analisando as origens do futebol no Brasil, com ênfase ao caso do Rio de Janeiro, Leonardo Pereira (1998) aponta que são eleitos personagens específicos ligados à burguesia local, como Charles Muller e Oscar Cox, como pioneiros da prática futebolística no país. Em comum na trajetória de ambos, o fato de serem descendente de imigrantes, filhos de famílias abastadas e que foram completar seus estudos em escolas europeias. Assim, calcifica-se uma memória oficial sobre o futebol brasileiro que afirma que ele nasceu e se desenvolveu exclusivamente entre esse setor social

Histórias como a dos “pioneiros” servem assim para atestar somente pelo impulso isolado de alguns grupos abastados que buscavam na Europa as raízes de uma nova cultura e de uma nova civilização para a recém instaurada república brasileira. Elegendo como seus grandes marcos figuras como Charles Muller e Oscar Cox, que difundiram no Brasil as regras que norteavam a prática do *foot-ball association* na Inglaterra, memorialistas e historiadores participam do processo de criação de uma memória do futebol que, tendo um perfil elitista e excludente, é paralela àquela criada para o próprio país nos primeiros tempos do novo regime. (PEREIRA, 1998, p.13)

Se, inegavelmente, a classe dominante foi realmente importantes na difusão do futebol no país, somente este viés de análise não basta para explicar a história do jogo em seus primeiros anos no Brasil. Para Mascarenhas (2002), o futebol penetra no território nacional quase de forma simultânea por diversos pontos, sendo necessário analisar, além da participação dos imigrantes radicados no país, outras redes de difusões, como escolas religiosas, áreas portuárias e contatos com países platinos, onde o futebol já era praticado desde a década de 1860 entre os argentinos e em 1881 pelos uruguaios (STÉDILE, 2015, p. 69).

Pensando no caso da cidade do Rio Grande, pioneira da prática futebolística no estado, percebe-se relação com elementos aristocráticos e essa memória oficial calcada na preponderância da burguesia local, pois os imigrantes ingleses e alemães são analisados como responsáveis pela criação e consolidação das primeiras entidades esportivas na cidade. No decorrer das décadas de 1870 e 1880, surgem os primeiros clubes de regatas, esporte náutico praticado nas águas que banham a cidade (*RIO GRANDE*, Rio Grande, 6/6/1951). Já em 1880, surge o *Club Cricket Rio-Grandense*, responsável pela prática desse esporte inglês próximo do futebol (CÉSAR, 2012, p.22). Descendentes das famílias Lawson, Ashlin, Robinson e Wigg estão intimamente ligados às direções desses primeiros clubes esportivos, todos eles comerciantes e industriais do município.

Referente ao futebol, registros históricos apontam que as primeiras equipes organizadas especificamente para jogar bola foram fundadas no final do século XIX, mais especificamente em 1898. Tais informações, são encontradas em uma série de artigos publicados no jornal *Echo do Sul*, em 1909, que compilou uma série de informações sobre a história do futebol no mundo e no Brasil. Segundo o periódico, ao Sport Club Recreativo deve-se a implantação do futebol na cidade em 1898 (*ECHO DO SUL*, Rio Grande, 13/9/1909). Logo depois, forma-se outro núcleo futebolístico chamado Sport Club União, que passou a rivalizar com o Recreativo nos primeiros jogos de futebol em Rio Grande (*ECHO DO SUL*, Rio Grande, 13/9/1909).

É só dois anos depois, em 1900, que será fundado o Sport Clube Rio Grande, reconhecido pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol) como o clube em atividade mais antigo do país²². O alemão Johannes Minnemann, advindo naquele mesmo ano da

²² A confederação Brasileira de Desportos (CBD), atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF), declarou, em 1975, que o SC Rio Grande é considerado o clube de fundação mais antigo em atuação no

Alemanha, é um dos principais entusiastas da formação da equipe, que será consolidada no dia 19/7/1900 no salão social da Sociedade Germânia, contando entre seus diretores com membros que ocupavam cargos importantes nas indústrias e descendentes de famílias tradicionais da cidade:

J. Minnemann, R. Dietiker, M. E. Castro, Sinclair W. Robinson, E. Kunz, R. Kladt, R. Bernitt, H. Benz, Richard Volckers, Carlos Nieckele JR, Max Bornhorst, Walter Gerdau, Gustavo Pook, O Bernitt, G. Kladt, F. Reimer, E. Lohmann e Boje Schimidt (ECHO DO SUL, Rio Grande, 13/9/1909)

Convém ressaltar, que não se encontra registros sobre a relação entre as primeiras equipes registradas, SC Recreativo e SC União, fundadas em 1898, com o SC Rio Grande. Inclusive, nessa mesma série de artigos divulgados pelo jornal *Echo do Sul*, afirma-se que muitos dos fundadores do SC Rio Grande, entre eles seu principal expoente J. Minnemann, nem estavam na cidade à época da fundação dos primeiros clubes. Dessa forma, não se deve rechaçar por completo a hipótese levantada por Gilmar Mascarenhas (2002) da “da via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul”, já que havia um intenso intercâmbio econômico e sociocultural entre os municípios fronteiriços e a região platina²³.

Além disso, havia-se um grande contato com os marinheiros britânicos através das atividades portuárias, responsáveis, inclusive, pelos primeiros jogos registrados envolvendo clubes de outro país. Nos dias 19 e 23 de maio de 1901, o SC Rio Grande enfrenta o time formado por tripulantes da canhoneira inglesa Nymphe (ECHO DO SUL, Rio Grande, 14/05/1909), situação que se repetirá com outras embarcações ao longo dos anos.

Se não há um consenso sobre a forma de introdução do futebol nem Rio Grande, é indiscutível o papel que a cidade teve um papel central na proliferação do esporte pelo restante do Estado. A partir de 1903 já é possível encontrar relatos onde o SC Rio Grande inicia uma saga de excursões para divulgar o futebol por cidades gaúchas. O primeiro evento, em 1903, comunica a saída de sócios do SC Rio Grande rumo à Porto

Brasil. O dia do Futebol no país, inclusive, é comemorado no dia da fundação do SC Rio Grande: 19 de julho. A Ponte Preta de Campinas/SP, por sua vez, reivindica o posto de clube mais velho do Brasil, alegando que houve anos que o Rio Grande interrompeu suas atividades esportiva. Este embate, já rendeu ações judiciais por parte da equipe rio-grandina, com objetivo de evitar que o clube paulista utilize o slogan em seu estádio. Ver em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/clube-de-futebol-mais-antigo-do-brasil-rio-grande-sobrevive-longo-da-elite-e-busca-retorno/#page7> Acesso em: 7 jun. 2022.

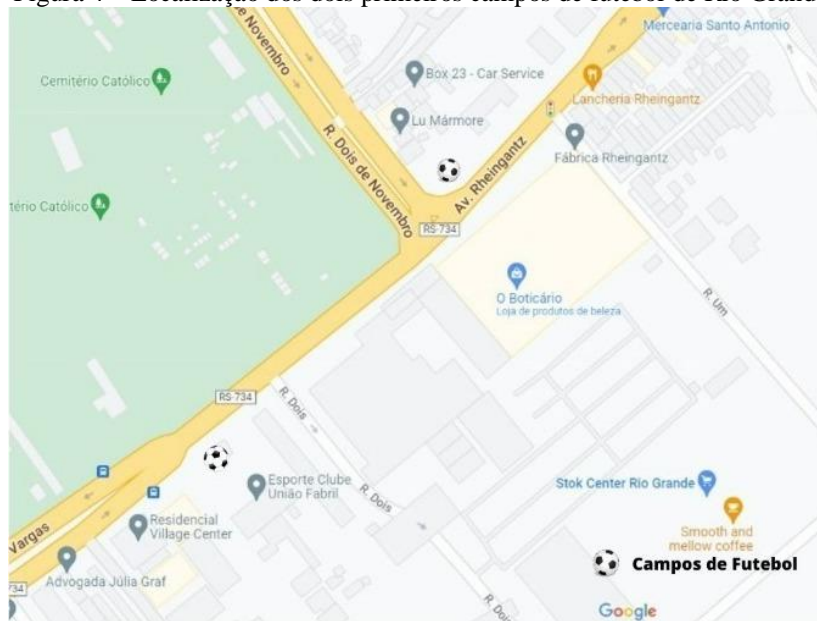
²³ Pesquisa sobre a relação do futebol na fronteira do Rio Grande do Sul vem sendo desenvolvida pelo historiador João Malaia Santos (UFSM). Resultados iniciais de tais investigações foram apresentados no XVI Encontro Estadual da ANPUH-RS, realizado em 2022.

Alegre (ECHO DO SUL, Rio Grande, 5/09/1903), fato que que poderia ter, inclusive, influenciando na fundação do Grêmio²⁴. Em 1906, o clube rio-grandino viaja para apadrinhar um time de Bagé (ECHO DO SUL, Rio Grande, 5/09/1906), e em 1908 desloca-se para Pelotas afim de inaugurar o campo da agremiação pelotense recém-fundada, o Sport Club Pelotas (CÉSAR, 2012, p. 37).

Com o passar dos anos, os jogos de futebol extrapolaram os confrontos intermunicipais e os próprios duelos entre o 1º e o 2º *team* das equipes. Segundo Correia (2014), no período compreendido entre 1900 e 1915, foram fundados 47 clubes de futebol no município, ganhando novos adeptos na cidade além dos clubes esportivos formados pelas elites locais, questionando barreiras de classe e raça.

Os dois campos no qual eram realizados os jogos na época estavam localizados próximos ao recinto ferroviário, vizinhos da fábrica têxtil Rheingantz e não muito distante do Bairro Cidade Nova²⁵. De acordo com César (2012), o primeiro estava localizado no terreno do recinto ferroviário e o outro ficava ao lado da Fábrica, locais exemplificados no mapa abaixo²⁶:

Figura 4 – Localização dos dois primeiros campos de futebol de Rio Grande



²⁴ Segundo Rigo (2004), que realizou entrevistas com importantes jogadores do SC Rio Grande, houve uma troca de informações entre os sócios do clube rio-grandino e os jovens praticante de futebol da capital. Semanas depois de tal encontro, ocorre a fundação do Grêmio em Porto Alegre.

²⁵ Referente ao bairro Cidade Nova, está vinculada com o processo de expansão urbana e industrialização da cidade, sendo grande parte de seus moradores operários e operárias das fábricas e oficinas que começavam a se instalar rapidamente no entorno. Para saber mais sobre a característica operária do bairro, recomenda-se o trabalho do historiador Ticiano Duarte Pedroso (2012).

²⁶ A ideia de construir mapa é totalmente influenciado pelo trabalho do historiador Frederico Bartz, no projeto Caminhos Operário em Porto Alegre. Ver mais em: <https://www.facebook.com/CaminhosOperarios>

Fonte: Mapa feito a partir de fontes de César (2012)

Portanto, por tratar-se de um espaço geográfico de bastante concentração operária, é provável que a prática do esporte nas adjacências dos locais de trabalho e moradia dos trabalhadores chamava a atenção dos setores populares, que gradativamente vão incorporá-lo no seu cotidiano. A figura abaixo endossa tal hipótese:

Figura 5 – Jovens jogando bola no recinto ferroviário de Rio Grande na década de 1910.



Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

2.2. *“O esporte proletário de massas”*: uma análise dos estudos acerca do futebol operário e o caso da cidade do Rio Grande

No Brasil, pode-se notar a presença de várias equipes operárias a partir da década de 1910, principalmente clubes vinculados às fabricas, bem como Votorantin e Crespi, em São Paulo; Bangu Athletic Club, do Rio de Janeiro e o Grêmio Esportivo Renner, em Porto Alegre. Apesar disso, é a equipe carioca que se estabelece como modelo preponderante de explicação sobre a inserção dos operários no meio futebolístico, responsável não só por democratizar o acesso ao futebol às classes populares, mas também de instituir mecanismos de dominação patronal sobre o operariado.

A obra *O Negro no Futebol Brasileiro*, do jornalista Mário Filho, escrita em 1947, foi a principal responsável por estabelecer uma versão irrefutável sobre o desenvolvimento desse esporte entre as classes populares no Brasil. Influenciado pelo debate intelectual do período, Mário Filho defende que o futebol, enquanto uma forte expressão cultural, funcionava como um instrumento integrante da sociedade brasileira, simbolizando uma vitória definitiva contra os resquícios da escravidão e do racismo. O Bangu, desta forma, mesmo tendo os estrangeiros como seus precursores - a partir da chegada de técnicos ingleses que vieram trabalhar na Companhia Progresso Industrial, que administrava a fábrica de tecido fundada no bairro em 1892 - é o primeiro clube a abrir as portas para operários de outras origens, abarcando jovens brasileiros e negros entre seus filiados, o que vai fazer o perfil social da equipe se tornar mais heterogênea que as demais equipes cariocas

Entretanto, na medida que a presença de operários vai crescendo na equipe e na arquibancada, Lopes (1998) atesta que os patrões da fábrica vão percebendo que o futebol pode ser um espaço estratégico de técnica pedagógica e disciplina institucional aplicável a disciplinarização dos jovens advindos da classe trabalhadora. Além disso, torna-se um recinto suscetível para potencializar fissuras intraclases, promovendo regalias e privilégios ao trabalhador com melhor rendimento esportivo, surgindo a figura do “operário-jogador

Con el Bangú se inicia la figura del obrero-jugador; el operario que se destaca menos por su trabajo fabril que por su desempeño en el equipo de la empresa. Por eso se justificaban sus privilegios relativos: facilidad de horario, tareas más leves como por ejemplo la «sala del paño» (donde se hacía el control de calidad del tejido y se atribuía la producción a cada obrero). Si desde el comienzo el fútbol se introduce por iniciativa de los ingleses para su goce y sociabilidad, luego la empresa percibe –pues estaba al tanto de otras compañías en Europa que promovían el fútbol como estímulo a los trabajadores, aumentando su sentido de pertenencia (cf. Rosenfeld, p. 82)– que aquel deporte encajaba bien en las actividades y en el empleo del tiempo libre en el barrio obrero de la fábrica. (LOPES, 1998, p. 6)

Nesse sentido, os trabalhos do jornalista Mario Filho e do antropólogo José Sérgio Lopes – pioneiros em abordar a prática do futebol em determinados segmentos da classe operária -, partem da assertiva que o Bangu foi a equipe que não só democratizou o acesso ao futebol, mas também foi àquela que instituiu o modelo de “operários-jogadores” e serviu de enquadramento moral e simbólica dos trabalhadores – a partir da tutela patronal. Além disso, fazem a distinção entre os clubes de fábrica e da fábrica, exemplificando as diferenças entre dois clubes populares do Rio de Janeiro: o

Bangu e o Andaraí. O segundo receberia menos influência patronal por possuir menos vínculo com a fábrica que o primeiro, que seria praticamente uma extensão da fábrica:

Parece pequena essa diferença de uma letra, entre um “de” e um “da”. O Bangu era um prolongamento da Companhia Progresso Industrial do Brasil. A fábrica se disfarçando em clube. Até na escola. A escola pública Jacinto Alcides, o nome do professor, em baixo da sede do Bangu. A sede dada pela fábrica, com o seu salão de baile, com o seu placó no fundo. Um teatrinho de amadores. Também da fábrica, também do clube. O campo pegado ao jardim da fábrica. Não se sabia aonde acabava a fábrica, onde começa o clube (RODRIGUES FILHO, 2003, p.84)

A pesquisa do historiador Miguel Stédile (2015) buscou questionar o que ele denominou como “paradigma Bangu”, isto é, a trajetória do clube carioca como modelo definitivo de análise nos estudos sobre o futebol operário, onde todo clube *de* fábrica é visto como um clube *da* fábrica (STÉDILE, 2015, p. 283). Ao analisar o caso de Porto Alegre, em especial da equipe vinculada à fábrica Renner, o autor também detectou o objetivo patronal de usar a equipe como instrumento de propaganda da fábrica e a existência da figura do operário-jogador. Porém, Stédile defende que tais ações não são recebidas de forma passiva pelos trabalhadores, encontrando evidências da agremiação enquanto um espaço que se expressa formas de identidade de classe e de solidariedade, compreendendo o recinto fora da fábrica não somente pelo viés da dominação, mas marcado pela tensão e disputa entre operários e patrões

Encontra-se um caso semelhante ao Bangu e ao Renner em Rio Grande: o Sport Club União Fabril, fundado no dia 10/08/1910 por trabalhadores da fábrica Rheingantz (ECHO DO SUL, Rio Grande, 31/10/1910), com sua primeira diretoria assim constituída:

Presidente: Genuíno Ferreira da Silva; vice: Antonio Perez; secretário: Nelson Mendes de Castro; tesoureiro: Antonio Furlanetto; diretor: Otacílio Weiler; capitão-geral: Bartolomeu Casanova (ECHO DO SUL, Rio Grande, 31/10/1910)

Desde a década de 1880, a fábrica Rheingantz já ofertava uma política de assistência patronal aos trabalhadores. Além de contar com um complexo fabril de bastante envergadura, a partir do ano de 1885 foram construídas residências para abrigar os operários e operárias, as conhecidas Vilas Operárias. No parque fabril, também foi levantado um prédio para abrigar a Sociedade de Mutualidade, que prestava serviços assistenciais aos empregados, e uma escola para fornecer ensino aos operários e seus filhos. Outra estrutura presente, foi a sede social do Sport Club União Fabril, que tinha uma finalidade bem clara para os industriais:

O Sport Club União Fabril, com ampla sede social, a melhor e mais bem instalada do gênero na cidade, tem o encargo de supervisionar as atividades desportivas e as diversões sociais dos operários. Possui gramado para a prática do futebol, campos para basquete e vôlei, canchas para bolão e salões onde se pratica e se realiza torneios de bilhar, tênis de mesa e ping-pong. Tem, além disso, amplo salão de festas, que tem sido palco de acontecimentos memoráveis. Acha-se aí instaladas também a Biblioteca, que funciona regularmente, atestando o interesse dos operários pelas coisas do espírito. *América Magazine*, 1959. (MARTINS, 2006, p. 111)

Em linhas gerais, esse conjunto de medidas patronal visava afastar os operários dos movimentos ligados aos sindicatos e facilitar o controle dentro e fora da fábrica, uma vez que

se apresentam revestidas de um conteúdo “assistencial”, tais práticas “atenuam” em parte a subordinação do trabalho ao capital, mascarando ideologicamente a coerção econômica característica das relações capitalistas de produção. A dominação burguesa assume então uma conotação paternalista, na medida em que as atividades ligadas à educação, assistência social, habitação e lazer são medidas pela figura do “bom patrão”, que, como pai, decide, orienta e ampara seus subordinados, regulando as relações capital-trabalho. Trata-se, em última análise, de estender aquela dominação a outras dimensões da vida operária, subtraindo-a às influências do mundo “de fora” da fábrica. (PESAVENTO, 1988, p.56-57)

Esta estrutura de dominação não era exclusividade da fábrica Rheingantz, pois diversas outras indústrias ao longo do Brasil construíram mecanismos semelhantes, interferindo diretamente na vida social dos trabalhadores. Alexandre Fortes (2001), encontrou situação similar ao analisar o caso fábrica têxtil Renner em Porto Alegre, definindo essas políticas assistenciais como de cunho *paternalista*, que, para além de atender as demandas materiais dos operários, visava ampliar o domínio sobre os trabalhadores. José Paulo Leite Lopes (1988) detectou questões parecidas ao analisar o caso de Paulista/PE.

Entretanto, nem todo esse aparato de benefícios foi capaz de segurar pautas de reivindicações e ações sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras da fábrica Rheingantz. Um bom exemplo é o caso da Greve Geral de 1919, na qual houve forte adesão dos operários e operárias da Rheingantz. Os jornais relatam com detalhes o ocorrido e os desdobramentos deste levante na cidade. Em uma atividade da comissão de greve em frente à fábrica, grande parte dos trabalhadores atendem aos pedidos dos grevistas e não entraram para trabalhar, o que fará que os policiais os ataquem duramente, deixando vários operários – na sua grande maioria mulheres – feridas. Porém, após rápida dispersão, os grevistas voltam à fábrica para dirigir palavras aos seus colegas, resultando em duas prisões de militantes sindicais. Numerosos

trabalhadores seguem seus companheiros presos, dando vivas à greve e às 8 horas de trabalho. Em resposta ao protesto, a polícia descarga tiros sobre aqueles, que respondem imediatamente a pedradas. Na manhã seguinte, os operários voltaram a comparecer na fábrica afim de convencer os poucos operários que ainda estavam trabalhando, obtendo êxito. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 8/05/1919).

A adesão foi tão significativa, que os diretores da Rheingantz utilizam-se da imprensa para fornecer explicações sobre as acusações de violência, anunciando o fechamento da fábrica por tempo indeterminado, comprovando a alta articulação grevista;

Da Companhia União Fabril recebemos a seguinte comunicação:

Sr. Redator. – Pedimos a publicação das seguintes linhas:

“Quando às 13:30 horas, de 7 corrente, abrimos os portões para a entrada dos nossos operários, um número grupo de homens e mulheres, pessoal este estranho às nossas fábricas, barrando o passo aos nossos operários, intimando-os em altas vozes a não entrar, e opondo-se mesmo a isso, com violência, por meio de empurrões, etc, impediu-os a que entrassem para o trabalho, e ao mesmo tempo, intimava o nosso porteiro para que fechasse o portão.

Os nossos operários, na sua maioria mulheres e crianças, intimados pela atitude ameaçadora da multidão dos operários grevistas estranhos, foram forçados a desistir de entrar, para livrarem-se de descatos, e tiveram assim que retirar-se, tendo apenas alguns podidos romper a multidão, retomando o serviço.

Como não podemos nos submeter impassíveis a violência dessa ordem, que atentam contra a nossa liberdade de trabalho, e contra a liberdade de ação e os interesses de nossos operários, solicitamos a intervenção da autoridade competente, afim de poder retornar ao serviço.

No dia seguinte, repetiram-se arbitrariedades por parte dos grevistas estranhos, e, apesar da eficientemente garantidos pela polícia local e pela força da Brigada Estadual, só uma quarta parte dos nossos operários pode retornar ao serviço.

Considerando que esta Companhia, vinha, com sacrifício de seus interesses, mantendo o trabalho normal de suas fábricas com o único fim de não deixar desamparado seu pessoal, apesar de estarem suas congêneres do norte do país só funcionando três dias por semana, neste últimos meses, e não sendo possível continua trabalhando com um número tão reduzido de operários, decidia a mesma fazer parar as suas fábricas por tempo indeterminado.

De acordo com sua norma conduta de sempre, e procurando dentro de suas possibilidades atender as necessidades de seu pessoal, os operários que nestes críticos dias se apresentarem ao serviço, receberão uma diária de metade de seus ordenados, até que recomecem a trabalhar as fábricas. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 9/5/1919)

Se a participação de greves indica que a maior indústria no município e seu arcabouço paternalista não era uma fortaleza invencível da ação operária, por outro lado, em muitos momentos, a relação entre trabalhadores da fábrica Rheingantz e as correntes políticas presentes no movimento operário local não eram amistosas, principalmente referente aos clubes sociais e recreativos. Questão que nos faz retornar

ao caso SC União Fabril, onde era normal a presença de diretores e patrões em atividades organizadas por operários na sede social da empresa, questão duramente criticada pela União Geral dos Trabalhadores, vinculado aos anarquistas:

As festanças na União Fabril

Realizou-se a 14 do mês passado a inauguração do busto do falecido S. Rheingantz.

Lamentavelmente o operariado daquele antro de exploração, concorreu para que a festa na União Fabril fosse revestida de todo o brilhantismo, talvez por temer as perseguições que poderiam advir ante a sua recusa, pois outra conclusão não se pode tirar.

O operariado não pode de forma alguma ser amigo de quem o prejudica e o explora!

O resultado de tantas festas, de tantas amabilidades por parte do irrisível “bahiano” não se fez demorar...Depois de ter abraçado os infelizes que trabalham sob sua pachorrenta administração, faz por qualquer futilidade imperar o regime das multas. Que sirva de lição ao operariado da Rheingantz, e preparem para breve o busto do “bahiano”. O pior cego é aquele que não quer enxergar.

Vamos, operários, já é tempos de nos emancipar. (O NOSSO VERBO, Rio Grande, 19/05/1921)

Crítica mais direta ao apreço pelos esportes e à vida social foi endereçada pelos anarquistas, também através do seu jornal, aos metalúrgicos:

Sindicato Metalúrgico e classes
anexas:

Um caloroso apelo foi lançado nesses últimos dias a esta classe, chamando-a ao cumprimento dos próprios deveres para com o Sindicato, mas infelizmente com êxito pouco satisfatório.

Os metalúrgicos dormem ainda pesadamente sonhando com as delícias dos esportes, dos bailes e de tantas outras mundanas diversões. Esquecendo do sofrimento, das injustiças, e da exploração, cujos são eternas vítimas. (O NOSSO VERBO, Rio Grande, 24/11/1921)

Cabe sublinhar, porém, que tal aversão dos libertários às práticas recreativas não estava presente somente na organização rio-grandina. A pesquisa de Fátima Antunes (1992) já tinha atestado o comportamento de negação das entidades anarquistas em relação ao futebol em São Paulo, tratando-o como um “esporte burguês” e como o “ópio do povo”, responsável por manipular e tirar o foco da luta sindical. Acresce a autora, que os comunistas terão interpretação diferente nos anos posteriores. Ao reconhecer a

ampla adesão da classe trabalhadora ao esporte, as entidades comunistas vão buscar organizar ligas e federações futebolísticas próprias para capilarizar o apoio dos trabalhadores.

Dessa maneira, ainda sobre o conceito de paternalismo, vale lembrar que Thompson (1998) alertava que tendia a ser um termo descritivo complexo, geralmente apresentando um modelo de ordem social visto de cima. Ao mesmo tempo que o autor não invalida o conceito por completo, alerta como ele “pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse de propriedade, sobre a ideologia e cultura” (THOMPSON, 1998, p. 29), em suma, como ele pode inibir o confronto das classes e, conseqüentemente, uma história dos de baixo.

Stédile (2015), nesse sentido, alerta que, exatamente como pretendia o movimento operário, os clubes de futebol de fábrica também contribuíram para formar uma autoimagem do operariado. Nesse contexto, tais equipes são espaços privilegiados para analisar a manifestação de autonomia e de organização dos operários. Ou seja, o historiador compreende que o controle absoluto patronal em todos aspectos da vida do trabalhador é impossível, havendo brechas para a resistência organizada, conflitos e formação de laços de solidariedade e identidade.

Em relação ao SC União Fabril, parece ter havido influência significativa por parte da empresa, principalmente através do fornecimento de equipamentos e estrutura, pontos que farão que seja o clube operário que mais terá condição de performar na liga de futebol principal da cidade. Entretanto, encontra-se vestígios - orais e documentais - que o quadro social do clube e sua torcida eram formados preponderantemente por trabalhadores da fábrica, questão que extrapola o controle absoluto patronal e que pode servir na construção de laços de identificação entre os operários. Os jornais do período, por exemplo, ressaltavam que o União Fabril tinha sido o pioneiro na apresentação de uma banda musical própria, uma espécie de “torcida organizada” formada por operários da fábrica, que acompanhava a equipe nos jogos do campeonato (RIO GRANDE, Rio Grande, 10/10/1925 e RIO GRANDE, Rio Grande, 13/10/1926). Acham-se, também, registros orais que denotam o protagonismo dos trabalhadores no corpo diretivo do clube, porém, ainda é um conteúdo que carece de maiores investigações junto às fontes documentais que revelam suas diretorias:

Não, a Companhia lhe emprestava o nome. Seu quadro social compunha-se única e exclusivamente de empregados e funcionários da empresa. (...) Os funcionários, certo? Em jogos e festas de cunho social. Futebol de campo, bolão e mais tarde de futebol de salão. Baile, espetáculos e outros atrativos. (...) Ele pagava mensalidade. (...). Era descontado em folha. Os filhos dos

funcionários não pagavam. Entrevista do operário Dário Camposilvan, 1981. (MATOSO, 2019, p.81)

A questão do subsídio pela empresa do clube de futebol demonstra que também há interesse patronal nessa prática. Propicia, por exemplo, que a influência da fábrica extrapole para o tempo livre dos trabalhadores, além de gerar uma imagem de empresa como provedora das demandas dos operários. No caso da fábrica Rheingantz, ela parece custear o campo de futebol e toda estrutura para sua prática, mas em troca, como se vê no registro oral, o valor tendia a ser descontado da folha de pagamento de cada trabalhador. Entretanto, alinhando-se com Stédile (2015), tal análise não deve ser visto de forma maniqueísta, no qual:

o “pobre operariado” se vê manipulado pelos industriais, que transformam suas demandas em mecanismos de dominação. Os clubes, sim, foram utilizados como instrumentos de propaganda, fidelidade e disciplinamento pelas empresas. Mas, o subsídio da empresa é demandado pelos operários e, compreendo, como estratégia para acessar seus próprios interesses. No caso, a qualificação do seu tempo livre. (STEDILE, 2015, p. 223).

O SC União Fabril, portanto, é um caso emblemático para analisar as incessantes disputas e tensões entre as classes sociais no âmbito do futebol. De um lado, um arcabouço patronal que visa a dominação em todos ambientes da vida do operário; de outro, os trabalhadores que se utilizam da negociação para conseguir subsídios para manter suas equipes²⁷. Entretanto, a pesquisa opta por seguir um caminho diferente, através da análise da Liga Rio Branco, fundada em 1926 por clubes do meio proletário e da comunidade negras, excluídos das principais ligas da cidade. Sendo assim, caracteriza-se por ser uma entidade que está sob o controle dos trabalhadores, estando menos sujeito à dominação de classe e mais propício para a constituição de uma identidade de classe. Tal liga será abordada com mais esmero no capítulo 3 da dissertação.

Durante essa primeira etapa da pesquisa, outras equipes proletárias foram identificadas. Algumas também ligadas às fábricas e outras formadas por trabalhadores heterogêneos e mistos: Sport Club Fábrica Túlio, Leal Santos Foot Ball Club; Grêmio Sportivo Brasil, Sport Club Cruzeiro do Sul, ligadas às indústrias Fábrica Túlio, Leal Santos, Cia. Swift e Cervejaria Schimidt, respectivamente. Foot Ball Club Rio Negro, Vila Verde Foot Ball Club, Grêmio Sportivo Bangú, Sport Club Andarahí, Sport Club

²⁷ Mais fontes sobre essa relação devem ser encontradas no novo Acervo da Fábrica Rheingantz, que está em processo de higienização e catalogação no Centro de Documentação Histórico da FURG, e em breve será disponibilizado para pesquisa.

Operário, formadas por trabalhadores mistos e de diferentes fábricas. Grande parte destas, como veremos a seguir, irão compor a Liga Rio Branco.

Nos últimos anos, outros estudos que trabalham com a presença do futebol nos espaços laborais buscaram avançar na investigação envolvendo a relação entre os polos de dominação e resistência. Os trabalhos *O passeio público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945)*, de Rodrigo M. S. Pinto (2007), *Operários da bola: Um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950*, de André Luiz Rosa (2011); *Máquinas paradas e pés à obra: Futebol e Lazer fabril em Fortaleza (1949 – 1965)*, de Pedro Paulo da Silva Martins (2017); *Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas: experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930 – 1950)*, de Tassiane Mélo de Freitas (2021), detectaram que a presença das fábricas eram determinantes para os clubes analisados, principalmente na garantia de estruturas materiais para a prática do esporte. No entanto, dispensam o viés de análise que parte somente da dimensão da subordinação, apresentando ações de negociações dos trabalhadores para garantir o funcionamento da equipe, bem como a participação dos jogadores em outras esferas de lutas operárias.

A pesquisa *Trabalho, Greves e Futebol: Luta, Identidade e Sociabilidade na formação da Classe trabalhadora friburguense (1911 – 1933)*, de Vitor Emrich (2007), por outro lado, tomou um viés de análise diferente ao abordar o caso do Esperança Football Club, clube formado por operários de diferentes fábricas, portanto, sem a influência direta do patronato. Emrich constatou a articulação da agremiação futebolística com outras entidades operárias e uma rivalidade intensa entre o Esperança e o Friburgo Football Club, este último formado por dirigentes das fábricas. Dessa forma, o campo de futebol se revestiu em uma arena de luta de classes, colocando em lado opostos operários e patrões.

Fundamentado nesse apanhado de trabalhos, portanto, é possível aferir que os times de futebol organizados em fábricas não são, de maneira automática, um artifício dos patrões. Nestes trabalhos, percebe-se que trabalhadores podiam ver nessas equipes um espaço próprio de sociabilidade, à revelia da tutela da fábrica. Isto não significa que a estrutura patronal não impusesse limites, como a presença frequente dos diretores da empresa nas festas sociais do clube e o próprio fornecimento de materiais pela empresa. Porém, apesar disto, percebe-se que havia ação dos trabalhadores orientada pelos

interesses da classe, com um impacto na forma como os clubes eram geridos e na própria forma de como eles se identificavam com as agremiações.

2.3. *As ligas de futebol em Rio Grande*

Como visto na seção anterior, o pioneirismo do futebol rio-grandino não ficou restrito ao Sport Club Rio Grande e demais equipes vinculadas aos setores dominantes, encontrando forte respaldo entre a classe trabalhadora e disseminando-se principalmente a partir da segunda década do século XX. Diante da formação de diversas equipes operárias, não bastava à burguesia local preservar o perfil social apenas das suas agremiações, era necessário tomar as rédeas da organização do esporte na cidade, definindo suas diretrizes e selecionando segmentos sociais que poderiam praticá-lo. Nesse sentido, compreender a formação das ligas de futebol na cidade é fundamental, pois acabam se tornando o epicentro das tensões entre clubes com diferentes perfis sociais, potencializando mecanismos de dominação e exclusão no âmbito futebolístico.

Questão que se assemelha ao ocorrido em outras localidades. No Rio de Janeiro, Pereira (1998) atestou que desde 1904 os clubes de futebol da cidade já ensaiavam a formação de uma liga. Porém, a ideia só foi prosperar em 1906, em reação à popularização que ameaçava o status de fidalguia perene no futebol naquele período. A nova liga, segundo o autor, assumia um papel de liderança sobre os rumos do esporte no Rio de Janeiro, tomando para si a tarefa de preservar a imagem refinada do jogo. Para tal, define alguns critérios para filiação na entidade: a) os ingressos de clubes só eram aceitos mediante ao pagamento de 50\$000 anuais e 30\$000 mensal; b) a aceitação de novas associações dependia do aval de, pelo menos, dois clubes já filiados; c) era exigido dos clubes campo de dimensões regulamentares.

Em suma, construíram uma série de obstáculos para dificultar o acesso de clubes menos estruturados. Pereira acrescenta que o êxito da competição, divulgada de forma efusiva pela imprensa e contanto com bom público nos jogos, deu mais força para a entidade aprofundar as medidas de cunho elitista. Nessa esteira, surge a *Liga Metropolitana de Sports Atlético*s, responsável por organizar todos esportes terrestres da cidade, que tinha como objetivo claro definir com mais precisão o perfil dos seus membros, questão evidenciada no ofício de 1907, que “resolveu por unanimidade de votos que não serão registrados como amadores nesta liga as pessoas de cor.” (PEREIRA, 1998, p. 63). A segregação social somava-se à exclusão racial.

Em Porto Alegre, por mais que com menos detalhes, também se acha registros que apontam para uma postura similar ao Rio de Janeiro. Santos (2018), ao acessar os regulamentos da Liga Porto Alegrense de Futebol, de 1911, encontrou algumas exigências para os clubes adentrarem na entidade: a) O pagamento do valor mensal de 60\$ como mensalidade e de 220\$ para inscrição; b) Possui campo com dimensões legais; c) Comportar ampla comodidade para os times visitantes.

No caso de Rio Grande, em 1912, encontra-se a primeira tentativa de organização de liga de futebol. A iniciativa foi do SC Rio Grande, na figura do seu técnico, o inglês Charles Williams

Por iniciativa do Sport Club Rio Grande acaba de fundar-se n'esta cidade a Liga de Foot Ball Rio Grande, que se comporá dos clubs do municipio que della queiram fazer parte, a juizo da directoria. A Liga terá por fim organizar e desenvolver o jogo de foot-ball, tanto no municipio como fora delle. Assignaram a acta de fundação os seguintes clubs: Sport Club Rio Grande, Sport Club São Paulo, Sport Club Internacional, Sport Club União Democrata, Sport Club União Fabril, Sport Club Fabrica Tullio, Riograndense Foot Ball Club, Leal Santos Foot Ball Club [...] A directoria da Liga se comporá de presidente, vice-presidente, secretario, thesoureiro, e um membro de cada club por este designado. Terça-feira, á 8 horas da noite, nos salões do Club do Commercio, haverá sessão para a eleição da directoria (ECHO DO SUL, Rio Grande, 09/03/1912)

Nesse primeiro momento, encontra-se a presença de três clubes ligados às fábricas da cidade na fundação da entidade: Sport Club União Fabril, Leal Santos Foot Ball Club²⁸ e o Sport Club Fábrica Túllio²⁹. Entretanto, segundo Correia (2014), divergências políticas entre os clubes, não explanadas pelos jornais locais, dão fim à liga de forma precoce, sem nem ter tido início aos jogos. O hiato de tempo entre 1912 e 1915 foi marcado pela não existência de uma entidade responsável por organizar os campeonatos. Houve tentativas – a mais expressiva angariado por jornais locais - que visavam organizar eventos que unissem os três principais clubes do período: Sport Club Rio Grande, Sport Club São Paulo e Foot-Ball Club Rio-grandense.

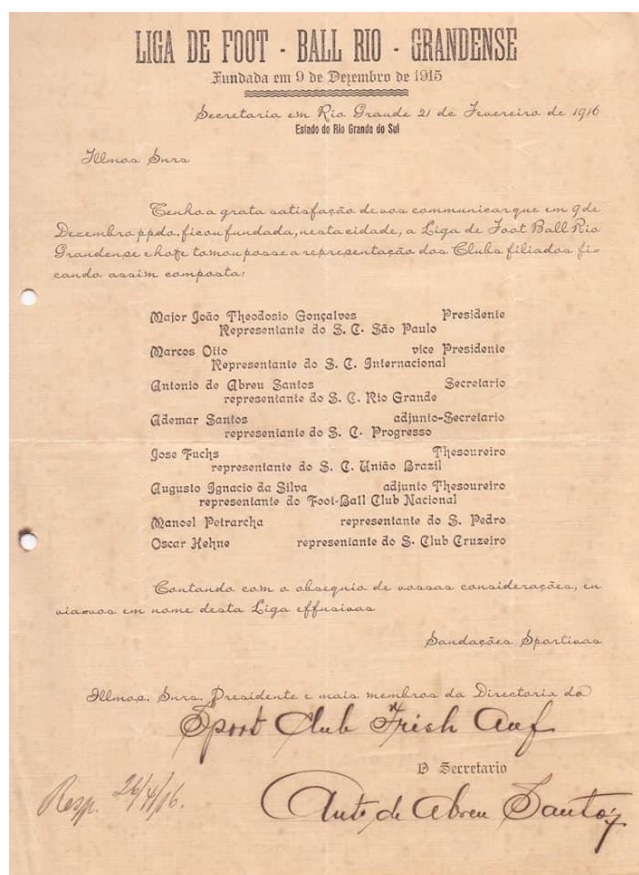
²⁸ Equipe vinculada a uma importante indústria alimentícia da cidade, a Leal Santos. Fundada em 1911, não se encontra muitas aparições do clube para além da presença nessa primeira tentativa de sistematização de liga. Em 1927, há registros de jogos desta agremiação contra outros clubes proletários (RIO GRANDE, Rio Grande, 5/11/1927 e A LUCTA, Rio Grande, 7/11/1927)

²⁹ Agremiação vinculada a Fábrica Túllio, dedicada à produção de alimentos em conservas. Não se acha muitas informações sobre o clube nos jornais do período, levando à hipótese de ter tido uma vida efêmera no cenário futebolístico

Essas três agremiações contavam com maior amparo da imprensa local e do empresariado, sendo responsável por formar uma verdadeira hierarquia no âmbito futebolístico de Rio Grande. O Rio-grandense foi fundado em 1909, produto de um racha que existiu entre os sócios do Rio Grande. O São Paulo, por sua vez, é de 1908, possuindo um caráter mais híbrido em relação aos seus outros dois adversários. A sua fundação envolveu comerciantes e ferroviários, questão que fará ser reconhecido mais adiante como o “clube popular” da cidade. No entanto, na sua gênese, apesar de contar a participação de alguns representantes dos setores populares, sua diretoria era composta majoritariamente por indivíduos da pequena burguesia, muitos deles filhos de imigrantes.

Por iniciativa dessas três equipes, em 1915 há uma nova tentativa de fundar uma liga de futebol na cidade, dessa vez, com referência nas entidades já consolidadas de outros lugares, como Rio de Janeiro e Porto Alegre (ECHO DO SUL, Rio Grande, 20/11/1915). No dia 30 de dezembro de 1915, anuncia-se a fundação da *Liga de Foot-Ball Rio-Grandense* com as seguintes equipes: Sport Club Rio Grande, Sport Club São Paulo, Football Club Riograndense, Sport Club União Fabril, Sport Club Internacional, Sport Club São Pedro, Sport Club Cruzeiro do Sul, Sport Progresso, Sport Club União Vencedor, Sport Club Nacional e Sport Club Carlos Gomes (RIO GRANDE, Rio Grande, 30/12/1915).

Figura 6 – Ata de fundação da Liga de Foot-Ball Rio-Grandense



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador Willy César

Para além da presença do União Fabril, nota-se que outras agremiações do meio proletário são acrescentadas na organização da liga, como o Sport Club Cruzeiro do Sul, ligado a Cervejaria Schimdt. Porém, Correia (2014) detecta que houve intensas discussões no interior da entidade para aprovação do estatuto. Em um desses casos, os dois clubes operários, União Fabril e Cruzeiro do Sul, são desligados da entidade. Para os jornais da época, que claramente tomavam lado das principais equipes, as reclamações de ambas os clubes eram por um motivo fútil (CORREIA, 2014, p.70). Após muita confusão, inicia-se os jogos do primeiro campeonato dirigido pela *Liga Foot-Ball Rio-Grandense*, onde os clubes foram separados em duas divisões:

Na primeira divisão, havia seis clubes: Sport Club Rio Grande, Sport Club São Paulo, Sport Club União Fabril, Sport Club Internacional, Sport Club São Pedro e Football Club Riograndense. Na segunda, ficaram quatro clubes menores: Sport Progresso, Sport Club Nacional, Sport Club União Brasil e Sport Club Cruzeiro do Sul. (CORREIA, 2014, p.71)

Entretanto, tal articulação não vai ser muito duradoura, pois no início de 1917 já há registros da desfiliação de equipes e da fundação de outras ligas na cidade. O conflito entre as entidades só parece amenizar com a entrada de liga estadual na situação, surgindo a *Liga Rio-Grandense de Sports Atlético*s, vinculado à entidade estadual *Confederação Rio-Grandense de Desportos Terrestres*. Registram-se a ela, somente, o Rio Grande, São Paulo, Rio-grandense e o União Brasil (RIO GRANDE, Rio Grande, 24/4/1918).

O ano de 1918, dessa forma, parece ser o marco do recrudescimento das diretrizes das ligas de futebol na cidade, pois percebe-se que a presença de clubes ligados aos trabalhadores é cada vez menos constante nos jornais do período. Contudo, isso não quer dizer que não havia tensões entre as equipes tradicionais. Ao contrário, uma marca dos primeiros anos do futebol rio-grandino são as constantes discussões e rompimentos das agremiações entre si, resultando em anos que nem ocorra um campeonato unificado.

A partir da década de 1920 parece haver uma maior harmonia na principal liga da cidade, principalmente por conta da intervenção direta da entidade estadual, que buscava garantir a tradição moral na entidade rio-grandina

A Liga Local já recebeu oficialmente a grata comunicação de que está unificado ao futebol gaúcho.

Dessa comunicação que nos foi mostrada, extraímos o seguinte trecho por julgarmos muito honroso para nossos esportistas:

“Devemos uma explicação especial à valorosa filiada que, sempre a postos, se manteve sem hesitação no seio da Federação, emprestando-lhe o concurso não só do apoio material, como também moral – o prestígio das próprias tradições, guiando-nos assim a consecução do bem-estar de todos que é a unificação desportiva estadual, ora conseguida em bases equidotas e são, por isto mesmo, estáveis. (RIO GRANDE, Rio Grande, 2/7/1923)

Consolida-se a *Liga Rio-Grandense de Amadores*, no qual farão parte somente as equipes legalmente filiadas à entidade estadual: Rio Grande, São Paulo, Rio-grandense e General Osório³⁰ (RIO GRANDE, Rio Grande, 15/5/1925). O comunicado oficial da liga completa que, para evitar problemas que aconteceram nos anos anteriores, a sua diretoria tomou providências para “moralizar” o futebol local. Um desses obstáculos, parece ter sido o profissionalismo, denunciado pelos jornais como um fator de decadência da prática futebolística no município. Em artigo publicado no jornal *Echo do Sul*, no dia 16/5/1925, o profissionalismo é comparado a “um parasita”, “uma praga

³⁰ O Foot-Ball Club General Osório foi fundado em 1918 por militares. Devido a seu prestígio perante a sociedade e por conta com uma ampla estrutura física para a prática do esporte, participou da fundação da liga de 1920 junto com as outras três equipes. (RIO GRANDE, Rio Grande, 15/11/1935)

que vai se alastrando por toda a parte”. Por “não se admitir que um moço educado, estudante ou comercial, se equipare a um indivíduo cuja única ocupação na vida é jogar futebol”, “as diretorias dos clubes, composta em sua totalidade de cavalheiros dignos e criteriosos” precisam tomar “enérgicas providências” sobre o assunto.

Em alguns momentos, houve a tentativa de outros clubes menos estruturados se filiarem à liga, inclusive agremiações operárias. Em sessão dirigida pela diretoria da Liga Rio-Grandense de Amadores, o Padeiral, Internacional, Cruzeiro do Sul, União Fabril, São Pedro e Luzitano demonstraram interesse em se aproximar. Inclusive, já tinha indícios que, caso aceitos, seria formada uma segunda divisão para agrupá-los (ECHO DO SUL, Rio Grande, 22/05/1925). Entretanto, mesmo com a tentativa dos jornais em contornar a situação, a entrada das equipes foi vetada.

Na última sessão da Liga Rio-Grandense de Amadores, realizada na sede da Sociedade União dos Varejistas, no dia 20 do corrente, compareceu um representante da Federação Rio-Grandense de Desportos, na qualidade de intermediários dos clubes Internacional, Padeiral, União Fabril, São Pedro e Luzitano, afim de ver se podia harmonizar o futebol nesta cidade, encontrando por parte da Diretoria da Liga R. G. Amadores a melhor boa vontade em filiar os clubes acima, ficando então resolvido, fazer uma sessão sob a presidência do respectivo membro da Federação. Realizada esta sessão, os clubes acima citados não quiseram entrar em acordo, ficando então deliberado que continuem fazendo parte da Liga R.G. Amadores somente quatro clubes principais desta cidade, que são: Rio Grande, Rio-grandense, São Paulo e General Osório. (A LUCTA, Rio Grande, 23/5/1925)

Cabe um adendo sobre os locais onde eram realizadas as reuniões da liga, que denota uma clara identificação com a classe dominante local. Inicialmente, as atividades eram realizadas no Clube do Comércio e depois foram transferidas, de forma definitiva, para a União Comercial dos Varejistas, associação patronal fundada em 1888 em Rio Grande (LONER, 2016, p. 106), gerenciada especialmente pela burguesia e elementos ligados ao comércio ou profissões liberais, segmento social responsável por dirigir grande parte das equipes tradicionais e também por hegemonizar a organização da liga principal.

Percebe-se que, algumas diretrizes presentes no interior da entidade, claramente buscavam filtrar a participação de clubes e jogadores provenientes das classes populares, razão na qual os clubes ligados aos trabalhadores não tenham conseguido se filiar a ela. A exemplo do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, havia valores mensais a serem pagos à entidade estadual. Infelizmente, ainda não foi possível encontrar números exatos dos valores cobrados, mas em diversos momentos existiu a cobrança da associação estadual acerca do atraso do repasse da quantia. Em alguns casos,

recomendou-se que a liga da cidade realizasse uma festa esportiva para arrecadar a verba necessário para quitar o montante. (A LUCTA, Rio Grande, 18/6/1925)

A exigência de um campo estruturado também estava presente do estatuto da liga, como fica claro na seguinte nota circulado nos jornais:

Na última sessão desta entidade, realizada na noite de 23 corrente, na sede da Sociedade Comercial dos Varejistas, depois de aprovado a última ata, ficou deliberado a secretaria oficial ao SC São Paulo, comunicando-lhe estar incurso no artigo 19 do Código de Foot-Baal dos estatutos em vigor: Campo não marcado para partidas oficiais. (A LUCTA, Rio Grande, 26/6/1925)

Ou seja, assim como nos demais casos citados, a liga de Rio Grande também possuía um artigo específico que obrigava a existência de um campo adequado para a prática do jogo. Em anos anteriores, já se encontrava informações a respeito desta exigência, segundo a qual eram nomeados diretores da liga para examinar os campos das equipes e dizer se os mesmos estão em condições regulamentares ou não. (RIO GRANDE, Rio Grande, 13/7/1923).

Outras medidas de controle serão tomadas pela liga dentro e fora de campo. Em relação à torcida, corriqueiramente eram expedidos ofícios comunicando a proibição da entrada em campo de alguns torcedores reconhecidos por perturbar a ordem, não condizendo com a marca fidalga do futebol (A LUCTA, Rio Grande, 13/8/1925). Medidas mais severas foram tomadas em relação aos jogadores que, supostamente, parecem ter se envolvido em confusões ou, até mesmo, com a prática profissional do esporte:

Medida acertada

Ouvimos de fonte autorizada que a Liga Rio-Grandense de Amadores vai se reunir em breve afim de tratar a expulsão dos elementos perversos que infestam os clubes de futebol nesta cidade.

E por todos os títulos digna de louvores a medida da Liga no sentido de eliminar do seio das corporações pessoas que, somente sabem implementar desordem, contribuindo, assim, para a desmoralização do esporte bretão, cujo campo em virtude dos tristes verificados, deixou, de há muito, de ser frequentado por grande número de famílias e cavalheiros. (A LUCTA, Rio Grande, 21/10/1925)

Nesse período, é constante publicação por parte dos jornais de grande circulação da cidade de matérias que visam combater “a decadência do futebol” e a “degradação do espírito de ordem e disciplina”. Ao transcrever um comentário do jornal *Estado de São Paulo*, o periódico *A Lucta* relaciona o declínio do esporte com a “infiltração de maus elementos”, motivo que “decaia o prestígio e o renome do esporte”, uma crítica contundente ao profissionalismo. Por outro lado, mantém um certo otimismo em relação

às práticas de coerção tomadas pela liga local, já que “o profissionalismo, que felizmente parece se extinguirá, dadas as enérgicas medidas que estão sendo postas em prática pela diretoria da Federação Rio-Grandense de Desportos.” (A LUCTA, Rio Grande, 5/3/1926)

As medidas enérgicas citadas parecem amparadas em dois marcadores de exclusão: classe social e cor. Isso fica evidente em nova lei aprovada de forma unânime pelos clubes filiados à entidade: “O jogador que não souber assinar o nome, não poderá jogar nos clubes filiados”. (A LUCTA, Rio Grande, 16/4/1926). Referente à alfabetização na cidade do Rio Grande, Loner (2016) aferiu que, em 1888, somente 40% dos habitantes sabiam ler e escrever. Em 1911, a proporção de alfabetizados subiu para 42,4%. A autora constatou que os índices não melhoraram muito nos anos seguintes, com a cidade convivendo com alto número de analfabetismo, que, evidentemente, incide com mais força sobre as classes mais baixas. Por isso, é provável que boa parte da classe trabalhadora mal sabia ler e escrever, dificultando ainda mais a inclusão desses setores na liga de futebol na cidade.

Em nova circular divulgada pela entidade estadual, a sua direção reforça que tais medidas têm o objetivo de “reerguer” e “moralizar” o esporte bretão no estado. Por esta razão, no sentido de “fazer uma seleção entre aquelas sociedades que demonstram um verdadeiro espírito esportivos e as que se intitulam como propagadores da perfeição física e moral”, a Federação resolve ser mais ríspida na cobrança dos dispositivos seguintes: a) creditar anualmente, em janeiro, o representante junto a esta Federação; b) não tomar parte em jogos com clubes que não sejam filiados, sob pena de ser punido; c) promover uma festa em benefícios dos cofres da Federação. (A LUCTA, Rio Grande, 20/4/1926). Além disso, como mostra de empenho em combater a “vergonhosa e prejudicial prática do profissionalismo”, afirma-se categoricamente que “os analfabetos não poderão ser inscritos nos regimentos desta Federação, sendo, agora adiante, obrigatória a assinatura do próprio jogador, nos boletins dos jogos”.

Assim sendo, o futebol rio-grandino não passou imune às políticas de exclusão vigentes na sociedade, ocorrendo uma evidente discriminação social no seu âmago, especialmente no período que o futebol foi uma atividade preponderantemente amadora³¹. Essa diferenciação esteve na raiz da formação das ligas na cidade, mas se

³¹ Grande parte da literatura sobre o futebol critica os problemas da imposição do amadorismo para jogadores provenientes da classe trabalhadora, pois, além de limitar sua atuação nas principais equipes e ligas, precisavam dividir o tempo entre o esporte e o trabalho pesado. Porém, Fraga (2009) pondera que a

intensificou na medida que a mesma foi se aproximando dos parâmetros adotados pela entidade estadual, aspectos que consolidarão uma estruturada hierarquia no meio futebolístico, onde os clubes proletários dificilmente encontravam espaços.

Em relação aos jogadores negros, diferentemente do caso do Rio de Janeiro, não se encontram artigos que coíbam de forma direta a questão da cor. Entretanto, vale reforçar que os negros, além de ser parcela significativa da classe trabalhadora na cidade, eram os que menos tinham possibilidade de ascender na escala social por conta do racismo estrutural presente no período do pós-abolição. Portanto, ocupavam condições mais precárias na esfera econômica e social, gerando ainda mais dificuldades de se encaixar nas diretrizes propostas pelos clubes e ligas da cidade. Em relação ao SC Rio Grande, Rigo (2004) já tinha constatado que a presença de jogadores negros e periféricos não eram bem quistos entre seus diretores. Inclusive, encontra-se indícios - de forma atenuada pela imprensa - que o clube não aceitava certos jogadores por manter “preconceitos, hoje fora já de voga.” (O TEMPO, Rio Grande, 22/9/1926)

Em relação aos clubes operários, percebe-se que a presença deles é bastante escassa nas ligas principais. O União Fabril é quem consegue manter certa regularidade de participação, estando presente na organização da primeira liga de 1912 e na tentativa de reorganização da entidade em 1916. Porém, na medida que os parâmetros internos vão se tornando mais rígidos, gradativamente sua participação vai diminuindo entre as principais equipes, provavelmente por não atender os requisitos solicitados pela entidade estadual. Somente em 1926, após muita discussão entre a associação local e estadual, o União Fabril é aceito novamente na liga (A LUCTA, Rio Grande, 20/4/1926). Nesse sentido, pode-se levantar algumas suposições iniciais para compreender como a equipe e seus jogadores conseguiram atender os requisitos solicitados.

No que se refere ao campo em boas condições para a prática do jogo, a própria divulgação da fábrica sobre o clube social deixava claro a boa estrutura para receber diferentes esportes. Além de ceder o campo, é plausível que os trabalhadores se utilizem dos padrões da Rheingantz para angariar recursos para custear os valores pagos mensalmente e anualmente à entidade, fato analisado em outros clubes de fábricas no país. Por fim, referente à obrigatoriedade de ler e escrever, cabe lembrar que, dentro das

profissionalização não atenuou as tensões sociais e raciais no universo do futebol, pois principalmente os jogadores negros tiveram enormes dificuldade para se firmar nos grandes clubes, sofrendo uma pressão por resultados muito maior que os atletas brancos.

medidas de conteúdo paternalista da indústria, estava a presença de uma escola que alfabetizava os operários da fábrica na época, bem como os filhos destes. No entanto, mesmo com esse suposto aporte da fábrica, a presença do clube entre as agremiações principais não vai ser longa. No início da década 30, a qualidade inferior dos seus atletas em relação aos demais clubes vão receber severas críticas (RIO GRANDE, Rio Grande, 18/3/1931). Por conta de condições financeiras ruins, o União Fabril encerra suas atividades esportivas em 1931, dedicando-se apenas a atividade social (RIO GRANDE, Rio Grande, 15/4/1931).

Tabela 3 – Organograma Ligas de Futebol em Rio Grande (1912 – 1930)

Ano	Questões principais
1912	Fundação da <i>Liga Football de Rio Grande</i> : RG, SP, RGdense, União Fabril, Leal Santos, Fábrica Tulio, União Democrático, Internacional. Por problemas políticos, não houve prosseguimento na Liga. Presença de três equipes ligadas às fábricas da cidade.
1912- 1915	Sem ligas oficiais, somente jogos entre as equipes e com clubes de outras cidades (POA, Bagé e Pelotas).
1916	Fundação da <i>Liga Football de Rio Grande</i> : 1ª divisão (RG, SP, RGdense, São Pedro, Internacional e União Fabril); 2ª divisão (Progresso, Nacional, União Brasil, Cruzeiro do Sul). Presença de clubes proletários principalmente na segunda divisão.
1917	RGdense rompe com a Liga e associa-se à <i>Coligação Rio-Grandense de Sports Atléticos</i> . Sem registros sobre a vinculação das demais equipes em outras entidades;
1918	Surgimento da <i>Liga Rio-Grandense de Sports Atléticos</i> , vinculado à entidade estadual (Confederação <i>Rio-Grandense de Desportos Terrestres</i>). Vinculam-se à liga, somente, SP, RGdense, RG e União Brasil. Em 1919 ocorre o primeiro campeonato estadual.
1919, 1920 e 1921	Idem à 1918 (sem registros dos outros clubes).
1922	SP e RGdense rompem com a Liga e associam-se à <i>Associação Rio-Grandense de desporto</i> . RG segue reivindicando à <i>Liga Rio-Grandense</i>
1923	Existência de duas ligas paralelas na cidade: <i>Associação Rio-Grandense de desporto</i> e a <i>Liga Rio-Grandense de Sports Atléticos</i>
1924	Sem registros sobre Ligas (divergências políticas e esportivas entre os clubes).
1925	<i>Liga Rio-Grandense de Amadores</i> , filiada à organização estadual, unifica as duas ligas e assume a organização na cidade.
1926	Surge a <i>Liga de Amadores Rio Branco</i> , protagonizado por operários e trabalhadores negros. União Fabril é aceito na <i>Liga Rio-Grandense</i> .

1927 e 1928	Idem à 1926.
1929	Grande racha na Liga Rio-Grandense acaba gerando outra liga em paralelo: <i>Associação Sportiva de Amadores</i> . Neste ano, por conta da existência de três ligas, há três campeões na cidade.
1930	Entidade estadual consegue, mais uma vez, unificar as duas ligas na cidade. Liga Rio Branco entra em crise.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de revisão bibliográfica e consulta das fontes

Capítulo 3 – O caso da Liga Sportiva Rio Branco: Uma liga Proletária de futebol?

*O que adianta eu trabalhar demais
Se o que eu ganho é pouco
Se cada dia eu vou mais pra trás
Nessa vida levando soco
E quem tem muito
Tá querendo mais
E quem não tem tá no sufoco*

*Vamos botar lenha nesse fogo
Vamos virar esse jogo
Que é jogo de carta marcada
O nosso time não está no degredo
Vamos à luta sem medo
É hora do tudo ou nada*

(Virada – Beth Carvalho)

Os trabalhadores e as trabalhadoras não são sujeitos históricos passivos, ou seja, se é verdade que ao longo da história houve uma incessante busca de controle e dominação patronal, também é verídico que houve brechas e oportunidades para organização por parte da classe trabalhadora. Portanto, para compreender a oposição de interesses entre as classes, as diversas maneiras de ação coletiva e se o futebol operário contribuiu (ou não) na formação de uma identidade em comum da classe trabalhadora rio-grandina, será esmiuçado o caso da Liga Rio Branco, de 1926, que angariava clubes formados por trabalhadores de diferentes fábricas e profissões, que não se adequavam ao conjunto de regras e exigências - cada vez mais elitistas - presentes desde a raiz da formação das ligas de futebol da cidade. Dessa forma, para rastrear se, de fato, tal entidade pode ser compreendida enquanto uma Liga Proletária de futebol, onde a delimitação de classe e raça era um fator essencial para sua constituição, serão importantes alguns parâmetros de análise: identificar os clubes filiados e suas respectivas vinculações sociais, a relação dos clubes como um espaço de sociabilidade e compartilhamento de experiências destes trabalhadores, a forma como se relacionavam com o movimento operário local e com as entidades da classe dominante.

3.1. Ligas de futebol vinculadas aos trabalhadores no Rio Grande do Sul

O capitalismo explora qualquer esfera da sociedade humana a fim de otimizar sua produção e lucratividade. O tempo livre dos trabalhadores e trabalhadoras não foge dessa regra. Segundo Thompson (1998), os relógios começam a se popularizar no século XIV, tendo um impacto decisivo para que o processo de industrialização se consolidasse. Diferentemente das sociedades pré-capitalistas, que se guiavam prioritariamente pelos eventos da natureza, com o avanço da industrialização os trabalhadores e trabalhadoras passam a se guiar por ponteiros do relógio, que define o tempo do início e fim do expediente de trabalho. Dessa forma, a dinâmica da disciplina e da dominação das relações de trabalho expõe um de seus ápices. Porém, como também sugere o historiador inglês, não somente o tempo de trabalho é controlado pelo relógio. Também é regulamentado o tempo fora da atividade produtiva, sendo necessário evitar que se desperdice tal momento com ociosidade e muito menos com organização política. Para a classe dominante, o tempo livre é visto como o período de preparar o espírito para a próxima jornada de trabalho.

Por outro lado, longe de ser vítimas passivas, os trabalhadores, mesmo em condições dadas e limitadas pela exploração das relações de classes, são atores históricos influentes e não estão à revelia da tutela burguesa. Através do conceito de “experiência” de classe – já detalhado na explanação teórica -, entende-se que os mesmos possuem capacidade de auto-organização, reconhecendo a importância essencial do material sem abandonar a agência humana. A luta de classes, dessa forma, ocorre simultaneamente na esfera social, econômica, política e cultural, sendo fundamental para moldar a consciência social.

Um dos artifícios mais utilizados pela classe trabalhadora ao longo da história nessa disputa pelo tempo livre foi o desenvolvimento de alguns tipos de associações próprias, que iam desde a defesa de interesses comuns e de determinada categoria, passando por aspectos de amparo, beneficência, lazer e cultura. No Brasil, as práticas associativas são marcantes durante todo o período da Primeira República (1889- 1930), ou no imediato pós-abolição (a partir de 1888), e foram fundamentais para garantir uma

certa coesão e resistência à uma sociedade de mercado que empurra os setores populares para a margem.³²

Dentre as variadas associações, aquelas voltadas às práticas recreativas e ao oferecimento de oportunidades de lazer e sociabilidade aos seus membros tiveram bastante capilaridade entre a classe trabalhadora. Nas três primeiras décadas do século XX, por exemplo, podemos dizer que o futebol representou uma forma cada vez mais presente no associativismo, rapidamente constituindo-se no esporte mais popular e preferido dos trabalhadores. Porém, como destacado no capítulo anterior, o “esporte bretão” em seus primórdios era uma prática das elites da cidade e sua inserção estava intrinsicamente ligada à modernidade capitalista. Além disso, diversos mecanismos foram utilizados pelos setores dominantes para consolidar um filtro social classista e racista nas entidades futebolísticas como forma de garantir a estes fidalgos o monopólio da prática esportiva – a exemplo dos casos citados no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Rio Grande. De toda forma, tais interdições não foram capazes de afastar do esporte trabalhadores, sobretudo negros, que encontraram formas de driblar esses marcadores de desigualdades. Um dos subterfúgios utilizados foi a formação de clubes e ligas independentes, onde a delimitação de classe e raça era preponderante na sua composição.

A primeira tentativa de construção de uma liga autônoma às agremiações da elite se deu no Rio de Janeiro. Segundo Pereira (1998), em 1907, os times do subúrbio carioca articulam a *Liga Suburbana de Foot-ball*, que acaba sendo fundamental para alastrar o futebol por vários grupos e bairros da cidade. No entanto, o autor elucida, mesmo que ela tenha sido criada como contraposição às medidas elitistas e racistas da entidade principal, os clubes filiados a ela não eram compostos somente de jovens suburbanos e operários, mas primordialmente constituídos com um perfil social policlassista.

No Rio Grande do Sul, por sua vez, encontra-se casos mais evidentes de ligas de futebol compostas predominantemente por clubes de origem proletária e negra, provavelmente porque neste estado o sentimento discriminatório e os empecilhos à vida das classes populares, com ênfase ao racismo, eram maiores, obrigando-os a formar associações e entidades próprias. Em Pelotas, situado na metade sul do Rio Grande do

³² Para um debate mais aprofundado sobre o associativismo como tema historiográfico no Brasil, recomenda-se Fabiane Popinigis et. al, “Dossiê: Associativismo e experiência negra nas lutas por direitos”, *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 2 (mayo-octubre 2021), 215-257.

Sul, a *Liga José do Patrocínio* foi fundada em 10/06/1919, aglutinando clubes oriundos das camadas populares da cidade. Faziam parte dela os clubes Juvenil, América do Sul, Universal, Vencedor, União Democrata e Luzitano (LONER, 2016, p. 101). Segundo o pesquisador Christian Ferreira Mackedanz (2016), a criação da Liga José do Patrocínio é uma reação ao preconceito social e racial perene no município. Em matéria de um jornal local levantada pelo historiador, Zé da Várzea” - pseudônimo de Armando Vargas, futuro membro da primeira diretoria da Liga José do Patrocínio -, reforça que a liga tem o papel de unir “a nossa camada social” e combater a “bestialógica separação das raças”:

Esta Liga, idealizada, sonhada mesmo, e que hoje aí está, numa marcha acelerada em caminho da construção de sólidos alicerces, há de, em dias vindouros, proporcionar horas agradáveis a todos quantos se não interessado pela sua prosperidade, ajudando-a a transpor a barreira que certos preconceitos colocaram na estrada, - esse abismo que sempre surge em todos os empreendimentos da comunhão social. Acreditamos que já temos a batalha ganha, pois, ouvimos a todo instante os nossos clarins soarem, e com eles a voz sonora e animadora dos Anjos, anunciando a vitória! Oxalá. A nossa luta, a princípio empreendida para minonar (sic) a nossa situação esportiva, é hoje uma questão de honra, não só para nós como para todos os jovens e velhos pertencentes à nossa camada social, que veem e sabem como somos tratados pelos invejosos que por aí andam a pregar a bestialógica separação das raças num “país de mestiçagem”. Eis o motivo porque devemos trabalhar todos por um só ideal, para que o mais cedo possível, possamos ver, orgulhosos, tremular na entrada principal do nosso ground, a bandeira triunfal da “Liga de Foot-Ball José do Patrocínio”, conquistada após uma série de sacrifícios, batendo-nos denotadamente contra o preconceito racial (Alvorada, 14/09/1919, grifo nosso).

Além disso, Mackedanz (2016) enfatiza que outros aspectos relacionados à liga, para além do seu caráter meramente esportivo, precisam ser analisados. O primeiro diz respeito à relação com o movimento operário local, onde:

boa parte dos bailes são realizados nos salões da Liga Operária. Nota-se também, uma quantidade razoavelmente grande de bailes nas sedes dos clubes sociais/sociedades recreativas, como Depois da Chuva e Está Tudo Certo, reforçando o vínculo dos clubes à comunidade negra (Mackedanz, 2016, p. 109)

Outra questão importante alertada pelo autor, é o papel político que esta liga ocupou naquele período em Pelotas. Um caso emblemático é a moção de protesto assinado pelo presidente da entidade, Jose Antonio Ferreira da Silva, e por outros clubes filiados à liga contra um caso de racismo ocorrido no Teatro 7 de Abril, fato que a imprensa tradicional da cidade estava negando a publicizar. Sobre a militância política que alguns membros da direção da liga possuíam, Loner (2016) completa que o seu

presidente, seu secretário e outros membros da diretoria também eram operários de expressão e lideranças sindicais naquela década e na seguinte.

Figura 7 – Equipe do S.C. Juvenil, que disputava a Liga José do Patrocínio



Fonte: Alvorada, 15/11/1931 (Mackedanz, 2016)

Situação análoga ao caso de Pelotas aconteceu na cidade de Bagé, localizada na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. A dissertação do historiador Tiago Rosa da Silva (2018), que aborda as experiências associativas dos sujeitos negros na cidade no período da Pós-abolição, resgatou o caso da *Liga 13 de Maio*, que reunia times de futebol compostos majoritariamente por trabalhadores negros em Bagé. Entre os clubes filiados à liga, destaca-se o S. C. Palmeira, Riachuello Foot-Ball Club e o Sport Club União. Assim como em Pelotas, o autor encontrou fontes que ligam tais equipes às entidades operárias presentes na cidade, bem como uma conexão profícua entre as agremiações bajeenses com os clubes vinculados ao proletariado negro de outras cidades.

Figura 8 – Equipe do S. C. Palmera, que disputava a Liga 13 de Maio



Fonte: O Palmeira, 1922 (Silva, 2018)

Tanto Pelotas como Bagé, a exemplo de Rio Grande, foram cidades que tiveram influência significativa no sistema escravista sul-rio-grandense (e também do Brasil). Devido aos polos das charqueadas, no caso de Pelotas e Rio Grande, e da economia agropecuária de Bagé, a presença de trabalhadores escravizados no período oitocentista na região foi mais abundante que em outras localidades do Estado. Por conta disso, encontra-se a presença de muitas lideranças negras em organizações operárias, de jornais, clubes sociais e outras formas associativas. Dessa forma, as características sociais-econômicas dos municípios, bem como da formação da classe trabalhadora na região permite-nos considerar a Liga José do Patrocínio e a Liga 13 de Maio como Ligas Proletárias de futebol, com protagonismo aos trabalhadores negros.³³

O nome das ligas, por outro lado, escancara a influência que lutas anteriores tiveram na formação das organizações no período da pós-abolição. No caso de Pelotas, o nome é uma homenagem ao abolicionista José do Patrocínio³⁴. Já em Bagé, remete-se

³³ É importante ressaltar que dentro das ligas formaram-se muitas equipes e clubes mistos, que jogavam trabalhadores negros e brancos, principalmente naqueles formados no meio fabril.

³⁴ “A primeira é a visita do escritor José do Patrocínio, filho do líder abolicionista José do Patrocínio, que deu nome a Liga, a cidade em 1926. Sobre o acontecimento, é noticiado que a Liga iria realizar naquela noite manifestação de apreço pela visita do escritor José do Patrocínio. Às 20h30min os manifestantes saíram do 24 de junho, com 2 bandas musicais e iriam até o Hotel Aliança, onde o escritor estava

à data de promulgação da Lei Áurea.³⁵ Dessa forma, corrobora-se com o historiador Marcelo Badaró Mattos (2010) que atenta que os valores e referências culturais que articulam a consciência dessa classe em formação não surgem do nada, mas

a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolveu contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (MATTOS, 2010, p.16)

Nessa mesma linha, Beatriz Loner (2016) aponta que esta dupla representação por parte de elementos da comunidade negra era praticamente uma necessidade, pois somente a sua integração na sociedade como trabalhador livre, como operário, poderia gerar alguns avanços frente à situação de marginalização e precarização que recaía sobre tal segmento social,

Reconheciam e criticavam os limites da emancipação de 1884, buscando sempre ampliar as oportunidades para a raça negra, inicialmente na luta contra a escravidão e depois, lutando pela integração econômica e social do elemento negro na sociedade, através da educação e da luta por melhores condições de vida e trabalho para o operariado. Não foi acaso que as associações negras estavam sempre presentes em todos os atos, manifestações e festas operárias da República Velha na cidade, como também não foi sem motivo que tantos líderes operários pelotenses fossem negros e com dupla militância: em associações operárias e em associações de raça, sejam recreativas, de representação ou beneficente. (LONER, 2016, p. 168)

Vale ressaltar mais uma associação futebolística alternativa aos *modus operandi* segregacionista do esporte no período: *A Liga Nacional de Foot-Ball Portoalegrense*, pejorativamente denominada em momento posterior como a *Liga das Canelas Pretas*. Situada em Porto Alegre, na década de 1920, reunia os times de jogadores negros da cidade. Contudo, a reconstrução de tal entidade é mais complexa que as demais. Segundo os estudos de referência sobre o tema, como Mascarenhas (1999) e mais

hospedado e depois voltariam à sede, sendo recebidos por comissão e ocorreria sessão solene (Libertador, 05/06/1926, APBL). Depois do ocorrido, na descrição da festa consta que lá estavam as autoridades, que o orador foi Guilherme da Rosa⁶⁷, mas quem falou muito foram vários políticos brancos, um deles o F. L. Osório que saudou a "mãe preta" (Libertador, 07/06/1926, APBL). Apesar dos "políticos brancos" terem aproveitado o momento, foi importante a presença de um orador envolvido com a Liga, que possivelmente não desperdiçou aquele momento para algumas considerações de cunho político." (MACKEDANZ, 2016, p. 113)

³⁵ É importante destacar que no período da República Velha era muito comum as organizações negras fazerem atividade festivas e de reivindicação de direitos no dia 13 de maio, em referência à luta abolicionista. Porém, desde a década de 1970 o movimento negro brasileiro instituiu o dia 20 de novembro como data de mobilização, com intuito de ressaltar o papel dos próprios negros, e não da via institucional, no processo de sua emancipação.

recentemente Santos (2018), a associação era formada por clubes cujo acesso às outras entidades principais era alijado pelos parâmetros elitistas. Porém, diferentemente do caso da Liga José do Patrocínio e da Liga 13 de Maio, o vínculo social e de classe dos jogadores é um pouco mais impreciso de detectar. Ou seja, se comprovadamente a Liga contemplava a delimitação racial como fator essencial, não é possível estabelecer, *a priori*, uma relação direta entre os clubes e o operariado local, a ponto de não poder denominá-la com exatidão como uma Liga Proletária de futebol.

De acordo com Mascarenhas (1999), no seu interior haviam desde clubes formados por funcionários públicos, até equipes de engraxates. A composição social, desta forma, é muito mais heterogênea que as demais ligas citadas. Além disso, outros parâmetros utilizados para compreender se as entidades futebolísticas possuem uma identidade vinculada à classe, a exemplo da relação delas com outras associações operárias e a própria presença de dirigente e jogadores em outras esferas de lutas, não foram detectados nas fontes³⁶. No entanto, é indiscutível o papel que ela teve no tensionamento das relações sociais e na inserção da comunidade negra porto-alegrense, que era excluída de forma sumária da prática do futebol.

Por fim, cabe ressaltar o papel que o PCB, a partir da década de 1930, teve na animação de ligas próprias de futebol. Os comunistas enxergavam as manifestações culturais como um espaço estratégico de resistência e diálogo com a classe trabalhadora, que poderia contribuir para a educação política do povo trabalhador. Dessa forma, não se inseriam somente nos locais tradicionais de lutas sociais, mas também estavam presentes nas manifestações mais cotidianas de organização com viés cultural e de sociabilidade, como as escolas de samba e os times de futebol.³⁷

No Rio Grande do Sul a atuação dos comunistas no futebol também foi sentida. Em Pelotas, conforme Loner (2016), o PCB organizou, via Frente Sindicalista Pelotense, um torneio desde esporte no ano de 1934. Já em Porto Alegre, Stédile (2015) elucida que a Federação de Desportos Proletária, no qual o futebol era o elemento mais importante, era dirigida pelo militante comunista Jacob Koutzii. A partir desses exemplos, é possível conjecturar que os militantes comunistas se utilizavam do futebol como instrumento de aproximação dos trabalhadores, fazendo que sua influência

³⁶ Conforme Mascarenhas (1999), a grandes dificuldades em avançar nesta temática é a ausência de documentos específicos sobre a Liga, que teriam se perdido após uma enchente em Porto Alegre no ano de 1941. Dessa forma, sua reconstrução parte-se principalmente das poucas notas existentes sobre ela nos jornais de maior circulação e de registros contemporâneos a partir da história oral.

³⁷ Para entender mais a atuação do PCB nestes espaços, ver Valéria Lima Guimarães, **O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1955)**, Rio de Janeiro, Aperj, 2009.

extrapolasse para além dos muros da fábrica e dos sindicatos, não desprezando o esporte nem como lazer, nem como espaço de aglutinação.³⁸

Observar as experiências citadas ao longo deste tópico permite-nos resgatar uma longa trajetória de luta contra os preconceitos sociais e raciais presentes no cerne da prática do futebol no país e mais especificamente no Rio Grande do Sul. Com as suas diferenças entre si, foi a organização e atuação nessas organizações independentes que tencionaram a abertura das ligas com maior poder aquisitivo aos jogadores oriundos da classe trabalhadora e potencializaram o próprio processo de profissionalização do esporte – com seus limites já expostos anteriormente. Portanto, é irrefutável que o futebol foi disseminado e ressignificado pelos trabalhadores ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo parte importante das intensas disputas em torno das identidades de classe e raça no Brasil.

3.2. A Liga Sportiva Rio Branco: origens, clubes filiados e vinculações sociais

A cidade do Rio Grande é reconhecida pelo seu pioneirismo futebolístico. Como exemplificado no capítulo 2, a prática do esporte inicia-se com os setores dominantes, rapidamente se popularizando entre as classes populares. Os primeiros clubes associados aos trabalhadores datam da década de 1910, mas o grande impulso do futebol na classe trabalhadora se deu a partir dos anos 1920, através do surgimento de diversos clubes e mesmo ligas organizadas pelo proletariado.

O maior símbolo desta organização é a fundação da *Liga Sportiva Rio Branco*, no mês de agosto de 1926, que congregava clubes operários, de bairros e ligados à comunidade negra rio-grandina. O embrião dessa articulação, no entanto, inicia-se anos antes, através de uma intensa rede de cooperação e interação entre as agremiações esportivas de Rio Grande e Pelotas. Meses após a criação da Liga José do Patrocínio, em Pelotas, é noticiado no *Jornal Alvorada*³⁹ a ida de uma comissão da liga à cidade do Rio Grande com objetivo de “unir” as equipes daquelas cidades.

“Domingo passado, uma comissão da Liga, a convite, foi ao Rio Grande, tratar

³⁸ Não há pesquisas que mostrem a atuação do PCB nos clubes de futebol de Rio Grande. Contudo, como o partido alcança seu auge no município na década de 1940, é bem provável que também tenham tido essa preocupação com os espaços de lazer da classe. A presente pesquisa, por delimitar o escopo temporal até 1930, infelizmente não vai conseguir contribuir e avançar neste debate.

³⁹ O *Jornal Alvorada* circulou em Pelotas desde 1907 e é considerado um dos jornais mais antigos da imprensa negra brasileira. Inicialmente, não estava incluso no *corpus documental* da pesquisa, mas como existe um intenso intercâmbio entre Pelotas e Rio Grande, resolve-se utilizar tal fragmento.

da organização de jogos intermunicipais, e fazer esforços pela união entre os valentes clubes esportivos daquela cidade, encontrando o melhor acolhimento. Vários esforçados cavalheiros ali residentes, amigos do progresso e das belas iniciativas, hipotecaram a sua solidariedade à Liga José do Patrocínio, prometendo trabalhar com afincos pela união dos mesmos sports, o que é uma rósea esperança a derramar o néctar do entusiasmo nos nossos corações, cheios de fé pelo rápido andamento das nossas aspirações. É uma causa santa a que está ativando a Liga, porque não é mais uma questão social, mas sim, uma questão de honra, para combater a prepotência existente contra a raça e contra aqueles que se fazem e vivem pelo trabalho. Assim, pois, o triunfo da Liga, que é certo, constitui uma das mais sublimes páginas das nossas associações esportivas. Tudo pela Liga!!” (ALVORADA, Pelotas, 20/07/1919)

Tal rede de interação entre os trabalhadores das cidades se confirmou após a fundação da Liga Rio Branco, pois era normal que houvesse tardes esportivas entre as duas associações:

O mundo desportivo do Rio Grande terá amanhã oportunidade de assistir a um encontro de foot-ball que promete ser sensacional. Enfrentar-se-hão no campo do Foot Ball Club Rio Grandense os fortes selecionados da Liga Rio Branco, desta cidade, com o esplêndido combinado da Liga José do Patrocínio, de Pelotas, sendo este o primeiro dos dois encontros marcados para a disputa de uma fina taça, e realizando a segunda partida no dia 18 na vizinha cidade. Jogo preliminar entre Cruzeiro e Bento Gonçalves. (RIO GRANDE, Rio Grande, 10/12/1927)

No dia seguinte, para além do resultado da partida, que terminou empatado, o periódico revela que as arquibancadas estavam lotadas para acompanhar o duelo, o que mostra como o futebol era adorado pela classe trabalhadora. Em 1929, os jornais voltam a relatar o encontro entre os dois combinados (RIO GRANDE, Rio Grande, 20/07/1929). Desta vez, o mau tempo prejudicou a presença da torcida, mas a qualidade do jogo foi destacada pela matéria:

Apesar do mau tempo de domingo, realizou-se no campo do Costeira, e perante regular assistência, a partida de foot-ball entre os combinados da Liga José do Patrocínio, de Pelotas, e da Liga Rio Branco, desta cidade. O jogo esteve cheio de belos lances, terminando pela vitória do combinado local por quatro pontos contra dois. (RIO GRANDE, Rio Grande, 23/07/1929)

A primeira chave de interpretação neste momento, antes mesmo de adentrar no caso da Liga Rio Branco em si, é detectar a capacidade de articulação que existia entre os trabalhadores das duas cidades e principalmente estabelecer a relação destas agremiações com a questão de classe social e raça, presente de forma clara na matéria que documenta a ida de representantes de Pelotas para a cidade vizinha, visto como uma “questão de honra” para combater a prepotência “de raça” e “de quem vive do trabalho” no cenário futebolístico da região.

Voltando à formação da Liga Rio Branco, as primeiras informações sobre ela aparecem no início de 1926, com o chamado “Combinado Rio Branco”, que articula-se para jogar com clubes de outras regiões:

“A convite do Gremio 15 de novembro, excursionará, amanhã, à Villa de São José do Norte, o quadro do “Combinado Rio Branco”, para que ali se realizem uma partida de futebol e o batismo das camisetas daquele clube”. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 30/01/1926)

E segue:

“Realizou-se, ontem, no campo do ‘S. C. Rio Grande’, uma partida entre os primeiros quadros do ‘Combinado Rio Branco’ e ‘Vasco da Gama’, em disputa de uma estatueta. O jogo, que correu muito violento, terminou com o empate de um ponto contra um”. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 4/05/1926)

Sobre o nome “Rio Branco”, que dava nome ao combinado que, posteriormente, se tornará a liga, parte do conteúdo político da escolha, assim como no caso de “José do Patrocínio” e “13 de maio”, está atrelado as experiências de lutas anteriores, nestes casos em referência ao processo da abolição. O Barão de Rio Grande, depois conhecido como Visconde de Rio Branco, foi o responsável por sancionar a Lei do Ventre Livre, em 1871, que determinava que as mulheres escravizadas, a partir daquele período, dariam à luz apenas bebês livres. Tal norma ficou popularmente conhecida como “Lei Rio Branco”. Por mais que hoje haja uma outra interpretação acerca deste acontecimento histórico, inegavelmente o simbolismo que o nome do episódio carregava para as lutas pela liberdade para os negros e negras daquele período eram enormes. Isso fica evidente ao analisar o número de clubes sociais no Pós-abolição que se chamavam “Rio Branco”. À guisa de exemplo, em Santa Maria houve um clube de futebol chamado S. C. Rio Branco⁴⁰ (GRIGIO et. al, 2020) e em Bagé um jornal organizado pelos trabalhadores negros se chamava pelo mesmo nome (SILVA, 2018).

Nos últimos dias do mês de julho de 1926, o *Jornal A Lucta*, periódico que dava mais visibilidade às causas dos trabalhadores, divulga que existe ruídos na cidade que um campeonato à parte da *Associação de Desportos*, a principal entidade futebolística da cidade, está próximo de ser organizado:

“Vai colhendo o mais ruidoso sucesso a organização do campeonato entre os clubes não filiados a Associação de Desportos e que, como se sabe, são em grande número.

⁴⁰ Atualmente, os clubes de futebol negros em Santa Maria e o significado dos nomes deles estão sendo estudados pela historiadora Taiane Anhanha Lima, em uma dissertação que está em vias de ser defendida.

Haverá dois valiosos prêmios para os vencedores dos 1º e 2º lugares. A organização definitiva deste torneio para o qual reina desusada animação no meio esportivo local, dar-se à domingo próximo, às 10 horas, no campo do F. C. General Osório”. (A LUCTA, Rio Grande, 30/7/1926)

E continua no dia seguinte:

“Conforme dissemos, reúnem-se amanhã, às 10 horas, no campo do General Osório, os representantes de todos os clubes não filiados à Associação Rio Grandense de Desportos, a fim de lançarem as bases e organizarem carnê para os jogos de campeonato, os quais terão dois valiosos prêmios”. (A LUCTA, Rio Grande, 31/7/1926)

Após a divulgação dessas reuniões, somente na metade do mês de agosto que os jornais voltaram a publicizar os resultados dos encontros. Ao analisar a comemoração de aniversário de fundação da Liga Rio Branco em 1927 (*Rio Grande*, Rio Grande, 4/08/1927) e em 1929 (*O Tagarela*, Rio Grande, 4/,8/1929) chega-se à conclusão que a data de fundação da associação se deu no dia 4 de agosto de 1926. Apesar disso, passados quase 10 dias da sua fundação, os jornais de maior circulação da cidade vão anunciar a sua criação:

“Temos delicada comunicação de haver sido fundada nesta cidade a Liga Sportiva Rio Branco, a que estão filiados os clubes Cruzeiro, Bangú, Democrata, Rio Negro, Andarahy e L. Verde. A nova Liga, que se destina a pugnar pelo progresso do foot-ball, e a organizar as partidas e campeonatos, tem como presidente o Sr. João Francisco de Mello”. (RIO GRANDE, Rio Grande, 17/08/1926)

Portanto, os clubes fundadores foram: Cruzeiro, Bangú, Democrata, Rio Negro, Andarahy e L. Verde (ou V. Verde). Ao longo dos próximos anos de atividade da liga, outras equipes irão ingressar na entidade: Brasil (*Echo do Sul*, Rio Grande, 21/08/1926), Minas Gerais (*Echo do Sul*, Rio Grande, 28/08/1926), Progresso (*Echo do Sul*, Rio Grande, 5/10/1926), Internacional (*Echo do Sul*, Rio Grande, 2/04/1927), Fortaleza (*O Tagarela*, Rio Grande, 30/04/1930). Apesar de muitas destas equipes terem tido uma vida muito efêmera e, por isso, não terem deixado muitos vestígios, o objetivo dessa seção será reconstruir com o máximo de exatidão possível o perfil social das agremiações filiadas à Liga Rio Branco.

Sobre João Francisco de Mello, presidente da Liga no biênio 1926/1927 (*Rio Grande*, Rio Grande, 17/08/1926), não foi possível encontrar mais informações a respeito. Porém, na divulgação de comemoração do terceiro aniversário da Liga Rio Branco, no ano de 1929, registra-se uma romaria da diretoria ao túmulo de João

Francisco de Mello, levando-nos a entender que ele teve uma morte precoce, não possuindo uma atuação muito duradoura na frente da Liga.

“Cumpre, na data de hoje, o terceiro aniversário de fundação da prestigiosa Liga Sportiva Rio Branco, entidade desportiva que gosa de tanto e tão justificado conceito entre nós. Por esse motivo, dirigimos, nestas linhas, os nossos cumprimentos à digna Diretoria da Liga Rio Branco, na pessoa do seu esforçado presidente sr. João José Loretto. Pela manhã de hoje, às 10 horas, a diretoria da mesma liga irá, incorporada, ao Cemitério Católico, em romaria ao túmulo do sr. João Francisco de Mello, seu fundador, afim de ali depositar flores.” (O TAGARELA, Rio Grande, 04/08/1929)

Por outro lado, João José Loretto, o novo presidente da Liga, era um sujeito ativo nas práticas associativas em Rio Grande. Trabalhador negro, além de presidir a entidade futebolística, também fazia parte de uma associação teatral⁴¹ e era figura constante na imprensa negra rio-grandina. Percebe-se, desta forma, mais um indicador contundente de demarcação social da Liga com o proletariado negro da cidade.

Figura 9 – João José Loretto, presidente da Liga Sportiva Rio Branco



Fonte: Acervo pessoal família Loretto

O primeiro clube filiado à Liga que se encontra notícias é o Cruzeiro do Sul, fundado em outubro de 1910 (*Echo do Sul*, Rio Grande, 31/10/1910). Através da análise do seu corpo diretivo, supõe-se que o clube era ligado aos operários da Cervejaria Schmidt⁴², contanto com figuras do patronato nos cargos mais altos da direção:

⁴¹ A participação de José Loretto em tal associação é verificado em anúncios de festivais recreativos na Sociedade União Operária. A relação entre associações recreativas e entidades de classe serão detalhadas na próxima seção.

⁴² Segundo Mackedanz (2016), existiu um clube homônimo em Pelotas vinculado aos operários da cervejaria Haertel. Surgirá da dissidência desta equipe o Brasil de Pelotas.

Posse da nova direção do S. C. Cruzeiro do Sul: Presidente: João Baptista Schmidt; Vice-presidente: Guilherme P. Schmidt; 1º Secretário: Alfredo L. Schmidt; 2º diretoria: José Gonçalves; 1º Tesoureiro: Oscar Garcia; Adjunto Tesoureiro: Antônio Simões; Capitão-Geral: Julio Tissot; Representante: Gervásio Dias; Guarda Sports: Manoel Viana. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 11/06/1925)

Tal clube ficou reconhecido pela presença constante na tentativa de articular ligas unificadas da cidade, mas principalmente por ser pivô de diversos rompimentos com as entidades futebolísticas tradicionais. Segundo Correa (2014), no ano de 1916, em conjunto com o S. C. União Fabril, clube dos operários da Rheingantz, a equipe foi desligada de forma sumária da principal liga da cidade. Após conseguir retornar ao certame, é o próprio Cruzeiro que decide se desligar da instituição por não ter suas reivindicações aceitas. Desde então, o clube passa a jogar amistosos com clubes que não faziam parte do cenário principal do futebol local, só voltando a se filiar numa entidade quando se torna signatária da fundação da Liga Rio Branco.

Dentro desta liga, por outro lado, ocupa um papel de protagonismo, sendo o principal expoente técnico entre as equipes filiadas. Ao fim da primeira temporada, é anunciado como primeiro campeão da Liga:

A Liga Esportiva Rio Branco iniciará no dia 3 de abril a sua temporada oficial de futebol do corrente ano, com um “Torneio Initium” entre os clubes filiados.

“Desde ontem, acham-se expostos, na Montra (sic) da ‘Casa Carangi’, um quadro a óleo do 1º quadro do S. C. Cruzeiro, campeão de 1926, da Liga Rio Branco, e a taça que o mesmo conquistou no referido campeonato. O quadro, curiosamente emoldurado, é trabalho do Sr. Matteo Tonietto”. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 26/03/1927)

Na temporada de 1927 repete a dose, com direito à divulgação da tabela do campeonato pela imprensa de grande circulação da cidade:

Tabela 4 – Tabela final da temporada 1927 da Liga Rio Branco

Equipes	1º Quadro	2º Quadro
1º lugar - Cruzeiro	Ptos. - 21	Ptos. - 22
2º lugar – Rio Negro	Ptos. - 20	Ptos. - 20
3º lugar - Democrata	Ptos. - 20	Ptos. - 17
4º lugar - Internacional	Ptos. - 16	Ptos. - 18
5º lugar - Progresso	Ptos. - 12	Ptos. - 17
6º lugar - Brasil	Ptos. - 10	Ptos. - 6
7º lugar – 15 de novembro	Ptos. - 7	Ptos. - 11
8º lugar - Bangú	Ptos. - 7	Ptos. - 10

Fonte: RIO GRANDE, Rio Grande, 14/10/1927

Após um ano sem título⁴³, o Cruzeiro volta a ser campeão da Liga em 1929, consagrando-se tricampeão do certame (RIO GRANDE, Rio Grande, 22/10/1929). Rompendo a tônica de notas ínfimas e sem muitas informações que eram destinadas à Liga Rio Branco nos jornais locais, em 1929, devido ao tricampeonato desta equipe, para além da divulgação do título, divulga-se a escalação da equipe que foi a campo no jogo decisivo:

Realizou-se domingo à tarde no campo do F. B. C. General Osório, o jogo entre os quadros do S. C. Cruzeiro e S. C. Rio Negro para a disputa do título de campeão deste ano. Apesar do quadro do S. C. Cruzeiro ter ido desfalcado de 3 excelentes jogadores, Julio Tissot, Antonio Simões e Bolívia, conseguiu vencer seu adversário pelo elevado escore de 3 x 1, ficando assim pela terceira vez campeão da Liga Rio Branco.

Os gols da vitória foram marcados pelos jogadores Mário (2) e Orilo (1).

O quadro do S. C. estava assim organizado: Sandalho, Tatú, Juvenal, João, Gentil, Mario, Sebastião, Orilo. Bocha, Partino. (RIO GRANDE, Rio Grande, 22/10/1929).

O adversário do Cruzeiro neste jogo, o S. C. Rio Negro, é outra agremiação que esteve na fundação da Liga Rio Branco. Fundada em 1919 (O TAGARELLA, Rio Grande, 31/12/1932), foi o clube de futebol mais expressivo vinculado à comunidade negra rio-grandina. Um dos representantes da sua direção, no cargo de orador oficial, era o operário negro Carlos Santos (O TAGARELLA, Rio Grande, 01/05/1930). Segundo Loner (2013), Santos era uma das principais referências do associativismo negro na cidade, auxiliando na fundação de diversas entidades carnavalescas e teatrais atreladas a esse segmento social. Além disso, foi um líder sindical destacado de Rio Grande, sendo fundador do Sindicato dos Metalúrgicos, do qual foi secretário-geral e presidente, e participando da fundação da Frente Sindical de Rio Grande no pós-1930. Vale lembrar a vasta trajetória militante da sua família, onde seu avô, Manuel Conceição dos Santos, foi um importante líder abolicionista na região, seu tio e seu pai, José da Silva Santos e Manoel Ramão Conceição da Silva Santos, respectivamente, estavam entre as primeiras lideranças operárias da cidade – questões já destacadas no capítulo 1⁴⁴.

⁴³ Os jornais analisados não divulgaram a equipe campeã em 1928, mas como em 1929 indicam que o Cruzeiro foi tricampeão, presume-se que não foi ele o vencedor do campeonato anterior.

⁴⁴ Para saber mais sobre a trajetória da família Santos, ver Loner (2013). Especificamente sobre Carlos Santos, durante o Estado Novo tornou-se um quadro político do Partido Trabalhista Brasileiro, sendo eleito deputado pela sigla. Ademais, foi o primeiro negro a assumir, mesmo que de forma provisória, o cargo de governo no Estado, durante a viagem do governador Peracchi Barcellos. Sobre a trajetória de Carlos Santos, ver Clemente e Barbosa (1994).

Figura 10 – Carlos Santos, dirigente do S. C. Rio Negro e importante liderança operária e negra da cidade



Fonte: Acervo pessoal família Santos

Para além da presença deste quadro importante do movimento operário e negro na sua diretoria, outras informações nos fazem relacionar o S. C. Rio Negro ao proletariado negro de Rio Grande. O principal deles, é a relação com o associativismo em geral e com a imprensa negra da cidade. Por exemplo, a agremiação realizava diversas ações e festivais com associações bailantes, teatrais e carnavalescas oriundas dos trabalhadores⁴⁵, todas elas amplamente divulgadas pelo periódico *O Tagarela*⁴⁶ (O TAGARELLA, Rio Grande, 07/07/1929) e (O TAGARELLA, Rio Grande, 01/05/1930). Além disso, encontra-se informações de viagens à cidade de Pelotas para enfrentar clubes ligados ao operariado negro da cidade, como o G. S. Vencedor (MACKEDANZ, 2016, p. 120).

Dentro das quatro-linhas, os rio-negristas também tinham uma atuação destacada, figurando sempre nas primeiras posições do campeonato. Em 1929, inclusive, acabam tendo uma temporada exitosa com o título do torneio de encerramento da Liga, fato amplamente divulgado pela imprensa negra da cidade:

O valente S. C. Rio Negro, que tantas vitórias tem alcançado em memoráveis punas, acaba de conquistar, com muito brilhantismo, o título de campeão desse ano da Liga Rio Branco. Disputando com o não menos valoroso S. C. Cruzeiro o campeonato de 1929 desta entidade desportiva, o Rio Negro

⁴⁵ A relação intrínseca entre variadas associações recreativas com as equipes da Liga Rio Branco é uma característica notável e será destacado com mais esmero na próxima seção.

⁴⁶ Para além de ser o principal veículo de divulgação de notícias relacionadas à comunidade negra rio-grandina, o jornal tinha um alto conteúdo proletário. Como símbolo disso, o dia escolhido para sua fundação foi no dia 1º de maio de 1929, dia do trabalhador (O TAGARELLA, Rio Grande, 01/05/1930)

conseguiu vencê-lo, domingo último, pelo escore de 1 a 0, tornando-se, destarte, campeão 1929 daquela liga. Por este auspicioso motivo, congratulamo-nos com a digna diretoria do clube áureo-celeste ao mesmo tempo que felicitamos todos os denotados Rio-negristas. (*O TAGARELLA, Rio Grande, 10/11/1929*)

Evidenciando o alto grau de pertencimento do clube com o periódico, a direção do S. C. Rio Negro faz questão de agradecer aos envolvidos na conquista pelas páginas do jornal:

A diretoria deste Clube, num testemunho inequívoco de reconhecimento, vem por meio deste agradecer, de público, o concurso de todos os seus “players”, bem assim à Diretoria da Liga Sportiva Rio Branco, aos disciplinados clubes a esta filiadas, aos seus torcedores, à distinta senhorita Idulcina Rodrigues, especializando, muito em particular, esta gratidão ao sr. Alcibiades, digno representante de nosso clube Clube junto àquela Liga, pelo incansável devotamento com que se houve por ocasião da decisão da vitória do campeonato daquela entidade e consequente conquista, pelo Rio Negro, da simbólica taça.

A Diretoria. (*O TAGARELLA, Rio Grande, 08/12/1929*)

Era natural nos campeonatos de futebol da época existir torneios de início, chamado de “Torneio Initium”, e de finalização da temporada. Geralmente, ambos eram disputados numa dinâmica diferente do campeonato oficial, sendo compilado em uma única tarde e através do sistema “mata-mata”⁴⁷. Ao analisar o jornal *O Tagarella*, pode parecer que o S. C. Rio Negro foi campeão da Liga Rio Branco de 1929. Porém, ao conferir com outras fontes e pela própria data da matéria, é mais provável que a equipe tenha conquistado o torneio de finalização da temporada da liga, que naquele ano foi disputado no campo do Foot-Ball Club Padeiral. (*RIO GRANDE, Rio Grande, 12/11/1929*)

Outra equipe que parece ter influência significativa entre a comunidade negra de Rio Grande é o Sport Club Progresso. Fundado em 1910 (*ECHO DO SUL, Rio Grande, 15/10/1928*), o clube figurou entre o ciclo futebolístico da cidade desde seu início, chegando a atuar na Segunda Divisão da Liga Rio-Grandense de Futebol em 1916 (*CORREIA, 2014, p. 71*). Diferente do S. C. Rio Negro, não se encontra muitas informações sobre seu corpo diretivo. Contudo, acha-se vinculações significativas desta com entidades operárias e com a imprensa negra (*A LUCTA, Rio Grande, 13/10/1925*) e (*O TAGARELLA, Rio Grande, 01/05/1930*).

⁴⁷ No contexto do futebol, mata-mata refere-se a disputa eliminatória entre dois adversários que se enfrentam para decidir qual dos dois passam para a próxima fase. O sistema de jogos do campeonato oficial, por sua vez, é de pontos corridos, onde todas as equipes jogam entre si, possuindo uma dinâmica mais longa.

Depara-se com menos registros sobre o Sport Club Andarahy e o Sport Club Bangú, mas possivelmente ambas equipes também possuíam um perfil fabril entre seus jogadores. O Andarahy foi fundado em 1923 (ECHO DO SUL, Rio Grande, 13/10/1928) e foi campeão do “Torneio Initium” da Liga Rio Branco de 1926, tendo oferecido o prêmio ofertado à diretoria da entidade (ECHO DO SUL, Rio Grande, 26/08/1926). Não se encontra registros da data de fundação do Bangú, mas percebe-se que estava atrelada à outras associações ligadas aos trabalhadores da cidade (RIO GRANDE, Rio Grande, 29/01/1927). Aliás, ambos os clubes são homônimos das agremiações cariocas “Andarahy” e “Bangú”, que ficaram nacionalmente conhecidas por serem pioneiras no acolhimento de jogadores operários e negros em seus plantéis⁴⁸.

Além disso, mantinham relação com o S. C. Carioca e S. C. Vasco da Gama, clubes de futebol que não faziam parte da Liga Rio Branco, mas que realizavam diversos amistosos com as equipes filiadas a ela. O Vasco da Gama, por exemplo, chegou a enfrentar o combinado Rio Branco meses antes da fundação da Liga (ECHO DO SUL, Rio Grande, 04/05/1926).

A escolha dos nomes dos clubes, desta forma, pode reafirmar duas questões: a identidade de categoria, no caso de se espelharem em clubes de fábrica, ou de pertencimento territorial, por preservar relações com associações relacionadas ao Rio de Janeiro.

Informações sobre o Grêmio Sportivo Brasil são ainda mais escassas. Depoimentos recolhidos pelo jornalista rio-grandino Willy César (2012), indicam que o clube foi fundado por operários da Cia. Swift, empresa norte-americana de frigorífico instalada na cidade em 1918, que empregava cerca de 1500 trabalhadores e trabalhadoras (MARTINS, 2006, p. 142). O autor completa que, diferentemente do prometido, a empresa não cumpriu a promessa de ajudar financeiramente a equipe, potencializando o encerramento precoce de suas atividades esportivas.

⁴⁸ Mais informações sobre o Andarahy e o Bangú, dois clubes ligados à fabricas do Rio de Janeiro, e sua relação com os jogadores operários e negros, ver em Mário Filho (2003) e Pereira (1998).

Figura 11 – Possível símbolo do Brasil



Fonte: <https://timesdors.blogspot.com/>

Não há precisão nas fontes encontradas se o outro clube filiado à Liga se chama “Vila Verde” ou “Lomba Verde”, encontrando-se as duas versões ao longo dos jornais. A maior probabilidade é que se trata do Grêmio Sportivo Vila Verde, formado pelos operários da Vila Operária Santa Tereza, que abrigava portuários e demais trabalhadores que vieram construir o Porto Novo⁴⁹. Curiosamente, por ser um clube que teve uma duração maior no futebol amador nos próximos anos, acha-se mais registros fotográficos do seu plantel.

Figura 12 - Vila Verde, clube pertencente à Vila Operária de Santa Tereza



Fonte: Acervo Papareia

⁴⁹ Para mais informações sobre a Vila Operária Santa Tereza, ver Martins (1997)

Por fim, vale destacar o caso do Sport Club Internacional, que só vai se somar à Liga Rio Branco em 1927. De acordo com Correia (2014), tal clube é fundado em 1913, no esforço de ser uma agremiação multiétnica, que abrigasse estrangeiros e brasileiros. Por muito tempo esteve na elite do futebol rio-grandino, rivalizando em pé de igualdade com os principais clubes da cidade. Em 1925, no entanto, após uma reestruturação da *Liga Rio-Grandense*, pautada nos parâmetros elitistas já citados no capítulo anterior, a filiação do Internacional não foi aceita (A LUCTA, Rio Grande, 23/05/1925). A partir de então, mesmo com uma delimitação mais ambígua em relação à composição social desta equipe, é notório que se inicia uma aproximação com os clubes filiados na Liga Rio Branco, chegando a ceder seu campo para jogos deste campeonato (ECHO DO SUL, Rio Grande, 19/07/1926).

Referências encontradas sobre os clubes Democratas, Minas Gerais, 15 de Novembro e Fortaleza, que também disputaram algumas temporadas da Liga Rio Branco, não foram o suficiente para compor um painel com as características e os demarcadores sociais de cada agremiação⁵⁰. As informações sobre elas limitaram-se ao âmbito esportivo, com anúncio e resultado finais dos jogos, não sendo possível obter a nominata das direções e nem suas vinculações.

Todos esses clubes citados disputavam seus jogos em diversos campos existentes nas regiões dos bairros industriais de Rio Grande. A partir da sistematização das fontes, foi possível detectar os locais mais utilizados para realização de enfrentamentos da Liga Rio Branco:

Figura 13 – Campos utilizados pelos clubes que jogavam a Liga Rio Branco

⁵⁰ Encontra-se algumas pistas sobre o Minas Geraes e o 15 de Novembro. Sobre o primeiro, aparece a divulgação do seu 11º aniversário no jornal *O Tagarella* (O TAGARELLA, Rio Grande, 11/08/1929), o que pode significar uma aproximação desta com os trabalhadores negros na cidade. Sobre o 15 de Novembro, indícios nos fazem relacioná-lo com a cidade vizinha de Rio Grande, São José do Norte, já que aparentemente sua sede estava localiza naquele município (ECHO DO SUL, Rio Grande, 08/01/1926)



Fonte: Compilado de fontes do autor

A partir do mapa, é possível aferir que os campos utilizados se localizam na região do bairro “Cidade Nova”. De acordo com Pedrosa (2012), esta região pode ser entendida como o subúrbio operário em Rio Grande, situada próxima às principais industriais, às oficinas e à linha férrea. Nela foi fixado tudo o que a cidade não poderia comportar, caracterizando-se pela falta de estrutura e às péssimas condições sanitárias e de moradia para a grande massa de trabalhadores que ali viviam. Tais relatos são facilmente encontrados nos jornais do período:

A Cidade Nova

Os dias de chuva são uma calamidade para aquela pobre gente

Recebemos um apelo firmado por vários moradores da Cidade Nova, relativamente ao muito que se custa ali viver quando as chuvas caem torrenciais, como ultimamente tem acontecido. Uma simples viagem em bonde circular basta para nos oferecer uma pequena visão do que aquilo representa para a população de trabalhadores que ali vive. Grandes lençóis de água a cobrirem na sua largura, de princípio a fim as quadras, tal é o aspecto das ruas, e o tormento dos operários todas as vezes que se tem de dirigir ao trabalho. Para se ter uma ideia das dificuldades que ali se apresentam a esses diariamente, basta citar que, em alguns pontos que a passagem é impossível, há um ou mais indivíduo que se encarregam de passar no colo as operárias que não podem o fazer sem o risco de se molharem até os joelhos. Ora, um lugar onde se tem de subir tantos contratemplos para garantir o magro pão de cada dia, com risco de contrair uma pneumonia ou morrer afogado, é um lugar infernal, que nossos administradores esqueceram. Voltaremos! (A LUCTA, Rio Grande, 3/09/1925)

Cabe frisar que a presente pesquisa não busca aprofundar uma investigação socioespacial em torno da cidade do Rio Grande e a introdução da prática esportiva na

vida urbana. Trabalhos com este calibre foram realizados com maestria pelo geógrafo Gilmar Mascarenhas⁵¹. O intuito de trazer momentos e espaços frequentados pelos clubes de futebol ligados à classe trabalhadora é contribuir para uma compreensão mais ampla do que significou, no âmbito da vida cotidiana fora dos locais de trabalho, a inserção desse segmento social naquela sociedade, bem como apontar a relação entre o desenvolvimento do futebol popular nos centros urbanos e a forma como se organizavam nos territórios.

Para fins de conclusão, a partir do levantamento das origens da Liga Rio Branco, das vinculações dos clubes filiados a ela e ao próprio espaço ocupado para sua prática, é possível afirmar que, de fato, se tratava de uma Liga Proletária de Futebol, com uma base social predominantemente ligadas aos setores populares e que congregava segmentos variados da classe trabalhadora rio-grandina. Além disso, percebe-se uma presença massiva de clubes formados por operários de mais de uma fábrica. Estando menos sujeitos à dominação patronal, já que não dependiam diretamente das fábricas pra se manter⁵², os clubes, e conseqüentemente a Liga, estão sob maior controle dos trabalhadores.

Também é importante destacar o papel dos trabalhadores negros nesta organização, desde a articulação com associações de cidades vizinhas até a escolha do nome da Liga e os cargos de direção, contemplando, necessariamente, uma delimitação racial como fator relevante para sua constituição. Dessa forma, evidencia-se, uma vez mais, que as questões de classe estão diretamente ligadas às questões de raça, ainda mais no contexto de cidades com uma forte presença da escravidão. Portanto, não é possível entender a classe trabalhadora e suas formas de organização sem entender o papel e o protagonismo dos trabalhadores negros neste processo.

3.3. O “Ópio do Povo”? a Relação da Liga Rio Branco Com as Demais Associações de Classe:

Em linhas gerais, o movimento operário e o futebol tenderam a seguir caminhos distintos ao longo da história. Variadas correntes políticas não viam com bons olhos a paixão e o tempo que a classe trabalhadora despendia para a prática esportiva. Tal

⁵¹ À guisa de exemplo, destaca-se um dos primeiros artigos de Mascarenhas onde há o diálogo pioneiro entre o estudo de espacialidade, territorialidade e práticas esportivas. Ver mais em Mascarenhas (1999).

⁵² A princípio, somente o SC Cruzeiro e GS Brasil possuíam vínculos com fábricas da cidade. Contudo, diferentemente da relação do SC União Fabril com a Rheingantz, não se encontra uma tutela tão marcante nos espaços de sociabilidade dos trabalhadores.

perspectiva não era exclusiva das lideranças operárias brasileiras, pois Hobsbawm (2000) detectou comportamento semelhante no caso inglês:

Deliberadamente evitei identificar os sentimentos e opiniões das massas operárias, até onde temos conhecimentos deles, com os da vanguarda de ativistas e militantes, porque eles nitidamente não eram os mesmos. Os ativistas estavam imbuídos do espírito do inconformismo numa época que a dissensão estava em declínio. Eles desprezam energicamente uma boa parte do modo de vida da nova classe operário – especialmente a cultura do futebol. Poderia compilar uma grande antologia com os escritos dos socialistas contemporâneos expressando horror, desprezo e ridicularizando a estupidez e a indolência das massas proletárias (HOBSBAWM, 2000, p. 297)

Contudo, na medida em que percebem que o futebol se torna a grande fonte de lazer das massas populares urbanas, um legítimo “esporte proletário de massas”, coube às correntes políticas se adaptarem e construírem uma relação de afinidade com tal prática esportiva. Ao longo do presente trabalho, já foi abordado as tensões existentes entre os anarquistas e o S. C. União Fabril, clube vinculado à fábrica Rheingantz. Nesta seção, por outro lado, busca-se entender a forma que o movimento operário da cidade se portou frente à construção da Liga Rio Branco.

A década de 20 em Rio Grande foi marcada por um refluxo considerável da luta de classes, tanto em termos de mobilização, quanto de desmantelamento das associações e sindicatos mais combativos. Para Loner (2016), os anos mais importantes do movimento sindical rio-grandino na República Velha, com as greves gerais de 1918 e 1919, foram acompanhados de forte repressão policial e de intervenção nas entidades. A corrente política mais perseguida, sem dúvidas, foi a de linha libertária, a partir da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que liderou os principais movimentos de luta daquela conjuntura. Segundo a mesma autora, a sede desta entidade foi invadida e depredada em 1922, ocorrendo espancamento de mulheres e crianças que ali se encontravam, além da prisão de diversas lideranças anarquistas. Com um clima tão adverso, muitos militantes foram obrigados a ir embora da cidade, desarticulando o movimento por completo.

Dessa forma, no período da existência da Liga Rio Branco já não tínhamos o apogeu das organizações anarquistas na cidade. Ainda que se tenha militantes desta corrente política em organizações variadas da cidade, não se tem registro de uma posição unificada desse agrupamento em relação à Liga. No âmbito individual, em contrapartida, percebe-se afinidade de militantes historicamente relacionado ao anarquismo com a entidade esportiva, como no caso de Cidália Pinheiros Lemos,

secretário-geral da UGT em 1920 (VARGAS, 2011, p. 74), presente em uma homenagem a ela:

Liga Rio Branco

Esta entidade esportiva encerrará, amanhã, o seu campeonato do corrente ano, realizando no campo do Sport C. Internacional uma tarde esportiva. Para esta festa, que está sendo esperada com entusiasmo, por parte dos torcedores dos clubes que compõem a referida Liga, foi organizado o seguinte programa:

1ª partida – Progresso e Rio Negro

2ª – 15 de Novembro e Brasil

3ª – Democrata e Cruzeiro

4ª – Internacional e Bangú

5ª – Vencedor da 1ª e da 2ª

6ª – Vencedor da 3ª e da 4ª

7ª – Vencedor da 5ª e da 6ª

Para o local correrá bondes de 15 em 15 minutos e a entrada custará 1\$000, sendo facultada ao belo sexo.

Por ocasião da tarde esportiva a ser levada a efeito pela Liga Rio Branco, os admiradores do S. C. Democrata prestar-lhe-ão uma homenagem, oferecendo-lhe uma taça de prata, denominada Taça Legalidade. Interpretando o sentir dos ofertantes, falará o Sr. Cidalio Pinheiro de Lemos. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 22/10/1927)

Embora o movimento operário tenha refluído na década de 1920, a Sociedade União Operária (SUO) conseguiu se manter relativamente a salvo da repressão, permanecendo como um local estratégico de aglutinação das pautas dos trabalhadores. Como já citado no primeiro capítulo, a SUO foi a maior e mais duradoura entidade operária de Rio Grande:

A Sociedade União Operária foi a grande entidade operárias das primeiras décadas, fundada por um grupo de operários e artesões e congregando a parcela da classe operária mais suscetível a mobilização, contribuindo, assim, para a unificação do movimento. Ela constituiu-se numa entidade operária, com objetivos educacionais, beneficentes e de representação de classe. Tendo sido fechada definitivamente apenas com o golpe militar de 1964, ela manteve, por décadas, uma presença física e organizacional marcante na cidade do Rio Grande. (LONER, 2001, p. 23)

Porém, ainda de acordo com Loner, a SUO também viveu um processo de crise permanente nesse período. Como ela unificava em seu interior as várias correntes de pensamento encontrados entre o movimento operário, estava mais suscetível às tensões e disputas internas pela direção da organização. Especificamente na década de 1920, a briga era entre correntes moderadas e combativas, numa disputa acirrada sobre qual deveria ser o perfil da entidade, se unicamente educacional (pauta defendida pelos reformistas) ou de representação de classe (defendida pelo setor mais de radical). Como resultado dessa divisão interna, a entidade teve mais dificuldade de organizar o movimento e, conseqüentemente, de repetir o processo de mobilização que marcou os últimos anos da cidade. Entretanto, apesar de tal crise, a SUO seguiu sendo um espaço

privilegiado e referência para a organização da classe trabalhadora de Rio Grande, principalmente através do seu amplo salão social, situado na região central da cidade⁵³, usado para centenas de conferências, palestras, comícios, assembleias e apresentações culturais.

Figura 14 – Sede da Sociedade União Operária



Fonte: Acervo pessoal do autor

Entre as diversas associações que requisitavam a estrutura da SUO para suas atividades, estão os clubes filiados à Liga Rio Branco. Como a participação operária e popular nestes times era majoritária, o local era o preferido para a realização de reuniões, festivais e comemorações. Segundo registros dos livros de atas da diretoria da SUO, o aluguel do seu salão social era uma das principais formas de renda e de autofinanciamento da entidade, estando aberta ao conjunto de organizações das “classes trabalhadoras” da cidade (Ata Dir. SUO, nº. 34, 19/09/1926). Em alguns casos, permitiam o uso do seu palco-salão em troca de parte do lucro que os espetáculos ali realizados arrecadavam.

Ao analisar o Livro da Tesouraria da SUO entre os anos 1923-1929, vê-se a solicitação da sede da entidade por diversos clubes de futebol:

⁵³ A sede da SUO era localizada na Rua Dr. Nascimento, 297, esquina com a Rua Zalony, na área central de Rio Grande.

Tabela 5 -Solicitação do salão social da SUO pelos clubes filiados à Liga Rio Branco

Clube solicitante	Data da atividade
Sport Club Progresso	Outubro de 1926
Grêmio Sportivo Minas Geraes	Outubro de 1926
Sport Club Carioca	Novembro de 1926
Sport Club Andarahy	Novembro de 1926
Sport Club Bento Gonçalves	Novembro de 1926
Sport Club Cruzeiro	Janeiro de 1927
Sport Club Rio Negro	Fevereiro de 1927
Sport Club Rio Negro	Janeiro de 1928
Sport Club Bangú	Fevereiro de 1928

Fonte: Livro da Tesouraria da SUO 1923-1929 (sistematizado pelo o autor)

Percebe-se que grande parte dos clubes filiados à Liga utilizaram a estrutura da entidade operária, inclusive aquelas agremiações que não foram possíveis aferir muitas informações a respeito, como o G. S. Minas Geraes e o Sport Club Bento Gonçalves. Evidencia-se, com isso, que é frágil a defesa da dicotomia entre sociedades voltadas à sociabilidade e lazer dos trabalhadores, daquelas organizadas de modo mais explícito para defender os interesses dos operários, pois em muitos casos essas duas vivências organizativas aparecem articuladas em uma mesma experiência.

Neste sentido, é mister resgatar a perspectiva de uma grande liderança sindical de São Paulo, Marcos Andreotti (1910-1984), captado na pesquisa de fôlego do historiador americano John D. French (2022). Baseado em uma experiência de toda uma vida na organização dos trabalhadores de chão de fábrica, Andreotti problematiza as narrativas que distinguem trabalhadores “com consciência de classe” dos “sem consciência de classe”. Para ele, tal equação não é tão simplista como pode parecer, já que quando pensamos nos trabalhadores/as em movimento como uma classe social, não se lida com um prisma unitário de nível de consciência, mas com uma gama de comportamentos e perspectivas sujeitas às transformações quando na luta. Por conta disso, reforça que é um erro as correntes políticas ignorarem as dinâmicas internas e os processos sociais informais – amizades, intrigas, espaços de lazer e recreação – que permeiam os corredores das associações de classe. Estes espaços, segundo Andreotti, também precisam ser um local de celebração e de festejo da classe trabalhadora, pois em muitos casos o movimento de um operário em comparecer a uma atividade no sindicato, seja ela qual for, pode ser o primeiro passo em um processo mais amplo de alteração da consciência de um indivíduo ao longo do tempo. As correntes políticas,

neste sentido, como “parte” da classe, não devem se inserir apenas nas lutas reivindicatórias, mas também nas atividades mais mundanas e cotidianas que contam com o apreço dos e das trabalhadoras.

Retomando à relação da Liga Rio Branco com a SUO, não foi possível diagnosticar o conteúdo de todas as reuniões ali realizadas, porém, as fontes analisadas sugerem que a maior parte era voltada à preparação de festivais e espetáculos para congregação de seus filiados e arrecadação de fundos para as agremiações. Algumas dessas atividades foram divulgadas pelo jornal *Rio Grande*:

No palco da apreciada Sociedade União Operária realizou-se ontem bello restival, grandente concorrido, em benefício do Sport Club Rio Negro, tendo o Grêmio Filhos do Trabalho representado, sob aplausos, o drama em 3 actos Condessa Diana de Rione e a hilariante comedia “Morrer para ter dinheiro”. (RIO GRANDE, Rio Grande, 23/08/1926)

O *Echo do Sul* também dedicava suas páginas para divulgação dos festejos:

No palco salão da Sociedade União Operária, haverá, amanhã, um festival do S. C. Cruzeiro, que o dedica à Liga Sportiva Rio Branco, aos afiliados à mesma e ao Cordão Carnavalesco Folgados. O programa, de cuja execução se encarregará o Grêmio Cômico Lírico Trianonm consta de três partes, as duas primeiras constituídas pelas comédias ‘Juca Pereira’ e ‘Por Causa de um Batizado’, cada uma num ato, e a terceira de um ato de variedades, após do qual virá uma apoteose ao futebol local. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 29/01/1927)

O periódico *O Tagarella* disseminava amplamente as atividades dos clubes ligados, sobretudo, aos trabalhadores negros, a exemplo do S. C. Rio Negro e S. C. Progresso:

S. C. Rio Negro

O Sport Club Rio Negro realizará um festival no palco-salão da S. União Operária no domingo, dia 14. O sarau de 4 atos é “da lavra” do imortal escritor José de Alencar e se intitula “Martírios de uma mãe”. “O Grêmio que o levará é o correto *Filhos do Trabalho*”. (O TAGARELLA, Rio Grande, 07/07/1929)

E segue:

S. C. Progresso

O disciplinado Sport Club Progresso, uma das mais simpáticas agremiações desportivas desta cidade, vai levar a efeito um grandioso e imponente festival.

O mesmo realizara-se, domingo, 11 do corrente, no palco-salão da Sociedade União Operária. (O TAGARELLA, Rio Grande, 1/05/1929)

A divulgação destes encontros, através de cartazes, é encontrada em grande número no Acervo da Sociedade União Operária. Por ter achado muitos, divulga-se alguns em melhor estado de conservação. Acredita-se ser importante colocar na íntegra

Fonte: Acervo SUO

Figura 19 – Divulgação de festivais na Sociedade União Operária

GREMIO L. D. FILHOS DO TRABALHO

Director-Escritador: **Alfonso PAES** | Director de scena: **Gervasio DIAS** | Fundado em 14 de Junho de 1919: **SARAU 107** | Ponto: **Julio SILVEIRA**

Grandioso festival do Gremio L. D. FILHOS DO TRABALHO, em comemoração ao seu 11º anniversario, no palco-salão da **Sociedade União Operaria** — **DOMINGO, 23 de Junho de 1929** — **Às 20 h2 horas**

A direcção toma a liberdade de dedicar este festival ás senhoritas *Iduleina Rodrigues, Ivanoska Corrêa, Universina Silveira, Honorina Cunha, Cláudia Vieira, Isaura Vieira, Nahir Ferreira, Nahir Nunes, Maria Oliveira, Maria Bittencourt, Jandira Bittencourt, Margarida Rodrigues, Aurea Rodrigues, Zelina Medeiros, nos gremios Germinia', Arthur Azevedo, Carlos Santos e a distincta redacção da «Hora» e aos directores do jornal «O Tugarella».*

Programma 1a. parte — Ouverture pela orchestra — 2a. parte — Discurso official pelo consagrado orador **CARLOS SANTOS** — 3a. parte — Hymno do Gremio cantado em scena aberta, letra da poetisa **Julicita Mello** e musica do maestro **Antenor Monteiro**

4a. parte — Subirá á scena pela primeira vez, o emocionante drama em 2 actos, intitulado:

Amor e Honra

Personagens:

Commendador	Carlos VICTORIA	Chama-se a atencção das exms. familias para não deixarem de assistir esta emocionante peça que encerra em si um vivo amor paternal!
Alberto	Antonio BRAVO	
Roberto	Alfonso PAES	
José criado	Gervasio DIAS (Rei do Riso)	
Cecilia	Sta. Judith MEDEIROS	

5a. parte — Terminará este festival com a chistosa comedia em um acto:

Nhô Manduca

Personagens:

Sabino	Antonio BRAVO
Mamede	Carlos VICTORIA
Manduca	Gervasio DIAS (Rei do Riso)
Sabina	Sta. Judith MEDEIROS

Todos a União Operaria — **Entrada 1\$100**

Breve, por este Gremio, o sentimental drama em 4 actos **MARTYRIOS DE UMA MULHER**

Domingo, 23 de Junho — Noite de emoção, riso e arte!

Fonte: Acervo SUO

Demonstra-se, por isso mesmo, o grande papel que os clubes de futebol desempenharam na criação de laços de classe, ratificando a importância política e simbólica do esporte, contribuindo fundamentalmente para ações sociais, de sociabilidade e de pertencimento. Ademais, cabe ressaltar a profunda relação existente entre diferentes formas de associações recreativas, onde comumente as mesmas pessoas eram sócias de várias delas ao mesmo tempo, a exemplo do presidente da Liga Rio Branco, João José Loretto, e do rio-negrista Carlos Santos, presentes nas apresentações teatrais divulgadas acima. Nesse sentido, é importante destacar duas outras associações de cunho teatral e carnavalesco, respectivamente, que possuíam boas relações com a Liga: *O Grêmio Lírico Dramático Filhos do Trabalho* e o *Clube Recreativo Braço é Braço*.

O Filhos do Trabalho foi um grêmio teatral fundado em 14 de maio de 1919, com o mesmo nome da sociedade mutual formada por negros e pardos em 1891, que indica que pode ter tido algum tipo de relação entre os sócios das duas associações. Segundo Loner (2016), os grupos teatrais ligados ao operariado tiveram uma grande

constância e duração ao longo das primeiras décadas do século XX em Rio Grande, e era visto como um espaço importante de criação de consensos sobre ideias e valores relativos à classe trabalhadora⁵⁴. Especificamente sobre o Filhos do Trabalho, a autora destaca que era formado por elementos ligados à Sociedade União Operária e que havia predomínio de trabalhadores negros em sua composição:

A associação foi avaliada dessa forma pelo *A Evolução* de 23/06/1935: “Faz-se o Grêmio, desde sua fundação, centro de convergência de numerosos elementos de nosso mundo operário, centro de cultivo intelectual e de aperfeiçoamento moral, sendo números os espetáculos que tem realizado, inclusive beneficente. (LONER, 2016, p. 95)

O Braço é Braço, por sua vez, foi formado por trabalhadores negros carvoeiros e foguistas da Marinha Mercante em 1920 (LONER, 2016, p. 89). Por conta da sua longa durabilidade⁵⁵ e por ter servido como elemento de nucleação e organização de várias outras associações negras na cidade, a entidade possui um imenso valor sócio-histórico para Rio Grande até os dias atuais, sendo reconhecida como patrimônio histórico e cultural da cidade (CRUZ, 2014, p.15). Quem era ligado umbilicalmente à entidade, segundo Cruz (2014), é o líder sindical Carlos Santos, responsável, inclusive, pela composição do hino da associação. Pode-se especular, dessa forma, que tal agremiação carnavalesca era vinculada ao S. C. Rio Negro, no qual Santos também fazia parte da direção. O clube de futebol chegou a eleger sua nova direção da sede do Braço é Braço (O TAGARELLA, Rio Grande, 07/09/1930).

A relação entre R. C. Braço é Braço com a Liga Rio Branco é encontrada em outras dimensões para além dos festivais. Em dado momento, por exemplo, houve uma partida de futebol entre o combinado da Liga Rio Branco e um quadro de associados do R. C. Braço é Braço (RIO GRANDE, Rio Grande, 6/09/1929). Além disso, o aniversário de três anos da Liga foi comemorado nos salões da entidade carnavalesca:

Liga S. Rio Branco

À noite haverá na sede do R. C. Braço é Braço, uma sessão solene comemorativa daquela Liga, começando às 21h.

Da referida Liga Rio Branco, recebemos, há pouco, uma delicada carta em que a mesma consigna seus agradecimentos pela publicação, pelo nosso jornal, do respectivo torneio desportivo, gentileza que aqui agradecemos. (O TAGARELLA, Rio Grande, 04/08/1929)

A partir do que foi exposto, comprova-se o papel central que os trabalhadores negros tiveram nesses diversos espaços recreativos. O que nos faz entender que a

⁵⁴ Em relação ao teatro operário, recomenda-se a dissertação de Marcos Silveira (1999), que abordou com detalhes as perspectivas e significados referente ao fazer teatral da Sociedade União Operária.

⁵⁵ De acordo com Colveiro (2014), a associação foi atuante até meados dos anos 2000. Hoje, entretanto, o espaço se encontra em desuso devido às más condições estruturais do espaço físico.

discriminação que imperava em outros setores da atividade social não se refletiu de forma simétricas nestas atividades. Por isso, corrobora-se com Pereira (2020) na perspectiva que conteúdos sobre o associativismo podem ser um caminho interessante de aproximação entre os estudos voltados ao movimento operário e aqueles dedicados às experiências dos trabalhadores negros, denominados de campo da Pós-abolição, já que em grande medida – especialmente em cidades onde a escravidão foi mais contundente –, tratam-se dos mesmos homens e mulheres.

Em relação à Liga Rio Branco, percebe-se que havia uma relação próxima com entidades de classe e com outras associações recreativas ligadas aos trabalhadores. Tal articulação favorecia laços de solidariedade e de conagração entre seus membros, ao mesmo tempo em que se formava uma identificação em comum, já que provinham de posições semelhantes na estrutura social. Além disso, em um contexto onde a presença sindical, de partidos e de outros instrumentos estava em crise, o futebol, sobretudo a Liga Rio Branco, se não foi elemento central de aglutinação dos interesses da classe trabalhadora de Rio Grande, com certeza teve uma contribuição fundamental neste processo, dando um conteúdo político e cultural à prática esportiva. Isso comprova-se com a presença de diretores dos clubes em associações de caráter claramente classista.

Por último, não é menos emblemático que as atividades da Liga Rio Branco eram geralmente realizadas no palco-salão da Sociedade União Operária. Cabe lembrar, que as reuniões e festejos da *Liga Rio-Grandense*, que aglutinava clubes ligados à elite e a pequena-burguesia da cidade, eram realizadas na Sociedade União dos Varejistas, entidade patronal da cidade. Na grande Greve Geral de 1919 em Rio Grande, por exemplo, enquanto a primeira era local de reunião dos grevistas, a segunda solicitava a segurança das lojas comerciais pela Guarda Federal (ECHO DO SUL, Rio Grande, 9/05/1919), comprovando-se uma clara distinção de ambas entidades na arena da luta de classes. Nesse sentido, comunga-se com Fortes (1999) no sentido que o distintivo da identidade de classe pode em muitos momentos não estar explicitamente no discurso, mas residir em opções como a adesão a organizações que buscam o atendimento de certas demandas da classe.

As escolhas de cada Liga, desta forma, revelam um sentimento de antagonismo, uma consciência de uma situação comum dos que trabalham, em contraposição aos setores dominantes. Por isso, seja enquanto espaço de aglutinação e sociabilidade, ou nas relações que possuíam com o movimento operário na sua diversidade, pode-se aferir

que as agremiações futebolísticas proletárias, com ênfase à Liga Rio Branco, cumpriram um papel de auxiliar o processo de formação de uma identidade de classe.

3.4. Declínio e o término precoce da Liga: criminalização, rivalidade intraclasse e cultura da virilidade

Desde a sua fundação em 1926, os campeonatos da Liga Rio Branco transcorreram de forma normal, seguindo os parâmetros de outras ligas já existentes: o Torneio início, costumeiramente realizado entre os meses de março e abril; o campeonato oficial, iniciando entre julho e agosto e indo até o final do ano; e, às vezes, um torneio de finalização de temporada. Entretanto, diferentemente da Liga José do Patrocínio que teve uma duração longa – de 1919 até meados de 1933 -, a Liga rio-grandina teve uma performance menor no círculo futebolístico da cidade, de 1926 a 1930. Nesta seção, o objetivo será entender os motivos que fizeram a Liga ter um fim precoce e, até mesmo, traumático.

A temporada de 1930 parecia começar de forma habitual, com a chamada do seu Torneio de Início:

Realiza-se, hoje à tarde, no campo do Sport Club Internacional, o grande Torneio Início com que a conceituada Liga Sportiva Rio Branco vai iniciar a temporada oficial do corrente ano, entre os seus filiados.

Damos abaixo a ordem da partida, sendo que a primeira das quais, comecará às 13 ½ horas:

1ª- Andarahy x Brasil

Representante do Rio Negro

2ª- Democrata x Internacional

Representante do Progresso

3ª- Rio Negro x Fortaleza

Representante do Brasil

4ª- Progresso x Cruzeiro

Representante do Andarahy

5ª- Vencedor da 1ª x Vencedor da 2ª

6ª- Vencedor da 3ª x Vencedor da 4ª

7ª Vencedor da 5ª x Vencedor da 6ª

Aos vencedores dos primeiros e segundos lugares será oferecido, por aquela entidade desportiva, duas riquíssimas taças. (O TAGARELLA, Rio Grande, 30/04/1930)

O ponto de inflexão, contudo, dar-se-ia somente nas primeiras rodadas da temporada oficial, onde um caso de extrema violência deu um ponto final na sua trajetória. Na tarde do dia 06/07/1930, por volta das 16 horas, o jogo entre os clubes do S. C. Cruzeiro e S. C. Internacional, realizado no campo do segundo, foi bruscamente interrompido por conta de uma briga generalizada entre jogadores e torcedores das duas equipes, que resultou na morte de um atleta cruzeirense:

Homicídio

Ontem, mais ou menos às 16h, no campo do Sport Club Internacional, quando o quadro do mesmo se batia com o do Sport Club Cruzeiro, deu-se, motivado, por discussões referentes ao jogo um dolorido conflito entre Ory Conny, operário das oficinas da Viação Ferréa, e Luiz Oliveira Rochada, operário da pesca.

Ory, usando de um revólver, disparou contra Luiz, detonando somente uma cápsula, que não atingiu o alvo, e este desferiu diversos golpes de bengala.

Utilizando-se de uma faca, Ory despachou um profundo golpe no seu antagonista, atingindo-o no mamilo esquerdo e dando-lhe morte quase imediatamente, pois faleceu quando, em automóvel de praça, era conduzido para a Santa Casa, sendo o óbito verificado pelo sr. Dr. Isnard Peixoto, que hoje pela manhã procedeu a autópsia.

O homicida, praticado o delito, recolheu-se à casa do contínuo S. C. Internacional, onde foi mais tarde preso por praças da Guarda Municipal, sendo conduzido à Cadeia Civil.

O sr. Dr. Isnard Peixoto procedeu também a corpo de delito ao mesmo, constando vários ferimentos na cabeça, ombro e mão.

Ory Conny, o homicida, conta 30 anos, é solteiro, residente à rua Visconde do Rio Grande, nº 608.

Luiz Oliveira Rocha, a vítima, contava 34 anos, era solteiro e residia à rua Marcílio Dias, próximos às Trincheiras, para onde o corpo foi removido após as formalidades, tendo o sepultamento se efetuado hoje à tarde. (RIO GRANDE, Rio Grande, 07/07/1930)

O jornal *Echo do Sul*, por sua vez, anunciou o caso em sua contracapa com o título “Cena de sangue no campo do Internacional”, e já direciona sua crítica à falta de segurança no estádio:

Também é digno de censura a falta de policiamento no campo, sem dúvida, o que facilitou haver a contenda assumido as proporções que assumiu, uma vez que os assistentes não foram revistados à entrada do campo, como de hábito. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 07/07/1930)

O mesmo periódico volta abordar o caso no dia seguinte. Após uma meticulosa descrição de como se deu o conflito, a partir de relatos de pessoas que acompanhavam a partida, o jornal adota uma linha mais dura de criminalização da prática do futebol – sugerindo, inclusive, sua proibição - e de negligência policial no dia do acontecimento:

As consequências do Futebol e a negligência da polícia

[...] Diante, pois, das espetaculosidades desagradabilíssimas que se vêm repetindo no futebol daqui somos obrigados a pedir às autoridades que tomem providências energíssimas ou que, a bem da ordem, a bem dos lares, onde há filhos que pedem pães, proibam, em absoluto, a prática de um esporte que, entre nós, pena-nos a dizer, mas diremos, se vai transformando em oportunidade para assassinatos e conflitos.

É necessário acabar com isso. Que lugar é este? Estamos no meio de criminosos inveterados?

Porventura será a nossa cidade habitada por espíritos tão miseráveis e pequeninos que não tem a educação estrita para compreender que esporte é esporte, é diversão e não coisa séria [...] cabe as autoridades tomarem uma providencia decisiva, inadiável, indelegável: em dias de futebol ou mandar para campo os policiais industriados a agir contra os desordeiros, os

provocadores, ou, então, não mande mais polícia, mas proíba o futebol, não admita que se jogue mais esse esporte. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 08/07/1930)

É importante frisar o papel que os jornais *Rio Grande* e *Echo do Sul*, ligados à classe dominante local, tiveram na repercussão e na criminalização do episódio. Obviamente, que um caso que envolve a morte de um atleta é totalmente abominável e deve ser amplamente criticado, mas também é verdade que casos envolvendo violência no futebol eram extremamente comuns e envolvia clubes vinculados a todos segmentos sociais⁵⁶. Por isso, amparado em Fraga (2009), é necessário não tirar de vista que os jornais são instrumentos utilizados pelos grupos socioeconômicos para impor suas ideias e interesses. E a imprensa esportiva, nesse sentido, não está alheia a este processo:

Não é de se estranhar, portanto, que as primeiras referências nestes jornais às atividades esportivas possam ser também vistas como verdadeiras coberturas das atividades da elite brasileira, promovendo na prática o discurso da eugenia e da higienização. Devemos estar atentos também para o fato de que tais matérias, somadas às propostas de branqueamento do país e de culpabilização de pobres, negros e mestiços por nossos problemas feitos por intelectuais da época, acabaram por formar um conjunto perfeitamente acabado de legitimação do domínio de um grupo social por outro. Desta forma, o aparecimento dos grupos populares nestes primeiros jornais costumava a se dar sobre o epíteto de “elementos” e estarem localizadas nos espaços destinados às tragédias e desgraças – as mães das atuais páginas policiais – quando não vinculadas há alguma forma de publicidade de que mais parecia ignorar o fim do regime escravocrata. (FRAGA, 2009, p. 154)

Concretamente, a pressão pública foi fundamental para o encerramento das atividades da Liga Rio Branco, não obtendo mais nenhuma notícia a seu respeito após o acontecimento. Cabe-se, neste momento, buscar entender os motivos que levaram dois operários a se digladiar até a morte dentro do campo de futebol, refletindo se, de alguma forma, a prática do esporte pode potencializar conflitos e rivalidades intraclasse.

A questão da solidariedade e do conflito no interior da classe trabalhadora é alvo de incessante debate na historiografia do trabalho⁵⁷. Apesar de não haver consenso, muitos historiadores/as enxergam que os conflitos étnicos e as diferenças de nacionalidade tenderam a dificultar a solidariedade de classe e limitar a ação unificada

⁵⁶ Por exemplo, para além de brigas entre jogadores e torcedores, em 1928 a *Liga Rio-Grandense* precisou fazer um apelo às direções dos clubes filiadas e ela, pois as suas reuniões estavam sendo suspensas por conta de ameaças de agressão aos membros da diretoria da entidade (A LUCTA, Rio Grande, 18/07/1928)

⁵⁷ No que tange aos estudos do movimento operário do Rio Grande do Sul, cabe-se destacar o trabalho pioneiro de Isabel Bilhão, em: **Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906 – 1911**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

dos trabalhadores. Outras concepções, nas quais a presente pesquisa se encaixa, buscam desnaturalizar certas leituras diretas, entendendo que as ações intraclases são mais complexas do que podem parecer. Isso não quer dizer, contudo, que se defenda que a harmonia e a solidariedade de classe pairavam de forma intacta sobre aqueles trabalhadores e trabalhadoras, que eram indiferentes às diferenças que existiam entre si; mas entender que esta heterogeneidade não deve ser vista como a única responsável à desmobilização e as cisões que existiam no interior do movimento operário. Nesse sentido, concorda-se com a perspectiva de Kirk Neville em seu artigo no livro *Cultura de classes (2004)*, onde afirma que a classe trabalhadora, assim como qualquer outra classe social, jamais será um ente estático e imutável. Pelo contrário, tanto elementos de diversidade e semelhanças quanto de divisão e unidade coexistem entre esse segmento social.

Especificamente sobre o caso da cidade aqui analisada, já foi amplamente discutido as diversas articulações entre trabalhadores brancos e negros nas sociedades futebolísticas, teatrais, carnavalescas e de representação de classe no período logo posterior à abolição. Como entender, então, as motivações que levaram dois operários a brigarem até a morte num jogo de futebol? Para tal, foi-se atrás do processo-crime do caso, com intuito de descobrir se havia algum antecedente em relação aos jogadores e dos clubes envolvidos na confusão. Porém, infelizmente às más condições do documento não nos permitiu avançar na análise deste material, restando as informações amplamente divulgadas pelos jornais locais.

O perfil social da vítima e do infrator, segundo a apuração dos periódicos, é similar: operários, brancos e moradores do bairro Cidade Nova (ECHO DO SUL, Rio Grande, 07/07/1930). As testemunhas intimadas a depor, no dia 22/08/1930, confirmam que os envolvidos na partida e, conseqüentemente na confusão, advinham da classe trabalhadora, quase todos operários de fábricas da cidade.

Em relação aos clubes envolvidos, tanto o S. C. Cruzeiro como o S. C. Internacional já tinham um histórico de enfrentamento entre si, já que ambos chegaram a disputar outras ligas de futebol na cidade antes da Liga Rio Branco. Uma possível rivalidade entre as equipes pode ser uma chave de explicação, pois a apuração realizada pelo jornal *Echo do Sul* demonstra que o conflito iniciou entre os torcedores das duas agremiações:

Luiz Oliveira Rocha havia saído fora de campo por se haver pisado em jogo. Deixou-se ficar, por isso, no cercado que divide os rizomas da cancha. A certa altura do jogo, no momento de um lance de ataque do Cruzeiro, o

zagueiro do Internacional entra e tranca um dos da linha contrária, que, não resistindo, caiu. Caiu e levantou-se em atitude agressiva e sem mais imprimiu um tapa na defesa. Atacaram-se, mas houve intervenção e foram separados. Nesse momento, um torcedor que se achava perto de Luiz Oliveira disse: “Mas é uma gente sem vergonha a do Internacional”, ao que Oliveira, segundo a nós depôs quem tudo viu, respondeu: “Sem vergonha é o Cruzeiro, pois cada vez que joga briga.” O indivíduo insistiu: “Sem vergonha sim e tu também és sem vergonha.” Oliveira reagiu e imprimiu um tapa no insistente torcedor que fez rolar no solo. O irmão do estapeado acudiu e prometeu que Oliveira pagaria por tudo. (ECHO DO SUL, Rio Grande, 08/07/1930)

Por menos detalhe que se pode ter ao analisar somente os jornais de maior circulação – é importante citar que os periódicos ligados aos trabalhadores não divulgaram o caso -, não existe apontamentos que indicam que a discussão tenha sido provocada por diferenças étnicas entre os jogadores e clubes. Dessa forma, a hipótese mais plausível para entender a situação é a construção das “masculinidades” e da “cultura de virilidade” intrínsecas à própria cultura de classe.

Essa cultura da virilidade está relacionada ao universo masculino, verbalizada através de expressões e atitudes ligadas à coragem e a força. Tal característica foi encontrada em diversos estudos sobre os trabalhadores ao longo da história, como na pesquisa do historiador Bruno Mandelli (2022), sobre os mineiros de carvão na região carbonífera de Santa Catarina, e a pesquisa da antropóloga Marta Cioccarri (2016), referente aos trabalhadores da mineração de carvão na região do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul. Mandelli, por exemplo, reflete como a construção da honra masculina está imbricada nas práticas sociais dos trabalhadores:

Desse modo, a identidade cultural do grupo, marcada por noções como masculinidade e virilidade, era permeada, ao mesmo tempo, pela coesão e pelos conflitos internos alimentados pelas chefias e capatazes como uma forma de pressão para se aumentar a produtividade dos trabalhadores. Um não excluía a existência do outro. A reprodução da dominação masculina se dava nos espaços de trabalho, como forma de reforço da exploração do trabalhador, e fora dele. As noções de virilidade atribuídas ao homem másculo, segundo Eva Baron, moldam as relações de classe, e estas, por sua vez, retroalimentam as visões de masculinidade dos trabalhadores e nos fornecem elementos para uma visão mais totalizante da classe e de suas formas de protestos.

Portanto, a construção da masculinidade entre os mineiros fazia parte de um jogo em que deveria se provar, para si e para os demais membros do grupo, o que era ser um homem “macho”. O que incluía, obviamente, para além dos locais de trabalho, os espaços de sociabilidade masculina: os bares, as festas, as rinhas de galo e as zonas de prostituição. (MANDELLI, 2022, p.8)

Nas duas pesquisas percebe-se que um dos locais de maior manifestação desta cultura da virilidade se deu nos espaços de sociabilidade operária, como o futebol e as

rinhas de galo. Esta necessidade de afirmação masculina nas práticas esportivas pode ser relacionada ao que Cioccarri (2016) definiu como “pequena honra” que,

se relacionam com o orgulho derivado tanto do trabalho propriamente dito como também de ações excepcionais na rotina da atividade da mineração, vistas como “corajosas” ou dignas de mérito, assim como aos universos que atravessam seu cotidiano, sejam os da militância sindical ou política, do engajamento religioso, seja dos jogos, compreendidas aí as disputas esportivas, as apostas e as artimanhas de resistência à disciplina industrial. (CIOCCARI, 2016, p. 98)

Dessa forma, amparado neste viés de análise, acredita-se que a briga responsável pelo término da Liga Rio Branco, assim como as demais no âmbito esportivo, estejam muito mais relacionadas ao ideal de virilidade e de masculinidade do que propriamente às diferenças intraclasse. O futebol, assim, era um espaço fértil para que os valores ligados à honra masculina fossem validados frente ao segmento social do qual faziam parte, descambando, muitas vezes, para as vias de fato.

No fim, a consequência dessa característica para a Liga Rio Branco foi seu fim precoce, caminho semelhante tiveram o S. C. Cruzeiro e S. C. Internacional, envolvidos diretamente no acontecimento, que aparentemente deixam de existir. Outros times que jogavam a Liga, porém, seguem jogando partidas amistosas entre si e com clubes de Pelotas, chegando a ensaiar uma nova formação de liga autônoma em 1933 (RIO GRANDE, Rio Grande, 20/02/1933). Dessa forma, mais do que evidenciar uma possível homogeneidade nas organizações dos trabalhadores rio-grandinos, mostra-se que é preciso estar atento às relações complexas que existiam nos laços estabelecidas por eles dentro e fora do ambiente laboral. Sendo assim, os clubes de futebol também são espaços de tensão e contradições, mas, ainda sim, de experiência de classe e de formação de identidade.

4. Considerações finais

Talvez não haja melhor período para reacender o debate sobre o futebol não estar imune às relações sociais que o circunda do que em época de Copa do Mundo. A curiosidade e o encantamento daqueles que, geralmente, não são grandes entusiastas desse esporte, se intensifica durante a realização desta competição, gerando um raro momento de unidade do país em torno de uma prática. Dessa forma, torna-se um momento singular para massificar o debate de como a relação entre política e futebol se chocam em todas as suas dimensões.

A Copa do Mundo do Qatar, por exemplo, realizada no final de 2022, foi caracterizada pelas constantes injustiças sociais, que iam desde a exploração de trabalhadores migrantes, até a criminalização de relações entre pessoas do mesmo sexo. Em certo sentido, a realização da Copa em países com governo autoritário não é um caso atípico na nossa história, cabe lembrar o torneio na Argentina, em 1978, ápice do período ditatorial militar que torturava e assassinava milhares de pessoas a poucos metros de onde eram realizados os jogos. Evidencia-se, desse modo, que existe uma longa lista de crueldades negligenciadas pelas grandes corporações capitalistas que comandam o futebol há um certo tempo, preocupadas com o lucro em detrimento de questões éticas, sociais e esportivas.

No entanto, diferentemente do que foi a tônica entre os setores progressistas ao longo dos anos, a nossa resposta não deve ser a conclusão simplista e apressada de que o futebol é uma mera forma de “alienação popular”. É preciso resgatar que o futebol se trata de um fenômeno de massas monstruoso, profundamente enraizado no imaginário social da classe trabalhadora, não estando limitado à lógica capitalista da nossa sociedade. Até por isso, a presente pesquisa volta às origens de quando o futebol ganhou efetivamente uma dimensão popular, a partir de um contraponto organizativo dos trabalhadores ao caráter elitizado do âmbito futebolístico oficial, cujas ligas e agremiações eram formadas majoritariamente por grupos atrelados aos setores dominantes. É nossa responsabilidade que a memória desses clubes e entidades formados e gerenciados pela classe trabalhadora, responsáveis pela proliferação do esporte às camadas populares, esteja sempre acessa.

A história da cidade do Rio Grande e do futebol estão entrelaçados. O município litorâneo do sul do Rio Grande do Sul é reconhecido nacionalmente por abrigar o clube de futebol mais antigo do Brasil sem interrupção das suas atividades esportivas: o Sport

Club Rio Grande. Mesmo que haja polêmicas em torno desse dado, a data de fundação desta agremiação, 19 de julho, foi definida como o “Dia do Futebol” no país, evidenciando sua representatividade no mundo da bola. Além disso, tal clube foi responsável por disseminar o esporte por todo Rio Grande do Sul, tendo influência, inclusive, na fundação de grandes equipes gaúchas, como o Pelotas e o Grêmio. Formado por descendentes europeus ligados à burguesia local, o S.C. Rio Grande calcificou-se na memória oficial como o grande responsável pela criação e consolidação das primeiras entidades esportivas na cidade. Contudo, o futebol rapidamente se proliferou entre os demais segmentos sociais, encontrando forte respaldo entre a classe trabalhadora e disseminando-se principalmente a partir da década de 1910. Tornou-se, assim, um típico “esporte proletário de massas”.

A cidade do Rio Grande, na virada do século XIX para o XX, sofria intensas mudanças tanto no viés econômico como cultural, devido à tentativa de se consolidar nos marcos do desenvolvimento capitalista. O início do século XX, por exemplo, foi salientado pela instalação de dezenas de fábricas na cidade, recebendo a alcunha de “cidade das chaminés”. Aliás, o principal polo industrial do Rio Grande do Sul, até pelo menos a década de 1930, estava localizado no eixo Rio Grande – Pelotas. Desta forma, a concentração operária na cidade aumenta consideravelmente e com ela se inicia um notável fenômeno associativo. Diante das condições precárias que eles estavam inseridos, restava aos trabalhadores construir uma gama de experiências organizativas orientadas pelo objetivo de promover agrupamento e de suprir as necessidades básicas daqueles homens e mulheres, compondo-se, assim, sociedades de ajuda mútua, sindicatos, clubes recreativos, entre outros.

Futebol e classe trabalhadora, portanto, estão intrínsecos ao avanço da suposta modernidade capitalista na cidade do Rio Grande. Seja pelo vácuo surgido nos lazeres populares com o surto industrial que a cidade vivenciava ou pela presença dos primeiros campos de futebol numa localidade de bastante presença operária (um no terreno da Via Férrea e outro ao lado da fábrica têxtil Rheingantz), é indiscutível a rápida absorção do esporte pelos trabalhadores, que logo o adotaram como prática preferida em seu tempo livre. Nesse sentido, até com certo grau de originalidade, foi possível mapear dezenas de clubes vinculados à classe trabalhadora rio-grandina, alguns ligados mais diretamente às fábricas das cidades e outros formados por trabalhadores mistos e de diferentes profissões.

No entanto, diante da massificação do futebol, rapidamente os setores dominantes buscaram mecanismos para hegemonizar a prática do esporte na cidade, buscando não só preservar o perfil social das suas agremiações, mas também definir e selecionar os segmentos sociais que poderiam praticá-lo. Por isso, constroem uma série de obstáculos, baseados em um filtro social classista e racista, para impossibilitar o acesso dos clubes ligados às classes populares nas ligas oficiais. Neste trabalho, foi possível detectar que a Liga Rio-Grandense, principal entidade futebolística de Rio Grande, estabeleceu parâmetros extremamente elitistas amparados em dois marcadores de exclusão: classe social e cor. Dentre eles, destaca-se a obrigatoriedade de campos estruturados, o pagamento de uma anualidade à entidade estadual e a exclusão de jogadores que não sabiam escrever. Ou seja, de maneira velada ou explícita, a liga oficial de futebol da cidade impedia a participação de trabalhadores, negros e analfabetos.

Encontrou-se, também, o caso de um clube operário que subverteu a lógica e conseguiu - por um curto período de tempo, é verdade - performar ao lado das principais agremiações da cidade na Liga oficial. Trata-se do Sport Club União Fabril, formado pelos trabalhadores da fábrica Rheingantz. A dinâmica de tal agremiação pode ser comparada com Bangú, no Rio de Janeiro, e do Renner, em Porto Alegre, times fabris nacionalmente reconhecidos não só pelo seu desempenho nas quatro-linhas, mas pela própria relação que estabeleciam com a fábrica. Amparada por uma política assistencialista da fábrica têxtil Rheingantz, que foi uma das pioneiras desta prática no Rio Grande do Sul, o União Fabril possuía estrutura que nenhuma outra equipe proletária da cidade tinha, a exemplo de um campo de futebol próprio. Porém, amparado no debate sobre o “paradigma Bangú” (STEDILE, 2015), foi possível aferir que o clube não era somente uma forma de dominação e tutela patronal, já que os trabalhadores viam nesta agremiação um espaço próprio de sociabilidade, havendo margem para ação orientada pelos interesses da classe.

De toda forma, apesar do S.C. União Fabril ser um caso emblemático de análise sobre as disputas e conflitos entre trabalhadores e patrões pelo tempo fora do espaço laboral, não foi o objetivo central desta pesquisa. Diferentemente de grande parte das pesquisas sobre futebol operário presente na historiografia, e aproveitando as especificidades de Rio Grande, opta-se pelas outras formas que o conjunto da classe trabalhadora, sobretudo negros, encontraram para driblar os mecanismos de exclusão social do futebol local. Assim, tanto times com a presença desse segmento social quanto

ligas com demarcações de classe e raça bem evidente foram criadas. Portanto, estando sob maior controle dos trabalhadores e com menos influência do patronato, tornam-se espaços privilegiados de compartilhamento de experiência e de forjamento de uma identidade de classe.

Respaldo pelas definições clássicas de Marx e as interpretações da história social inglesa, com ênfase em E. P. Thompson, entende-se que a formação da classe é resultado de um longo processo histórico, demarcado por condicionantes materiais e pela própria atuação dos trabalhadores. Assim, a classe só acontece quando homens e mulheres articulam uma identidade de uma situação comum dos que trabalham, em contraposição aos interesses dos setores dominantes. Por isso, longe de serem vítimas passivas, os trabalhadores, mesmo em condições dadas e limitadas, são atores históricos ativos que reagem às formas de dominação burguesa. A luta de classes, dessa forma, ocorre simultaneamente na esfera social, econômica e cultural.

Neste trabalho, buscou-se estudar o caso da Liga Rio Branco, formado por clubes operários e ligados à comunidade negra, excluídos de forma sumária da principal entidade futebolística de Rio Grande. Vale lembrar que não havia, até então, trabalhos históricos que aprofundassem sua existência. Sendo assim, buscou-se comprovar que tal Liga extrapolou as finalidades meramente esportivas, podendo ser analisada como um espaço estratégico de conflito entre as classes sociais. A partir da análise de sua origem, do perfil social dos clubes filiados e da relação da entidade com as demais associações de classe foi possível afirmar que se tratava de uma Liga proletária de futebol. Além disso, foi explícito o protagonismo dos trabalhadores negros nesta organização, desde a articulação com associações de cidades vizinhas, até a escolha do nome da Liga e dos principais cargos diretivos, contemplando, necessariamente, uma delimitação racial como fator relevante para sua constituição.

Ao longo de toda a pesquisa, foi destacado que os trabalhadores negros foram de extrema importância na formação da classe trabalhadora de Rio Grande. Por meio da presença das charqueadas em Pelotas e pelas atividades portuárias da cidade, a metade sul do Rio Grande do Sul teve uma alta concentração de trabalhadores escravizados. Após a abolição, um contingente significativo permaneceu na cidade, tornando-se operário de diversas fábricas. Para Beatriz Loner (2016), umas das principais referências desta pesquisa, transformam-se, inclusive, nos “operários em excelência”, passando a ser o setor majoritário da classe trabalhadora em formação. Dessa forma, foi bastante comum encontrar a dupla militância por parte de elementos da comunidade

negra rio-grandina, estando presentes tanto em associações étnicas como em associações de classe – situação também encontrada no estudo sobre a Liga Rio Branco. Além disso, identificou-se que a articulação do grupo negro – numa intensa relação entre trabalhadores escravizados e livres - se mostrou organizado durante todo o período que antecedeu a abolição, estando também na vanguarda da formação das primeiras entidades operárias do município. Mesmo que de forma singela, espera-se que o trabalho possa contribuir no debate acerca da questão racial no interior do marxismo, à vista que, em um país marcado pela escravidão, classe nunca esteve dissociado de raça.

No âmbito historiográfico, a pesquisa coopera dentro da linha da História do Trabalho que questiona o velho mito que enaltecia o protagonismo do trabalhador imigrante no processo de formação da classe trabalhadora. Foi possível perceber, por exemplo, que em Rio Grande os trabalhadores nacionais anteciparam os imigrantes nas lutas sociais e na constituição de associações de cunhos variados. Ademais, busca-se contribuir na perspectiva de compreender o associativismo como um caminho de aproximação entre os estudos do movimento operário e aqueles dedicados ao campo da Pós-abolição, já que se trata, na maioria dos casos, dos mesmos sujeitos.

Em relação à Liga Rio Branco, além do explícito tom proletário dos clubes filiados a elas, encontrou-se uma relação profícua com outras associações de classe da cidade. O palco-salão da Sociedade União Operária, por exemplo, geralmente era escolhido para realização de reunião e festejos dos clubes de futebol, que denota uma articulação mais ampla com os símbolos operários. Tal conexão favorecia a criação de laços de solidariedade e de uma identificação em comum, já que vinham de posições semelhantes na estrutura social. Dessa forma, se seria exagero afirmar que futebol foi o elemento central de aglutinação da classe trabalhadora em Rio Grande, com certeza é indiscutível o seu papel preponderante, ratificando a importância política e simbólica do esporte. Portanto, seja enquanto espaço de aglutinação e sociabilidade ou nas relações que possuíam com o movimento operário na sua diversidade, pode-se concluir que a Liga Rio Branco cumpriu um papel importante na formação de uma identidade de classe, atestando a hipótese levantada. Isso não quer dizer, contudo, que classe seja algo estático e imutável; pelo contrário, havia diferenças e particularidades no seu interior. Todavia, no caso analisado parece ter tido mais espaço para solidariedade do que propriamente para rivalidade. O próprio término precoce da Liga, de 1926 a 1930, parece estar muito mais atrelado ao ideal de virilidade e masculinidade, no qual o futebol era um espaço propício para ser demonstrado.

O presente trabalho faz, por fim, parte do que Walter Benjamim chama, em suas Teses sobre História de 1940, de a “tradição dos oprimidos”. A memória dessa legião de trabalhadores suscitados é uma das grandes fontes de inspiração para as lutas do presente. Um passado que, se não reconhecido, corre o sério risco de desaparecer. Uma história inteira de resistência organizada da classe trabalhadora vividas no mesmo palco que hoje, com pautas semelhantes ou diferentes, os movimentos sociais e populares se põem em luta, respaldados pelas continuidades daquele período. Assim, por menos atraente que possa parecer passar horas e mais horas em arquivos, resgatar o tempo dos que lutaram antes de nós é sempre apaixonante e instigante. Afinal, é onde conseguimos visualizar as vozes das “pessoas comuns”. Uma multidão de anônimos que nos recusamos a esquecer e deixar para trás.

Fontes Utilizadas:

O Observador, 08/01/1833
O Artista, 22/09/1862
O Artista, 24/11/1862
O Artista, 26/12/1862
O Artista, 02/02/1863
Echo Operário, 24/10/1897
Echo do Sul, Rio Grande, 5/9/1903
Echo do Sul, Rio Grande, 5/9/1906
Echo do Sul, Rio Grande, 14/5/1909
Echo do Sul, Rio Grande, 13/09/1909
Echo do Sul, Rio Grande, 31/10/1910
Echo do Sul, Rio Grande, 9/3/1912
Echo do Sul, Rio Grande, 20/11/1915
Rio Grande, Rio Grande, 30/12/1915
Rio Grande, Rio Grande, 24/4/1918
Echo do Sul, Rio Grande, 01/10/1918
Echo do Sul, Rio Grande, 05/05/1919
Echo do Sul, Rio Grande, 07/05/1919
Echo do Sul, Rio Grande, 08/5/1919
Echo do Sul, Rio Grande, 09/5/1919
Alvorada, Pelotas, 20/07/1919
O Nosso Verbo, Rio Grande, 19/5/1921
O Nosso Verbo, Rio Grande, 24/11/1921
Rio Grande, Rio Grande, 2/7/1923
Rio Grande, Rio Grande, 13/7/1923
A Lucta, Rio Grande, 24/03/1924
Rio Grande, Rio Grande, 15/5/1925
Echo do Sul, Rio Grande, 16/5/1925
Echo do Sul, Rio Grande, 22/5/1925
A Lucta, Rio Grande, 23/5/1925
Echo do Sul, Rio Grande, 11/06/1925
A Lucta, Rio Grande, 18/6/1925
A Lucta, Rio Grande, 13/8/1925

A Lucta, Rio Grande, 3/09/1925
Rio Grande, Rio Grande, 11/10/1925
A Lucta, Rio Grande, 13/10/1925
A Lucta, Rio Grande, 21/10/1925
Echo do Sul, Rio Grande, 08/01/1926
Echo do Sul, Rio Grande, 30/01/1926
A Lucta, Rio Grande, 5/3/1926
A Lucta, Rio Grande, 16/4/1926
A Lucta, Rio Grande, 20/4/1926
Echo do Sul, Rio Grande, 4/05/1926
A Lucta, Rio Grande, 30/07/1926
A Lucta, Rio Grande, 31/07/1926
Rio Grande, Rio Grande, 17/08/1926
Echo do Sul, Rio Grande, 21/08/1926
Rio Grande, Rio Grande, 23/08/1926
Echo do Sul, Rio Grande, 28/08/1926
O Tempo, Rio Grande, 22/9/1926
Echo do Sul, Rio Grande, 5/10/1926
Rio Grande, Rio Grande, 13/10/1926
Echo do Sul, Rio Grande, 29/01/1927
Rio Grande, Rio Grande, 29/01/1927
Echo do Sul, Rio Grande, 01/02/1927
Echo do Sul, Rio Grande, 26/03/1927
Echo do Sul, Rio Grande, 2/04/1927
Rio Grande, Rio Grande, 04/08/1927
Rio Grande, Rio Grande, 14/10/1927
Echo do Sul, Rio Grande, 22/10/1927
Rio Grande, Rio Grande, 5/11/1927
A Lucta, Rio Grande, 7/11/1927
Rio Grande, Rio Grande, 10/12/1927
A Lucta, Rio Grande, 18/07/1928
Echo do Sul, Rio Grande, 13/10/1928
Echo do Sul, Rio Grande, 15/10/1928
Rio Grande, Rio Grande, 20/02/1929

O Tagarela, Rio Grande, 07/07/1929
Rio Grande, Rio Grande, 20/07/1929
Rio Grande, Rio Grande, 23/07/1929
O Tagarela, Rio Grande, 04/08/1929
O Tagarela, Rio Grande, 11/08/1929
Rio Grande, Rio Grande, 6/09/1929
Rio Grande, Rio Grande, 22/10/1929
O Tagarela, Rio Grande, 10/11/1929
Rio Grande, Rio Grande, 12/11/1929
O Tagarela, Rio Grande, 08/12/1929
O Tagarela, Rio Grande, 30/04/1930
O Tagarela, Rio Grande, 1/05/1930
Echo do Sul, Rio Grande, 7/07/1930
Rio Grande, Rio Grande, 7/07/1930
Echo do Sul, Rio Grande, 8/07/1930
O Tagarela, Rio Grande, 07/09/1930
Rio Grande, Rio Grande, 18/3/1931
Rio Grande, Rio Grande, 15/4/1931
O Tagarela, Rio Grande, 31/12/1932
Rio Grande, Rio Grande, 20/02/1933
Rio Grande, Rio Grande, 15/11/1935
Rio Grande, Rio Grande, 6/6/1951

Referências Bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. Os artistas e a questão da escravidão: um estudo de caso. *In:* Alves, Francisco das Neves. **O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande**. Coleção pensar a história sul-rio-grandense: Rio Grande, 2001.

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868 – 1895)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998.

ANTUNES, Fátima. **Futebol de fábrica em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP, São Paulo, 1992.

ARANTES, Erika Bastos Arantes. **O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. *In:* LOWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERDU, Livia Cintra Berdu. **Trabalhadores negros no processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888 – 1910)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2018.

BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906 – 1911**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CESAR, Willy. **Um século de futebol popular: a história do Sport Club São Paulo**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2012.

COPSTEIN, Raphael. **Evolução Urbana de Rio Grande**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 122, p. 43-68

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n 26, 2009, p. 15-45.

CIOCCARI, Marta. Entre o campo e a mina: valores e hibridações nas trajetórias de mineiros de carvão no sul do Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 75–98, 2016

CLEMENTE, Ivo; BARBOSA, Eni. **Carlos Santos, uma biografia**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1994

CORREIA, Jones Mendes. **Os vínculos clubísticos e as lógicas do jogo**: um estudo sobre a emergência e o processo de (des) elitização do futebol na cidade de Rio Grande – RS (1900 – 1916). Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UFPel, Pelotas, 2014.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir**: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 – 1894). Dissertação (Mestrado em História) – UFPel, Pelotas, 2013.

CRUZ, Matheus. **Clubes sociais negros**: memória e esquecimento do Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969 – 1992). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). UFPel, Pelotas, 2014.

EMRICH, Vitor. **Trabalho, Greves e futebol**: Luta, identidade e sociabilidade na formação da classe trabalhadora friburguense (1911-1933). Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2007.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos, AEL**. Campinas, Vol. 6, nº 10/11, 1999.

FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2001.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branços e Vermelhos**: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do Jornal Correio do Povo (1936 – 1939). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FRAGA, Gerson Wasen. **“A derrota do Jeca” na imprensa brasileira**: Nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FREITAS, Tassiane Melo de. **Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas**: Experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930 – 1950). Tese (Doutorado em História) - UFSM, Santa Maria, 2021.

FRENCH, John D. **Lula e a política da astúcia**: de metalúrgico a presidente do país. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: **Tempo Social**. São Paulo, v.18, n.1, junho, 2006.

GRIGIO, Enio.; BRUNHAUSER, Felipe; OLIVEIRA, Franciele; RODRIGUES, Luiz; LIMA, Taiane (Orgs.). **Organizações Negras de Santa Maria**: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da “província de chuteiras”. *In: anos 90: revista do programa de pós-graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, nº 13, jul/2000.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Orgs). **À sombra das chuteiras meridionais: uma História Social do Futebol (e outras coisas...)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

GUIMARÃES, Valéria Lima. **O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945 – 1955)**. Rio de Janeiro: Aperj, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

HOLLANDA, Bernardo Buarque; FONTES, Paulo. **Futebol & mundos do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. **Projeto História**. São Paulo, 16:25-38, fev. 1998.

LONER, Beatriz. **Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande**. 2. Ed. – Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

LONER, Beatriz. Família Silva Santos. *In: VI ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 2013, Florianópolis. **Anais do ...** Curitiba, s/Ed., 2013, s/p.

LONER, Beatriz. O movimento operário na cidade de Rio Grande na República Velha. *In: Alves, Francisco das Neves. O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Coleção pensar a história sul-rio-grandense: Rio Grande, 2001

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem no conflito de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Editora Marco Zero; Editora Universidade de Brasília, 1988.

LOPES, José Sérgio Leite. Fútbol y clases populares en Brasil. Color, clase e identidad a través del deporte. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 154, p. 124-146, 1998.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Marcos. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. *In: Revista Fim do mundo*. n. 4, jan/abr, 2021.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. **Racismo “nas quatro linhas”**: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930). Dissertação (Mestrado em História) - UFPel, Pelotas, 2016.

MANDELLI, Bruno. A construção das masculinidades dos trabalhadores das minas de carvão em Santa Catarina (1940-1970). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1–19, 2022

MARTINS, Pedro Paulo da Silva. **Máquinas paradas e pés à obra**: Futebol e lazer fabril em Fortaleza (1949-1965). Dissertação (Mestrado em História) – UFCE, Fortaleza, 2017.

MARTINS, Solismar Fraga. **A visão dos moradores sobre o planejamento urbano**: um estudo do Bairro Santa Tereza. Rio Grande, Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – FURG, Rio Grande, 1997.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar. Futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre. In: **Anos 90, revista de pós graduação em História**. Porto Alegre: UFRGS, Vol. 7, nº11, julho 1999.

MARCARENHAS, Gilmar. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida moderna do Rio de Janeiro. In: **Estudos históricos: esporte e lazer**. Vol. 13, nº23, julho 1999.

MASCARENHAS, Gilmar. **A bola nas redes e o enredo do lugar**: Uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, São Paulo, 2002.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3ª Ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: Novas questões para os estudos sobre formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (Orgs.). **Faces do trabalho: escravizados e livres**. Niterói: EdUFF, 2010.

MATOSO, Caroline Duarte. **As marias que tecem os amanhãs**: Fiando a existência e tramando a resistência na Fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920 a 1968). Dissertação (Mestrado em História) – UFPel, Pelotas, 2019.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão**. 2. Ed. – São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.

NEVILLE, Kirk. Cultura: Costume, comercialização e classe. In: Batalha, Cláudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande, 1950**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPel, Pelotas, 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 1998.

PESAVENTO, Sandra. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. RS 1889-1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PINTO, Rodrigo Márcio de Souza. **Do passeio público à ferrovia: O futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFCE, Fortaleza, 2007.

POPINIGIS, Fabiane et. al, “Dossiê: Associativismo e experiência negra nas lutas por direitos”. In: **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, 2 (mayo-octubre 2021), 215-257.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, n.18. São Paulo, 1993.

RIGO, Luiz Carlos. **Memórias de um Futebol de Fronteira**. Pelotas: Editora UFPel, 2004

RODRIGUES FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda, 2003.

ROSA, André Luiz. **Operários da bola**: Um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Liga da Canela Preta**: a história do negro no futebol. Porto Alegre: Diadorim, 2018.

SCHIMIDT, Benito. **Um socialista no Rio Grande do Sul**: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e clubes sociais negros na fronteira sul do Brasil – 1913 – 1980. Dissertação (Mestrado em História) – UFPel, Pelotas, 2018.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. **Teatro operário em Rio Grande na época das primeiras chaminés**. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos, São Leopoldo, 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção de modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850 – 1920). Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2017.

STÉDILE, Miguel Enrique. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

TORRES, Luiz Henrique. **História do Município do Rio Grande**. Rio Grande: Pluscom, 2015.

TORRES, Luiz Henrique. Fundamentos Históricos da Presença Negra no Rio Grande do Sul: o exemplo da Cidade do Rio Grande. *In*: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Retratos da escravidão no contexto sul-rio-grandense**. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2018. p. 7 – 39.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol I.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAN DER LINDER, Marcel. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 1, n. 1, 2009.

VARGAS, Francisco Furtado Gomes Fiet. **Anarquismo e Educação em Rio Grande (1918 -1927)**: Educação de, para e pelos trabalhadores. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. “As mãos e os pés do charqueador”: O processo de fabricação do charque e um perfil dos trabalhadores escravos nas charqueadas de Pelotas, Rio Grande do Sul. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], v. 36, n. 36, 2018.

WOOD, Ellen Meilksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.